

Aula 00 - Legislação Específica

*PC-MG (Investigador de Polícia I)
Legislação Penal e Processual Penal
Extravagante - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Herculano, Equipe
Legislação Específica Estratégia
Concursos**

22 de Agosto de 2024

Índice

1) Lei nº. 7.210/84 - Noções Introdutórias	3
2) Lei nº. 7.210/84 - Deveres e Direitos dos Presos	13
3) Lei nº. 7.210/84 - Disciplina dos Presos	16
4) Lei nº. 7.210/84 - Órgãos da Execução Penal	24
5) Lei nº. 7.210/84 - Estabelecimentos Penais	31
6) Lei nº. 7.210/84 - A Execução das Penas Restritivas de Liberdade	36
7) Lei nº. 7.210/84 - Suspensão Condicional da Pena	56
8) Lei nº. 7.210/84 - A Execução das Penas Restritivas de Direito	57
9) Lei nº. 7.210/84 - Execução das Medidas de Segurança	60
10) Lei nº. 7.210/84 - Regrinhas Finais	62
11) Questões Comentadas - Lei nº 7.210 (1984) - Execução Penal - FGV	63
12) Questões Comentadas - Lei nº 7.210 (1984) - Execução Penal - MULTIBANCAS	122
13) Lista de Questões - Lei nº 7.210 (1984) - Execução Penal - FGV	153
14) Lista de Questões - Lei nº 7.210 (1984) - Execução Penal - MULTIBANCAS	183



LEI Nº 7.210/1984 – EXECUÇÃO PENAL

Introdução

Caro aluno, a Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/84, também conhecida por LEP, é uma lei bastante longa. Tentarei aqui ser o mais objetivo possível ministrando tudo o que for de mais importante dessa norma no que concerne à sua aplicabilidade dentro do Direito Penal e Processual Penal para fins de provas de concursos.

Em seu art. 1º a LEP explica que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

A execução penal, portanto, é a fase do processo penal em que o Estado faz valer a sua pretensão punitiva, ora convertida em pretensão executória. Trata-se preponderantemente de processo jurisdicional, vinculado à atividade administrativa, que tem por fim a efetividade da pretensão punitiva estatal. Portanto, a execução da pena caracteriza-se como atividade complexa, desenvolvida simultaneamente nos planos jurisdicional e administrativo.

A regra geral para a execução penal é a existência de uma sentença penal condenatória transitada em julgado, impondo pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou multa, bem como sentença absolutória imprópria, que imponha medida de segurança.

A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade da LEP e do Código de Processo Penal.

Assim, em regra, compete à Justiça comum estadual a execução, ressalvando-se os casos de pena cumprida em estabelecimento federal de segurança máxima, como veremos mais adiante. A aplicação do CPP na fase de execução é sempre subsidiária, quando não houver disposição expressa acerca da matéria na LEP. **Havendo conflito, deve prevalecer a LEP, por ser norma especial e posterior.**



A Lei de Execução Penal **aplica-se IGUALMENTE:**

- ao preso PROVISÓRIO; e
- ao CONDENADO pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.



Quanto aos condenados pelas Justiças Eleitoral e Militar, as execuções das sentenças proferidas nessas justiças especializadas competem à justiça estadual quando os presos estiverem recolhidos em estabelecimentos penais estaduais, submetendo-se ao regramento da LEP. Assim, por exemplo, um militar condenado pela justiça militar à pena superior a 2 (dois) anos, que tenha sido excluído (praça) ou perdido o posto e a patente (oficial), será recolhido a estabelecimento penal comum e executado à luz da LEP.



Ao CONDENADO e ao INTERNADO serão assegurados TODOS os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

NÃO HAVERÁ QUALQUER DISTINÇÃO de natureza racial, social, religiosa ou política na aplicação da LEP.

Aqui cabe um comentário interessante acerca dos direitos políticos. A sentença penal condenatória atinge uma série de direitos constitucionais. A liberdade de locomoção, obviamente, é cerceada, mas junto com ela também outros direitos, a exemplo dos direitos políticos. Os condenados, portanto, não podem votar ou candidatar-se a cargos eletivos.

Cabe a você lembrar, contudo, que as pessoas presas em razão de decisões cautelares não foram condenadas, e por isso não têm seus direitos políticos suspensos. O TSE, inclusive, já determinou a instalação de Seções Eleitorais em estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes, a fim de que essas pessoas possam exercer seu direito a voto.



Os condenados, em geral, têm seus direitos políticos suspensos, mas não os presos cautelarmente. Por essa razão, o TSE já determinou a instalação de Seções Eleitorais em estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes, a fim de que essas pessoas possam exercer seu direito a voto.

O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

O Condenado e o Internado

A LEP estabelece em seu art. 5º que os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Com isso, a LEP determina que os condenados devem ser distribuídos em classes, de acordo com determinados critérios, a fim de que as penas sejam cumpridas atendendo ao preceito constitucional de individualização da pena (art. 5º, XLVI, CR).

Não se deve, portanto, inserir no mesmo contexto condenados diferenciados, como por exemplo, reincidentes e primários. Para orientar a classificação, procede-se à análise da folha de antecedentes criminais, bem como ao estudo da personalidade do apenado, levando-se em consideração sua conformação física, seu temperamento e seu caráter, dentre outros aspectos.

A classificação de um condenado será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Quando se tratar de **condenado à pena privativa de liberdade** a Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 02 chefes de serviço, 01 psiquiatra, 01 psicólogo e 01 assistente social.

Nos demais casos (condenados à pena restritiva de direitos e/ou multa) a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, **em regime fechado**, será obrigatoriamente submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução. Já ao condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade **em regime semiaberto**, tal exame é facultado.



O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

Quando alguém for condenado em razão destes crimes graves, é obrigatória a identificação do perfil genético mediante extração de DNA. O condenado que não tiver sido submetido à identificação do perfil genético no momento do ingresso no estabelecimento prisional deverá ser submetido ao procedimento durante o cumprimento da pena.

A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso e a autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético. Além disso, deverá haver uma regulamentação em que constem garantias mínimas de proteção de dados genéticos, observando as melhores práticas da genética forense.

O titular dos dados genéticos deve ainda ter acesso aos seus dados, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.

Ainda sobre a questão da coleta do material genético, desde 2020 (após a aprovação do chamado "pacote anticrime", a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético constitui falta grave.

Posteriormente, com a derrubada de vetos ao pacote anticrime, além da nova redação do art. 9º-A, novos dispositivos foram inseridos na LEP sobre o tema em questão:

§ 5º A amostra biológica coletada só poderá ser utilizada para o único e exclusivo fim de permitir a identificação pelo perfil genético, não estando autorizadas as práticas de fenotipagem genética ou de busca familiar.

§ 6º Uma vez identificado o perfil genético, a amostra biológica recolhida nos termos do caput deste artigo deverá ser correta e imediatamente descartada, de maneira a impedir a sua utilização para qualquer outro fim.

§ 7º A coleta da amostra biológica e a elaboração do respectivo laudo serão realizadas por perito oficial.

Sobre a assistência ao preso e ao internado, o Estado tem o dever de prestá-la, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Tal assistência, que também se estenderá ao egresso (aquele que deixa a prisão depois de cumprida a pena) deverá ser material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

A prevenção do crime passa por diversos aspectos, entre eles a **assistência ao preso, ao internado e ao egresso**. Essa assistência consiste em ações positivas, por parte do Estado, para facilitar a reintegração do preso à sociedade.

A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. A assistência à saúde compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico, especialmente tratando-se de mulheres, incluindo pré-natal e pós-parto, estendida a assistência ao recém-nascido.

Ainda no que diz respeito à assistência à saúde, a Lei nº 14.326/2022 inseriu o §4º, no art. 14, dispondo o seguinte:

§4º *Será assegurado tratamento humanitário à mulher grávida durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como à mulher no período de puerpério, cabendo ao poder público promover a assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.*



A assistência jurídica deve ser prestada pela Defensoria Pública e é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, sendo obrigatório o ensino de 1º grau, hoje conhecido como Ensino Fundamental. Cada estabelecimento deve ter uma biblioteca, e é possível a assinatura de convênios com entidades que desejem instalar escolas ou oferecer cursos especializados em estabelecimentos penais.

A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. A assistência religiosa, com liberdade de culto, deve ser prestada aos presos e aos internados, permitindo sua participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa, sendo obrigatório que cada estabelecimento disponha de local apropriado para cultos religiosos.

A assistência ao egresso (liberado definitiva ou condicionalmente) pode incluir a concessão de alojamento e alimentação pelo período de 2 meses, bem como orientação e apoio na reintegração à vida em sociedade, devendo a assistência social com ele colaborar para encontrar trabalho.

*Art. 28. O **trabalho do condenado**, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.*

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A execução do **trabalho** determinado constitui dever do condenado, estabelecido pela própria LEP, e sua recusa é considerada falta grave. O trabalho, entretanto, não pode, por si só, representar punição, pois a pena de trabalhos forçados é vedada pela Constituição Federal.

A **execução de trabalhos, entretanto, só é obrigatória para o condenado**. O preso provisório pode trabalhar também se desejar, e isso pode ser interessante, principalmente por causa das facilidades para progressão de regime e remição da pena.

Seguindo os mesmos princípios, a LEP determina que o trabalho executado pelo preso deverá ser remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 do salário mínimo. É interessante saber também que essa obrigatoriedade de remuneração não abrange a prestação de serviços à comunidade.

Os valores, entretanto, não vão para o “bolso do preso”. Vejamos o que os parágrafos do art. 29 determinam sobre o assunto.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:



- a) à *indenização dos danos* causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
 - b) à *assistência à família*;
 - c) a pequenas *despesas pessoais*;
 - d) ao *ressarcimento ao Estado* das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.
- § 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para *constituição do pecúlio*, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Perceba que a remuneração do preso já tem destinação certa, e nem o que sobra deve ir diretamente para o preso, mas sim para a **constituição de pecúlio** (reserva financeira) em Caderneta de Poupança, a qual ele só terá acesso quando estiver em liberdade.



O trabalho do preso deve ser, em regra, remunerado (exceto a prestação de serviços à comunidade). A remuneração será destinada para:

- a) **Indenização dos danos** causados pelo crime;
- b) **Assistência à família**;
- c) **Despesas pessoais**;
- d) **Ressarcimento ao Estado** das despesas realizadas com a manutenção do condenado.

Se depois disso tudo ainda sobraem valores, serão destinados à **constituição do pecúlio**, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a *habilitação*, a *condição pessoal* e as *necessidades futuras* do preso, bem como as *oportunidades* oferecidas pelo mercado.



§ 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Na atribuição do trabalho ao preso devem ser observados os critérios da **habilitação**, da **condição pessoal** e **necessidades futuras** do preso, bem como das **oportunidades do mercado** de trabalho. Isso significa que o trabalho deve ter um propósito para além do cumprimento da pena, relacionado à readaptação do preso à sociedade.

Salvo naquelas regiões em que a atividade econômica seja fortemente ligada ao turismo, deve-se evitar o artesanato sem valor comercial, pois considera-se que essa atividade não trará grandes benefícios ao preso do ponto de vista da reinserção no mercado de trabalho.

O legislador se preocupou, ainda, com o trabalho dos idosos (maiores de 60 anos), doentes e deficientes físicos, que deverá ser adaptado às suas condições.

Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

Os presos não estão submetidos ao regime de trabalho da CLT, e por isso a LEP estabelece limites de horários. Em regra, a jornada de trabalho não deve ser inferior a 6h e nem superior a 8h.

Os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento prisional podem ser realizados com atribuição de horário especial. Se houver condenados que tenham a atribuição de realizar a manutenção corretiva do encanamento, por exemplo, estes devem estar disponíveis para resolver problemas no momento em que eles surgirem.

*Art. 36. O **trabalho externo** será admissível para os **presos em regime fechado** somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.*



§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Pela própria natureza do **regime fechado** de cumprimento da pena, nós já sabemos que não deve haver, em regra, **trabalho externo**. A LEP, contudo, abre uma exceção, admitindo sua realização em serviços ou obras públicas, desde que adotadas as cautelas contra fugas e mantida a disciplina. Para tanto, do total de trabalhadores na obra, no máximo 10% (dez por cento) podem ser presos.

O trabalho externo é autorizado pela direção do estabelecimento, não sendo necessária autorização judicial. O preso deverá ter cumprido pelo menos 1/6 da pena e demonstrar aptidão, disciplina e responsabilidade.

A progressão do preso para o **regime semiaberto** não autoriza, por si só, o trabalho externo. Essa autorização deve ser concedida pelo Juiz da Execução mediante petição.

O benefício será revogado se o preso praticar crime (não se exigindo processo nem condenação), bem como se for punido por falta grave ou se apresentar **comportamento** incompatível.

Mas não só de "benesses" vivem o condenado e o internado!!

Há deveres e direitos a serem obedecidos para que tudo corra dentro da normalidade com essas pessoas, quando estiverem cumprindo suas penas ou medidas de segurança. Além disso, há uma disciplina a ser cumprida e o desrespeito a ela pode agravar a situação penal desses agentes.

O Crime

O conceito de CRIME é um tanto quanto complexo. Nosso propósito aqui será apenas de refrescar sua memória quanto a essa definição.

Em termos jurídicos, **CRIME** é toda conduta **TÍPICA** (tem que estar descrita em lei), **ANTI JURÍDICA** (ilícita) e **CULPÁVEL**.



Importante também caracterizar um crime quanto ao seu potencial ofensivo.

- Os crimes cujas penas são **menores ou igual a 02 anos** são crimes de **menor** potencial ofensivo.
- Os crimes com penas **maiores de 02 anos** são ditos crimes de **maior** potencial ofensivo.

Os crimes de menor potencial ofensivo geram um Termo Circunstanciado de Ocorrência e podem ser favorecidos pelas medidas despenalizadoras da Lei 9.099.

Já os de maior potencial ofensivo normalmente passam por um inquérito policial e a devida abertura de processo criminal. As consequências para o criminoso são mais restritivas.

1. Crime DOLOSO

Segundo o Código Penal Brasileiro, o crime é DOLOSO quando o agente **quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo**.

1.2. Crime CULPOSO

O Código Penal define crime CULPOSO quando o agente deu causa ao resultado por **imprudência, negligência ou imperícia**.

- IMPRUDÊNCIA = falta de cuidado, de cautela
- NEGLIGÊNCIA = omissão ou inobservância do dever
- IMPERÍCIA = falta de habilidade técnica necessária

Os Sujeitos Ativo e Passivo do Crime

1. Sujeito ATIVO

Entende-se por sujeito ativo **o autor da infração penal**. Com efeito, pode ser sujeito ativo pessoa física e capaz (com idade igual ou superior a 18 anos).

2. Sujeito PASSIVO

Trata-se da pessoa ou ente **que sofre as consequências da infração penal**. Podem ser sujeito passivo: pessoa física, pessoa jurídica e entes sem personalidade jurídica (ex.: família, coletividade – nestes casos, tem-se o chamado crime vago).

As Penas Previstas para Crimes

A pena consiste numa punição imposta pelo Estado ao delinquente ou contraventor, em processo judicial de instrução contraditória, **por causa de crime ou contravenção** que tenham cometido, com o fim de torná-los exemplos de punição e evitar a prática de novas infrações.



As penas existentes, e que serão bastante citadas em nosso estudo são as penas restritivas de liberdade, as restritivas de direitos e a multa.

1. Pena de MULTA

Em seu sentido originário, a PENA DE MULTA é uma pena PECUNIÁRIA, ou seja, exige-se quantia em dinheiro para cumpri-la. Em sentido amplo, é uma SANÇÃO aplicada a alguém que infringe a lei (sanção legal), o contrato (sanção convencional) ou decisão judicial (sanção astreintes).

2. Penas Restritivas de Liberdade: DETENÇÃO e RECLUSÃO

Como o próprio nome diz, esse tipo de pena restringe a liberdade do criminoso. Em linhas gerais, são divididas em pena de **detenção** e pena de **reclusão**.

Ambas, como você já sabe, restringem a liberdade do indivíduo, mas a diferença principal entre elas consiste no fato do indivíduo começar ou não a cumprir sua pena em regime fechado (dentro de um estabelecimento penal).

Se o crime tipificado pedir pena de **detenção**, o condenado não a iniciará em regime fechado, ou seja, não começará a cumpri-la dentro de uma prisão. Os regimes permitidos para o início do cumprimento da pena de **detenção** são unicamente o semiaberto e o aberto.

Caso o crime tipificado peça pena de **reclusão**, o condenado, a depender da gravidade da pena imposta, poderá ou não iniciar seu cumprimento em regime fechado. Tudo dependerá da decisão judicial! Os regimes permitidos para o início do cumprimento da pena de **reclusão** são o semiaberto, o aberto e, é claro, o fechado.

E por fim, temos ainda as **penas restritivas de direitos**. Como o próprio nome sinaliza, elas são mais brandas e restringem não a liberdade de ir e vir, mas alguns direitos do condenado. Estudaremos suas espécies em momento oportuno nessa aula, ok?

Bom, de posse então desses conceitos, vamos fazer então nossa viagem pela Lei de Execução Penal brasileira, a Lei nº 7.210/84!



Deveres e Direitos dos Condenados

DEVERES do Condenado

Constituem **deveres** do condenado:

- Comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;
- Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva se relacionar;
- Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;
- Conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;
- Execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
- Submissão à sanção disciplinar imposta;
- Indenização à vítima ou aos seus sucessores;
- Indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;
- Higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;
- Conservação dos objetos de uso pessoal.

ESTA CAI NA PROVA!



Cumpra ao **CONDENADO**, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, **SUBMETTER-SE ÀS NORMAS DE EXECUÇÃO DA PENA**. Aplica-se ao **PRESO PROVISÓRIO**, no que couber, os deveres acima citados.

DIREITOS do Preso

Constituem **direitos** do preso:

- Alimentação suficiente e vestuário;
- Atribuição de trabalho e sua remuneração;
- Previdência Social;
- Constituição de pecúlio;
- Proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação (*esse direito poderá ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do juiz da execução penal*);
- Exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- Entrevista pessoal e reservada com o advogado;



- Visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados *esse direito poderá ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do juiz da execução penal*);

FIQUE ATENTO!



O preso **CONDENADO** por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, ou seja, pelo **CRIME DE FEMINICÍDIO**, previsto no art. 121-A do CP, **NÃO PODERÁ TER O BENEFÍCIO DA VISITA ÍNTIMA OU CONJUGAL**, conforme alteração da Lei n. 14.994/2024

- Chamamento nominal;
- Igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- Audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
- Contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes *esse direito poderá ser suspenso ou restringido mediante ato motivado do juiz da execução penal*);
- Atestado de pena a cumprir, **emitido anualmente**, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

O rol dos direitos acima citados (art. 41 da LEP) é meramente exemplificativo, já que é impossível esgotar todos os direitos atinentes à pessoa humana, mesmo que se encontre cumprindo pena, sujeitando-se a uma série de restrições.

FIQUE ATENTO!



Aplica-se ao **PRESO PROVISÓRIO** e ao **SUBMETIDO À MEDIDA DE SEGURANÇA** (o internado), no que couber, os direitos acima citados. **IMPÕE-SE A TODAS AS AUTORIDADES** o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

As autoridades envolvidas na execução são responsáveis pelo respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. O Estado deve ser responsabilizado pela



omissão de seus agentes penitenciários em caso de presidiário morto por outro dentro das dependências do presídio, quando era de conhecimento da administração prisional que a vítima vinha sendo ameaçada de morte, já que, tendo a obrigação de velar pela incolumidade e integridade física dos detentos, não tomou providências para evitar que tal fato viesse a acontecer.

É também garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento. No entanto, as divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo **Juiz da execução**.



A Disciplina dos Presos

A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Antes de tratarmos da disciplina e das faltas disciplinares, objeto do estudo desse tópico, vamos antes citar umas regrinhas importantes e boas de prova:



Estão SUJEITOS À DISCIPLINA :

- o condenado à **pena privativa de liberdade**;
- o condenado à **pena restritiva de direitos**; e
- o **preso provisório**.

* As sanções NÃO PODERÃO colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

* **É VEDADO** o emprego de cela ESCURA.

* **SÃO VEDADAS** as sanções coletivas.

* Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

O poder disciplinar, na execução da **pena privativa de liberdade**, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares e na execução das **penas restritivas de direitos**, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado. Compete, portanto, à autoridade administrativa (Diretor do estabelecimento) o exercício do poder disciplinar, sendo incabível a delegação.

Não há necessidade de comunicação ao juiz da execução acerca da imposição de sanções disciplinares, **salvo na hipótese de cometimento de FALTA GRAVE**, em que a autoridade deve



representar para os fins dos artigos 118, inciso I (regressão), 125 (revogação de saídas temporárias), 127 (perda dos dias remidos), 181, parágrafos 1º, letra d, e 2º (conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade), todos da LEP.

E por falar em faltas disciplinares, vamos a elas!

1. Faltas Disciplinares

As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e **GRAVES**. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções. Logo, serão as faltas graves as que interessam aqui para o nosso estudo da LEP. Antes de conhecê-las, cabe o destaque:



Seja qual for o tipo de falta, **pune-se a TENTATIVA com a sanção correspondente à falta consumada.**

Pois bem, há faltas graves específicas para os condenados à pena restritiva de liberdade e os condenados à pena restritiva de direitos. Para fins de prova, é importante saber diferenciá-las, beleza?

Segundo o art. 50 da LEP, comete falta **GRAVE** o condenado à **pena privativa de liberdade** que:

- Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;
- Fugir;
- Possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;
- Provocar acidente de trabalho;
- Descumprir, no **regime aberto**, as condições impostas;
- Inobservar os seguintes deveres: o de *obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se* e o de *execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas*.
- Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.



- As faltas **GRAVES** acima citadas aplicam-se, no que couber, ao **PRESO PROVISÓRIO**.

E se a pessoa for condenada à **pena restritiva de direitos**, comete falta **GRAVE** aquele que:

- Descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;
- Retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;
- Inobservar os seguintes deveres: o de *obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se* e o de *execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas*.

E pensa que acabou por aí?!

Não, não! Há ainda mais uma situação ensejadora de falta **GRAVE** durante o cumprimento da pena. Confira (art. 52, da LEP):



A prática de fato previsto como **CRIME DOLOSO** constitui falta **GRAVE** e, quando **ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas**, sujeita o preso **provisório**, ou **condenado**, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD).

Cabe destacar que o **rol de faltas GRAVES** é **taxativo**, não cabendo interpretação extensiva dessas faltas. Assim, por exemplo, não pode ser considerada falta grave a conduta do condenado que, durante a execução da pena de reclusão, não comparece perante o oficial de Justiça para ser citado, pois que tal comportamento, como acabamos de ver, não está propriamente ligado aos deveres do preso durante a execução penal.

2. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)

Como o próprio nome já deixa a entender, trata-se de uma disciplina mais específica, diferenciada, que se pratica para determinado público-alvo. E é isso a que se propõe o RDD.

É uma sanção disciplinar aplicável aos presos condenados ou provisórios, que decorre da prática de fato previsto como crime doloso (falta grave), ocasionando subversão (tumulto) da ordem ou disciplina internas, **independentemente de trânsito em julgado da sentença condenatória**.





O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO tem as seguintes características:

- **Duração MÁXIMA DE ATÉ 2 ANOS**, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;
- **Recolhimento em cela INDIVIDUAL**;
- **Visitas quinzenais de 2 pessoas por vez**, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 horas. A visita deverá ser gravada em sistema de áudio ou de áudio e vídeo e, com autorização judicial, fiscalizada por agente penitenciário;
- **O preso terá direito à SAÍDA DA CELA POR 2 HORAS DIÁRIAS para banho de sol**, em grupos de até 4 presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso;
- **entrevistas sempre monitoradas**, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário;
- **FISCALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA CORRESPONDÊNCIA**;
- participação em audiências judiciais preferencialmente por **VIDEOCONFERÊNCIA**, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.

O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem **alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade**.

Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado, nacional ou estrangeiro, que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; ou sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.

Se houver indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em 2 ou mais Estados da Federação, **o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal**.



Neste caso o RDD poderá ser prorrogado sucessivamente, por períodos de 1 ano, quando houver indícios de que o preso:

- a) continua apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal de origem ou da sociedade;
- b) mantém os vínculos com organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, considerados também o perfil criminal e a função desempenhada por ele no grupo criminoso, a operação duradoura do grupo, a superveniência de novos processos criminais e os resultados do tratamento penitenciário.

Nessas situações o RDD deverá contar com alta segurança interna e externa, principalmente no que diz respeito à necessidade de se evitar contato do preso com membros de sua organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou de grupos rivais.

Por fim, após os primeiros 6 meses de regime disciplinar diferenciado, o preso que não receber visitas poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família, 2 vezes por mês e por 10 minutos.

Pois bem, praticado qualquer ato que enseje em falta GRAVE, a única que interessa para nosso estudo, é de se imaginar que o condenado sofrerá algum tipo de sanção, não é mesmo?

E a LEP prevê que ele sofrerá sanção sim, mas antes é preciso haver uma correta apuração dos fatos, a fim de que se prove o cometimento da falta e, com isso, seja imposta a sanção disciplinar mais adequada. Vamos ver as regras desse processo de apuração!

3. O Processo de Apuração das Faltas Disciplinares

Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, **assegurado o direito de defesa**. Em procedimento administrativo disciplinar instaurado para averiguar o cometimento de falta grave, o princípio do contraditório deve ser observado amplamente, com a presença de advogado constituído ou defensor público nomeado, impondo ao preso a apresentação da sua defesa, tendo em vista estar em jogo a liberdade.



NÃO SE APLICA, na hipótese de defesa na apuração de falta GRAVE, a Súmula Vinculante nº 5 do STF, que dispõe que:

"(...) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição".

A decisão do processo de apuração de falta GRAVE deverá ser sempre **MOTIVADA**.



Durante o processo da falta disciplinar, a autoridade administrativa poderá decretar o **isolamento preventivo** do faltoso pelo prazo **de até 10 dias**.



A inclusão do preso no **regime disciplinar diferenciado (RDD)**, no interesse da disciplina e da averiguação do fato (**inclusão preventiva**), **DEPENDERÁ de despacho do juiz competente, sem a necessidade de oitiva do Ministério Público.**

Ainda não estudamos sobre a inclusão preventiva (uma das sanções disciplinares), mas fique logo sabendo que essa tal inclusão preventiva não se confunde com o **isolamento preventivo**, esse que acabamos de falar e que pode ser decretado pelo diretor do estabelecimento prisional (autoridade administrativa). No caso do isolamento preventivo, não há possibilidade de prorrogação ou nova decretação pelo mesmo fundamento. Decorrido o prazo acima citado, restitui-se ao preso a situação normal de encarceramento, salvo se houver inclusão definitiva no RDD.

Agora, é bom saber também que o tempo de isolamento ou de inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

Como assim, professor?

Suponhamos que foi apurado o cometimento de uma falta grave por um determinado preso e ela tenha recebido como sanção disciplinar a sua inclusão no RDD por um período de 100 dias. Se, no curso da apuração dessa falta, esse preso tenha sido **isolado preventivamente** por 05 dias no RDD, seu tempo final de cumprimento da sanção disciplinar será de 95 dias, por já ter cumprido 05 dias no preventivo. Ou seja, o tempo de isolamento preventivo no RDD será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

Bom, e por falar em sanções disciplinares, uma vez confirmado o cometimento de uma falta grave, o preso, como acabamos de explicar, será submetido a um dos tipos de sanção disciplinar, a depender da gravidade da falta. No próximo tópico, vamos conhecer essas sanções.

3.4. As SANÇÕES Disciplinares

Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a **natureza**, os **motivos**, as **circunstâncias** e as **consequências** do fato, bem como a **pessoa do faltoso** e seu **tempo de prisão**. Constituem sanções disciplinares, na ordem da menos para a mais grave:





- As quatro primeiras sanções (advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de direitos e isolamento na própria cela) serão aplicadas **por ato motivado do DIRETOR DO ESTABELECIMENTO**;
- Nas faltas **GRAVES**, aplicam-se as sanções de suspensão ou restrição de direitos, de isolamento na própria cela e de inclusão no RDD.
- O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos **não poderão exceder a 30 dias**, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado (que tem regras próprias).
- A sanção de **INCLUSÃO DEFINITIVA NO RDD** será aplicada **por PRÉVIO e FUNDAMENTADO despacho do JUIZ COMPETENTE**;
- A decisão judicial sobre inclusão de preso em regime disciplinar **será precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa** e prolatada no prazo **máximo de 15 dias**.

A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar dependerá ainda de requerimento circunstanciado elaborado pelo **diretor do estabelecimento** ou outra autoridade administrativa. **O isolamento deverá ser sempre comunicado ao Juiz da execução.**



Bom, mas não só de sanções vive o preso!

O bom comportamento pode trazer recompensas ao condenado. As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho.

São recompensas o **ELOGIO** e a **CONCESSÃO DE REGALIAS**. A legislação local e os regulamentos estabelecerão a natureza e a forma de concessão de regalias.

Adverte-se que as regalias não podem ser incompatíveis com os objetivos da execução, nem contemplar privilégios inaceitáveis ou tratamentos discriminatórios, podendo ser concedidas tanto aos presos em regime fechado como semiaberto. Pode haver revogação em caso de cometimento de falta disciplinar.

Pronto! Até aqui tratamos dos aspectos trazidos pela LEP que são diretamente relacionados à pessoa do condenado ou do internado. Vimos as regras gerais sobre a norma, os direitos, os deveres e a disciplina do condenado, quando do cumprimento de sua pena.

Mas a melhor parte ainda não chegou! De posse desse conhecimento inicial, as perguntas agora passam a ser as seguintes: uma vez que uma pessoa recebeu a condenação criminal em sentença transitada em julgado, como se dará de fato a EXECUÇÃO da pena a ela imposta? Como se dá o cumprimento dessa pena? Como se executam as penas restritivas de liberdade, as restritivas de direitos e a multa? Há formas de ter tais penas reduzidas ou agravadas durante o período de execução?



Órgãos da Execução Penal

Ao longo do seu curso, você já percebeu que vários órgãos se envolvem na execução penal. No art. 61 temos uma lista:

- ✓ O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- ✓ O Juízo da Execução;
- ✓ O Ministério Público;
- ✓ O Conselho Penitenciário;
- ✓ Os Departamentos Penitenciários;
- ✓ O Patronato;
- ✓ O Conselho da Comunidade;
- ✓ A Defensoria Pública.

São muitas as competências atribuídas a cada um desses órgãos. Vamos agora listá-las em uma tabela.

<p>O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Sede na Capital da República;✓ Subordinado ao Ministério da Justiça;✓ Treze membros, designados através de ato do Min. da Justiça entre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e de ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social;✓ Mandato de 2 anos, renovado 1/3 (um terço) em cada ano.	<p>Incumbências:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança;✓ Contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária;✓ Promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País;✓ Estimular e promover a pesquisa criminológica;✓ Elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor;
--	--



	<ul style="list-style-type: none">✓ Estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados;✓ Estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal;✓ Inspeccionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar-se, mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbida as medidas necessárias ao seu aprimoramento;✓ Representar ao Juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal;✓ Representar à autoridade competente para a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.
<p>A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença.</p>	<p>Compete ao Juiz da execução:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;✓ Declarar extinta a punibilidade;✓ Decidir sobre:<ul style="list-style-type: none">a) Soma ou unificação de penas;b) Progressão ou regressão nos regimes;c) Detração e remição da pena;d) Suspensão condicional da pena;e) Livramento condicional;f) Incidentes da execução.g) Autorizar saídas temporárias;✓ Determinar:<ul style="list-style-type: none">a) A forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução;



	<ul style="list-style-type: none">b) A conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade;c) A conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;d) A aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;e) A revogação da medida de segurança;f) A desinternação e o restabelecimento da situação anterior;g) O cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca;h) A remoção do condenado na hipótese prevista em leii) A utilização do equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado nas hipóteses legais - <i>Lei nº 14.843</i> <ul style="list-style-type: none">✓ Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;✓ Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;✓ Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;✓ Compor e instalar o Conselho da Comunidade;✓ Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.
<p>O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução.</p> <p>O órgão do Ministério Público visitará mensalmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.</p>	<p>Incumbe, ainda, ao Ministério Público:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento;✓ Requerer:



	<ul style="list-style-type: none">▪ Todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;▪ A instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;▪ A aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;▪ A revogação da medida de segurança;▪ A conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional;▪ A internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior. <p>✓ Interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.</p>
<p>○ Conselho Penitenciário é:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Órgão consultivo;✓ Fiscalizador da execução da pena;✓ Integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade;✓ Legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento;✓ Mandato terá a duração de 4 (quatro) anos.	<p>Incumbe ao Conselho Penitenciário:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso;✓ Inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;✓ Apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;✓ Supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.



<p>O Departamento Penitenciário Nacional é:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Subordinado ao Ministério da Justiça;✓ Órgão executivo da Política Penitenciária Nacional;✓ Apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.	<p>São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional;✓ Inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;✓ Assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;✓ Colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;✓ Colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;✓ Estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar;✓ Incumbem também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.
<p>O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos.</p>	<p>Incumbe também ao Patronato:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Orientar os condenados à pena restritiva de direitos;✓ Fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana;✓ Colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.
<p>Conselho da Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Em cada comarca;	<p>Incumbe ao Conselho da Comunidade:</p>



<ul style="list-style-type: none">✓ Composto, no mínimo, por 1 (um) representante de associação comercial ou industrial, 1 (um) advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e 1 (um) assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais;✓ Na falta da representação prevista, ficará a critério do Juiz da execução a escolha dos integrantes do Conselho.	<ul style="list-style-type: none">✓ Visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;✓ Entrevistar presos;✓ Apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;✓ Diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.
<p>A Defensoria Pública:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Velará pela regular execução da pena e da medida de segurança;✓ Oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução;✓ Para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias;✓ De forma individual e coletiva.	<p>Incumbe, ainda, à Defensoria Pública</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Requerer:<ul style="list-style-type: none">▪ Todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;▪ A aplicação aos casos julgados de lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;▪ A declaração de extinção da punibilidade;▪ A unificação de penas;▪ A detração e remição da pena;▪ A instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;▪ A aplicação de medida de segurança e sua revogação, bem como a substituição da pena por medida de segurança;▪ A conversão de penas, a progressão nos regimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto;▪ A autorização de saídas temporárias;



- A internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;
- O cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca;
- A remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 desta Lei.
- ✓ Requerer a emissão anual do atestado de pena a cumprir;
- ✓ Interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária ou administrativa durante a execução;
- ✓ Representar ao Juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo em caso de violação das normas referentes à execução penal;
- ✓ Visitar os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento, e requerer, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;
- ✓ Requerer à autoridade competente a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal;
- ✓ O órgão da Defensoria Pública visitará periodicamente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.



Os Estabelecimentos Penais

Os **estabelecimentos penais** destinam-se:

- ✓ ao **condenado**;
- ✓ ao **submetido à medida de segurança**;
- ✓ ao **preso provisório** e;
- ✓ ao **egresso**.

O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. Deverá haver ainda instalação destinada a **estágio de estudantes universitários** e salas de aulas destinadas a cursos do **ensino básico e profissionalizante**.

O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade e a **mulher** e o **maior de 60 anos**, separadamente, serão recolhidos a **estabelecimento próprio** e adequado à sua condição pessoal.

Por falar nos estabelecimentos penais próprios para as mulheres, é bom você guardar as seguintes informações boas de prova:



Os estabelecimentos penais destinados a mulheres:

- ✓ **Serão dotados de berçário**, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, **no mínimo, até 06 meses de idade**.
- ✓ Deverão possuir, **exclusivamente**, **agentes do sexo feminino** na segurança de suas dependências internas.

Bom, continuando, as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União. A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados **quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado**.

E sobre esses estabelecimentos, mais um pacote de informações importantíssimas:





- O **preso provisório** ficará SEPARADO do condenado por sentença transitada em julgado.
- O preso que, **ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal** ficará em DEPENDÊNCIA SEPARADA.
- Em **TODOS** os estabelecimentos penais, haverá instalação destinada à **Defensoria Pública**.

Já sabemos que o preso provisório ficará separado daquele condenado por sentença transitada em julgado, mas quais são os critérios para realizar a separação dos presos provisórios e dos condenados com trânsito em julgado? Anote aí:



Os presos provisórios ficarão separados de acordo com os seguintes critérios:

- * Acusados pela prática de crimes hediondos ou equiparados.
- * Acusados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.
- * Acusados pela prática de outros crimes ou contravenções diversos dos apontados nos itens acima.

Por sua vez, os presos condenados ficarão separados de acordo com os seguintes critérios:

- * Condenados pela prática de crimes hediondos ou equiparados.
- * Reincidentes condenados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.
- * Primários condenados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.
- * Demais condenados pela prática de outros crimes ou contravenções em situação diversa das previstas nos itens anteriores.



Observem que o primeiro e o último item dos provisórios e dos condenados em definitivo são iguais. Vejam ainda que há uma gradação, começando pelas situações mais graves (hediondos e equiparados) até chegar a outras situações.

Outro detalhe que pode parecer óbvio, mas as vezes é negligenciado, **é que o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio.**

Caberá ao juiz competente, a requerimento da autoridade administrativa, definir o estabelecimento prisional adequado para abrigar o preso provisório ou condenado, em atenção ao regime e aos requisitos estabelecidos.

Não preciso nem dizer que o estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade. Mas quem define esse limite máximo de capacidade? **O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é o responsável por essa definição.**

Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas. Segundo o art. 26 da LEP, é considerado **egresso**:

- ✓ o **liberado definitivo**, pelo prazo de 01 ano a contar da saída do estabelecimento;
- ✓ o **liberado condicional**, durante o período de prova.

Professor, entendi e já tomei nota de tudo, mas aí surgiu uma dúvida: quando você fala de estabelecimento penal, se refere a uma penitenciária, é isso?

Opa, não necessariamente!

Quando a Lei de Execução Penal traz as regras acima citadas para os estabelecimentos penais, ela se refere (e conceitua) às seguintes espécies desses estabelecimentos: penitenciárias; colônias agrícolas industriais ou similares; casas dos albergados; centros de observação; hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e cadeias públicas.

No entanto, sem dúvida, dentre as espécies citadas, são as **penitenciárias** as mais "badaladas" e mais citadas nos noticiários cotidianos. E é por esse motivo que daremos especial atenção ao regramento que a LEP nos traz sobre elas.

As penitenciárias



A penitenciária destina-se ao condenado à pena de **RECLUSÃO**, em **regime FECHADO**.

A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir Penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado.

A pena de reclusão em regime fechado deve ser cumprida em penitenciária de segurança máxima ou média. No entanto, como vimos no parágrafo anterior, a LEP dispõe que podem ser construídas penitenciárias destinadas especificamente ao cumprimento de pena em regime diferenciado.

O condenado será alojado em cela individual que conterà **dormitório, aparelho sanitário e lavatório**. São requisitos básicos da unidade celular:

- ✓ Salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
- ✓ Área mínima de **6,00m²** (seis metros quadrados).

Além dos requisitos acima, a penitenciária **de mulheres** será dotada:

- ✓ De **seção para gestante e parturiente**; e
- ✓ De **creche para abrigar crianças maiores de 06 meses e menores de 07 anos**, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

São requisitos básicos da seção e da creche acima referidas: atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável.



A penitenciária **de homens** será construída, **em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação**.

Ok, sobre as penitenciárias é o que tínhamos para falar! Sobre as outras espécies de estabelecimentos penais, temos os seguintes aspectos importantes a destacar:

1. O condenado que cumpre pena privativa de liberdade em regime **semiaberto** deve ser recolhido em **COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR**. Observada a seleção adequada e o limite de capacidade máxima para satisfação da finalidade individualizadora da pena, os presos habitarão alojamentos coletivos, atendendo-se às condições mínimas de salubridade (aeração, insolação e temperatura).



2. A pena privativa de liberdade em **regime aberto** e a pena restritiva de direitos de **limitação de fim de semana** serão cumpridas em **CASA DO ALBERGADO**. O aspecto físico do estabelecimento, sem obstáculos contra a fuga, serve para evidenciar a autodisciplina e o senso de responsabilidade do condenado que cumpre pena em regime aberto. O estabelecimento terá instalações para os serviços de fiscalização e orientação dos condenados.
3. O **HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO** destina-se aos **inimputáveis** e **semi-imputáveis** referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal.
4. A **CADEIA PÚBLICA** destina-se ao recolhimento de **presos provisórios**. Cada comarca terá, pelo menos 01 cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar. Ao contrário da penitenciária, a Cadeia Pública deverá ser instalada próxima ao centro urbano.
5. No **CENTRO DE OBSERVAÇÃO** realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação, podendo ainda serem realizadas pesquisas criminológicas. O Centro de Observação será instalado em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal. Na falta do Centro, os exames serão realizados pela própria Comissão Técnica de Classificação.

Ah, agora sim estamos prontos para a segunda metade de nossa aula, que tratará do ápice do nosso estudo da LEP: a **execução propriamente dita** de cada tipo de pena a que pode ser submetido uma pessoa condenada criminalmente.

Aperte os cintos, pois agora entraremos nesse tema, que é o que mais tem chamado a atenção de provas de concursos para cargos policiais!



A Execução das Penas Restritivas de Liberdade

Regras Gerais

Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

A guia de recolhimento, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a assinará com o Juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:

- ✓ O nome do condenado;
- ✓ A sua qualificação civil e o número do registro geral no órgão oficial de identificação;
- ✓ O inteiro teor da denúncia e da sentença condenatória, bem como certidão do trânsito em julgado;
- ✓ A informação sobre os antecedentes e o grau de instrução;
- ✓ A data da terminação da pena;
- ✓ Outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário.

E atenção, muita atenção:

PRESTE MAIS ATENÇÃO!



NINGUÉM será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, SEM A GUIA expedida pela autoridade judiciária. Ao **MINISTÉRIO PÚBLICO** se dará **OBRIGATORIAMENTE** ciência da guia de recolhimento.

A autoridade administrativa incumbida da execução passará recibo da guia de recolhimento para juntá-la aos autos do processo, e dará ciência dos seus termos ao condenado. A guia será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao início da execução ou ao tempo de duração da pena.

E como já vimos, o condenado a quem sobrevier **doença mental** será internado em **Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico**. Trata-se de circunstância de saúde que impõe a interrupção do cumprimento da pena privativa de liberdade, **computando-se o período de internação como pena cumprida**. Na hipótese de internação temporária, com a alta do paciente retorna-se ao cumprimento da pena. Se a situação for definitiva, deve-se substituir a pena por medida de segurança, como veremos mais adiante quando estudarmos sobre tal medida.



Cumprida ou extinta a pena, o condenado será posto em liberdade, mediante alvará do Juiz, **se por outro motivo não estiver preso**.

Os Regimes

O Juiz, na sentença, estabelecerá o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade, observado o disposto no artigo 33 e seus parágrafos do Código Penal.

Antes de seguirmos em frente, e para que você entenda melhor as demais regras, que tal darmos uma passadinha de revisão nesse art. 33 do CP?

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

*a) regime **fechado** a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;*

*b) regime **semi-aberto** a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;*

*c) regime **aberto** a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.*

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:

*a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime **fechado**;*

*b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime **semi-aberto**;*

*c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime **aberto**.*

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.

§ 4º O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.



Pois bem, compete ao juízo da condenação estabelecer o regime inicial de cumprimento de pena, constituindo nulidade a sua omissão. Não pode o juízo de conhecimento delegar ao juízo de execução a fixação do regime inicial de cumprimento de pena. Há quem entenda que não haveria necessidade de declarar a nulidade se não houvesse prejuízo. De outro lado, não poderia o juízo da execução modificar o regime inicial, sob pena de violação da coisa julgada!

Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remissão.

Professor, detração ou remissão, o que significam essas palavras?

Em síntese, a **detração** é o tempo que o condenado esteve preso cautelarmente (preso provisoriamente) e a **remissão** é o tempo remido pelo trabalho ou estudo. Das duas, já já detalharemos um pouco mais sobre a **remissão**. Segura a ansiedade aí!

E mais:

FIQUE ATENTO!



Sobrevindo CONDENAÇÃO no CURSO DA EXECUÇÃO, **somar-se-á a pena ao restante da que está sendo cumprida**, para determinação do regime.

Como assim, professor?

Se houver condenação superveniente ao início da execução, ou seja, depois de já estar cumprindo a execução da pena por outro crime, far-se-á nova unificação, somando-se a pena aplicada na nova sentença com o restante de pena a cumprir da execução em curso, uma vez que a pena cumprida é considerada pena extinta.

Nessa unificação das reprimendas é indiferente que o novo crime tenha sido cometido antes ou depois do início do cumprimento da pena. Com a superveniência de nova condenação definitiva, o prazo para a concessão dos benefícios passa a ser calculado sobre o somatório das penas que restam a ser cumpridas.

A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a TRANSFERÊNCIA PARA REGIME MENOS RIGOROSO, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um percentual da pena, que vai variar de acordo com as condições do preso e da natureza do crime, nos termos do art. 112.



Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou

c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

ESTA CAI NA PROVA!



Anteriormente, era assim a redação do §1º da 112:

*Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar **boa conduta carcerária**, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.*



No entanto, a Lei nº 14.843/2024 incluiu, dentre um dos requisitos para a progressão de pena, a necessidade de resultado em exame criminológico que ateste positivamente que aquele sujeito pode receber o benefício:

Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.

A decisão do juiz que determinar a progressão de regime será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor, procedimento que também será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes.

Aqui também é interessante mencionar que, para fins de progressão de regime, não se considera hediondo o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Este é o chamado tráfico de drogas privilegiado, que o STF já não considerava mais como crime hediondo desde 2016.

Satisfeitos os requisitos legais (objetivo e subjetivo), a progressão de regime de cumprimento de pena é direito subjetivo público do condenado. Compete ao juiz da execução penal analisar o preenchimento dos requisitos e, ouvidos o membro do Ministério Público e o Defensor, decidir fundamentadamente acerca da progressão de regime.

Além disso, o cometimento de falta grave durante a execução da pena interrompe o prazo para a progressão de regime (Súmula 534 STJ), caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

Ah, e fiquem atentos, com a derrubada de alguns vetos do pacote anticrime o art. 112 ganhou um novo parágrafo que trata justamente sobre o bom comportamento do apenado:

O bom comportamento é readquirido após 1 (um) ano da ocorrência do fato, ou antes, após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito.

Com relação à concessão do livramento condicional, a prática de falta grave não interrompe o prazo para contagem (Súmula 441 STJ), mas pode acabar impedindo a concessão, uma vez que a prática de falta grave é indicativo do não cumprimento de um requisitos subjetivos: comportamento carcerário satisfatório.

Por sua vez, o indulto e a comutação da pena dependerão das condições estabelecidas em Decreto Específico, não interrompendo, a priori, o prazo para indulto ou comutação da pena (Súmula 535 STJ).

Para o réu preso cautelarmente, expede-se guia de recolhimento provisória, permitindo-se que possa usufruir dos benefícios da execução, inclusive a progressão de regime, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença condenatória.



Caso haja o trânsito em julgado para a acusação, a progressão de regime será calculada com base na pena aplicada, considerada a impossibilidade de agravamento da reprimenda. De outro lado, se houver recurso da acusação, toma-se como base de cálculo o máximo da pena cominada em abstrato, que corresponde à situação mais grave que o réu poderá suportar em caso de provimento. Nessa linha, já se manifestou o STF (HC 90893/SP – informativo 470).

De um jeito ou de outro, o ingresso do condenado em **regime aberto** supõe a aceitação de seu programa e das condições impostas pelo Juiz.

FIQUE ATENTO!



Somente poderá ingressar no **REGIME ABERTO** o condenado que:

- * estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo **imediatamente**;
- * apresentar, pelos seus antecedentes e pelos **resultados do exame criminológico**, passou a ser incluído pela Lei nº 14.853/2024 -, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade, ao novo regime

Assim, além do cumprimento de lapso temporal do regime anterior (ao menos 16% da pena cumprida, mas esse percentual varia da natureza do crime, reincidência...) e da comprovação de bom comportamento, o condenado deverá cumprir os requisitos acima se quiser ter o direito de progressão para o **regime aberto**.

Atenção: Não se devem confundir os requisitos para a concessão do regime aberto com as condições a serem cumpridas durante a execução nesse regime! Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa! (rsrs)

O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de **regime aberto**, entre as quais, a fiscalização por monitoramento eletrônico, sem prejuízo das seguintes **condições gerais e obrigatórias** (art. 115, LEP):

- ✓ Permanecer no local que for designado (Casa do Albergado), durante o repouso e nos dias de folga;
- ✓ Sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;
- ✓ Não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;



- ✓ Comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

E não é só isso! O Juiz poderá modificar as condições estabelecidas, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da autoridade administrativa ou do condenado, desde que as circunstâncias assim o recomendem. Segundo entendimento pacífico da Terceira Seção do Supremo Tribunal de Justiça:

É lícito ao Juiz estabelecer condições especiais para a concessão do regime aberto, em complementação daquelas previstas no art. 115, da LEP, mas não poderá adotar a esse título nenhum efeito já classificado como pena substitutiva (art. 44 do CPB), porque aí ocorreria o indesejável bis in idem, importando na aplicação de dúplice sanção.

REsp. 1.107.314/PR e HC 212.692/SP

FIQUE ATENTO!



Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de **REGIME ABERTO** em **RESIDÊNCIA PARTICULAR** quando se tratar de:

- Condenado **maior de 70 anos**;
- Condenado **acometido de doença grave**;
- Condenada **com filho menor ou deficiente físico ou mental**;
- Condenada **gestante**.

Para a concessão do **regime aberto**, as pessoas acima citadas poderão ser dispensadas do requisito de estar trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente para a concessão do regime aberto.

O quadro-destaque nos traz a modalidade de prisão aberta, em que o condenado cumpre pena em regime aberto, em residência particular, nos casos excepcionais exaustivamente acima elencados (art. 117, da LEP). Não se confunde com a prisão-albergue, que é cumprida na casa do albergado ou estabelecimento adequado. Sabia, caro aluno, que a jurisprudência dos tribunais superiores tem mitigado os rigores da regra acima naqueles casos em que há clara ofensa à dignidade humana, a exemplo da superlotação de presídios, bem como da inexistência de casa de albergado.



Nós veremos um pouquinho mais na frente que o juiz poderá definir a fiscalização por meio de **monitoração eletrônica** quando determinar a prisão domiciliar. Já já trataremos também de mais detalhes sobre esse tipo de monitoração!

Ok, mas assim como a LEP prevê que o condenado possa ter seu regime de pena progredido, nos termos até aqui estudados, ela também prevê que ele possa ter seu regime regredido.

Sério, professor?!

Seriíssimo! A regressão de regime consiste na transferência do condenado de um regime de cumprimento de pena menos grave para outro regime mais grave. Tal possibilidade está prevista no art. 118 da LEP e determina o seguinte:

PRESTE MAIS ATENÇÃO!



A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma **REGRESSIVA, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos**, quando o condenado:

praticar fato definido como crime **DOLOSO** ou falta **GRAVE** (o condenado **deverá ser previamente ouvido**);

sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime.

O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses acima citadas, **frustrar os fins da execução OU não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta**. Aqui também o condenado **deverá ser previamente ouvido**.

Saiba que de acordo com a Súmula nº 491 do STJ **é inadmissível a progressão per saltum de regime prisional, ou seja, uma progressão "por salto"** diretamente do regime fechado para o aberto sem passar pelo semiaberto. Em regra, veda-se também a regressão *per saltum* diretamente do regime aberto para o fechado, já que cada regressão pressupõe uma causa que a justifique. Mesmo que o sujeito pratique várias faltas num mesmo episódio, haverá uma única regressão, que, em tese, será para o regime semiaberto. Todavia, em caso de nova unificação da pena em virtude de condenação superveniente, pode ocorrer a regressão diretamente do regime aberto para o fechado, se este regime for o indicado pelo *quantum* da pena.



Tome nota também de que a prática de fato definido como crime DOLOSO é suficiente para dar ensejo à regressão de regime, **não sendo necessário o trânsito em julgado da sentença penal condenatória**.

Segundo o entendimento dominante, não há que se falar em violação do princípio da presunção de inocência, pois o dispositivo legal menciona somente a PRÁTICA de fato definido como crime doloso, e não a condenação por crime doloso. Os Tribunais Superiores têm afirmado a desnecessidade de nova sentença com trânsito em julgado para a regressão de regime, bastando a instauração de ação penal relativamente à prática de outro crime, sendo suficiente, para tanto, que o condenado tenha praticado fato definido como crime doloso.

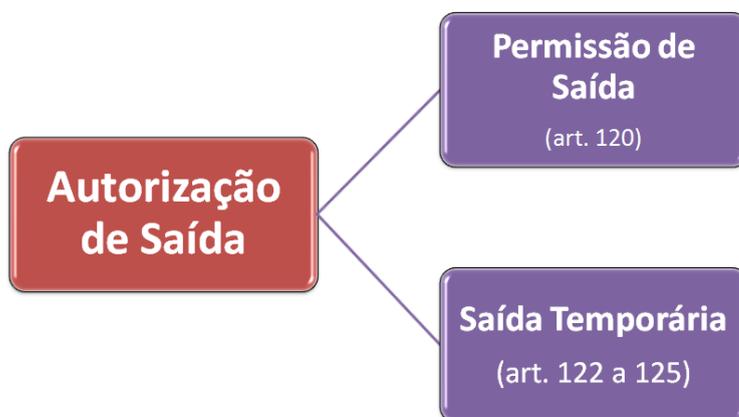
Quer ver um julgado do STF a respeito?

*A prática de falta grave pode resultar, observado o contraditório e a ampla defesa, em regressão de regime. A prática de 'fato definido como crime doloso', para fins de aplicação da sanção administrativa da regressão, **não depende de trânsito em julgado da ação penal respectiva**. A natureza jurídica da regressão de regime lastreada nas hipóteses do art. 118, I, da Lei de Execuções Penais é sancionatória, enquanto aquela baseada no inciso II tem por escopo a correta individualização da pena. A regressão aplicada sob o fundamento do art. 118, I, segunda parte, não ofende ao princípio da presunção de inocência ou ao vetor estrutural da dignidade da pessoa humana.*

STF, HC 93782/2008.

As autorizações de saída dos presos

As autorizações de saída são benefícios que mitigam os rigores da execução contínua da pena privativa de liberdade, sendo gênero que comporta duas espécies:



Vamos conhecer cada um desses tipos de autorização de saída!



A permissão de saída

Os condenados que cumprem pena em regime **fechado** ou **semiaberto** e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

- ✓ **Falecimento ou doença grave** do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;
- ✓ **Necessidade de tratamento médico.**

A permissão de saída será concedida pelo **diretor do estabelecimento** onde se encontra o preso e a permanência do preso fora do estabelecimento terá a duração necessária à finalidade da saída.

Essa é a famosa autorização de saída por razões humanitárias. O prazo, apesar de curto, é indeterminado, vinculando-se ao motivo da saída. Não há necessidade de autorização judicial. Na hipótese de tratamento médico, deve-se verificar se o estabelecimento tem condições de oferecer o serviço adequado, autorizando-se a saída somente nos casos excepcionais acima citados.

A Saída TEMPORÁRIA

▪

ATENÇÃO!

A **Lei nº 14.843/2024** impactou demasiadamente na Lei de Execução Penal, sendo sua **maior incidência nas saídas temporárias**, culminando na sua quase revogação. Poderemos ver, mais abaixo, as mudanças trazidas pelo legislador e que, indubitavelmente irão **DESPENCAR** nas provas!

Com o advento da alteração legislativa mencionada, apenas será possível uma hipótese para a saída temporária, relativa *frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução*. Com isso foram revogadas as de visitação à família, ainda que tenha os requisitos necessários - que veremos mais adiante - não será possível, assim como a saída para a participação de atividades.

Mas não pense, caro aluno, que tal benefício é automático, porque não é! O apenado deverá preencher determinados requisitos para a concessão:



FIQUE ATENTO!



A autorização será concedida por **ATO MOTIVADO DO JUIZ DA EXECUÇÃO**, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e **DEPENDERÁ** da satisfação dos seguintes requisitos:

- * Comportamento adequado;
- * Cumprimento mínimo de **1/6 da pena**, se o condenado for **primário**, e **1/4 da pena**, se **reincidente**;
- * Compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes. Ou seja, a finalidade é exclusiva para fins de estudo e nada mais!

Destaca-se outra alteração que impactou em demasia as saídas temporárias, foi na proibição dela, que antes era apenas para crimes hediondos com resultado morte, passando a ser nas situações de qualquer crime hediondo, e naqueles cujo meio de execução é a grave ameaça e a violência.

Indaga-se se a simples ameaça poderia entrar neste mérito de proibição, assim como a violência a coisas e não pessoas. Obviamente, seria irrazoável o intérprete fazer análise contrária daquilo que o legislador se prontificou a anotar, ou seja, se o mesmo quisesse que fosse apenas ameaça, ele assim teria disciplinado, e, da mesma forma, fica claro que se trata de violência à pessoa, sendo irrefutável que a analogia in mallam partem quanto a aspectos de direito material é proibido em nosso ordenamento jurídico.

O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.



PRESTE MAIS ATENÇÃO!



O benefício será **AUTOMATICAMENTE REVOGADO** quando o condenado:

- * Praticar fato definido como crime doloso;
- * For punido por falta grave;
- * Desatender as condições impostas na autorização; ou
- * Revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar **ou** da demonstração do merecimento do condenado.

A remição

A remição (com "ç" mesmo) é um benefício concedido, em regra, ao preso submetido a **regime fechado** ou **semiaberto**, que pode reduzir o tempo de duração da pena privativa de liberdade através do trabalho ou do estudo.

Segundo o que estabelece o art. 126 da LEP, o condenado que cumpre a pena em **regime fechado** ou **semiaberto** poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo será feita à razão de:

**01 dia
de
pena**

- a cada **12 horas** de frequência **escolar** - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - **divididas, no mínimo, em 03 dias;**

**01 dia
de
pena**

- a cada **03 dias** de **trabalho**



Esclarecendo: as 12 horas de estudo devem ser diluídas em três dias, levando a jornada a quatro horas diárias. E para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

As atividades de estudo acima citadas poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

O tempo a remir em função das horas de estudo será **acrescido de 1/3** no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. Trata-se de um bônus pela conclusão do curso!

FIQUE ATENTO!



Segundo entendimento pacífico dos Tribunais Superiores:

(..) Não se admite a remição pelo trabalho no regime aberto. A razão estaria no art. 36, parágrafo 1º, do CP, que aduz ser necessário que o apenado que cumpre pena em regime aberto trabalhe, frequente curso ou exerça outra atividade autorizada. Nessa linha, a realização de atividade laboral nesse regime de cumprimento de pena não seja, como nos demais estímulo para que o condenado, trabalhando, tivesse direito à remição da pena, na medida em que, nesse regime, o labor não seria senão pressuposto da nova condição de cumprimento de pena.

STF - HC 98261/RS.

(..) a hipótese de remição não está prevista no art. 126 da Lei de Execução Penal, o qual é taxativo a só permitir a remição ao condenado em regime fechado ou semiaberto.

STJ - REsp 894.305-RS/2007.

Em sentido contrário, alguns doutrinadores sustentam que o artigo 126, LEP visa à ressocialização, por isso seu alcance deve ser maior, não lhe sendo recomendada uma interpretação estreita. Alega-se, ainda, que o trabalho externo também é uma das regras do regime semiaberto, por isso não justificaria a restrição à concessão do benefício da remição pelo trabalho no regime aberto.

No entanto, com a edição da Lei nº 12.433/2011, a LEP passou a admitir que o condenado que cumpre pena em **regime aberto** ou **semiaberto** e o que usufrui **liberdade condicional** possa remir,



pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, na razão de um dia de pena a cada doze horas de atividade escolar (artigo 126, parágrafo 6º, LEP).

Agora, atenção: mesmo com a alteração legal, em recentes decisões, o Superior Tribunal de Justiça tem reafirmado o entendimento de que o caput do art. 126 da LEP prevê a remição da pena pelo trabalho somente aos apenados que se encontram nos regimes fechado ou semiaberto. (HC 206.084/RS, AgRg no REsp 1270144/RS, HC 413.132/RS).

Assim, pode-se concluir que a remição pelo trabalho segue a regra do caput do artigo 126 da LEP (regimes fechado e semiaberto), permitindo-se, de forma excepcional, a remição também no regime aberto somente pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional. É assim que você deve levar para a sua prova, ok?

ESTA CAI NA PROVA!



- * A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.
- * A remição também se aplica às hipóteses de prisão cautelar.
- * O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos **continuará a beneficiar-se com a remição**.
- * **O tempo remido será computado como pena cumprida**, para **TODOS** os efeitos.
- * Ao condenado será dada a relação de seus dias remidos.

O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

Em caso de falta **GRAVE**, o juiz poderá revogar **até 1/3 do tempo remido**, levando-se em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.



FIQUE ATENTO!



Constitui o crime de **FALSIDADE IDEOLÓGICA** (art. 299 do Código Penal) declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remissão.

O Livramento Condicional

Caro aluno, o livramento condicional é a última etapa do sistema progressivo de cumprimento de pena, devendo o liberado que atender aos pressupostos legais, cumprir o restante da pena em liberdade, submetendo-se a determinadas condições.

Trata-se de benefício de política criminal voltado a permitir a redução do tempo de encarceramento, com a concessão antecipada e provisória da liberdade do apenado. Não se trata de incidente da execução, visto que a lei assim não o considerou, mas de estágio do cumprimento da pena.

O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do artigo 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e Conselho Penitenciário. E que requisitos são esses? Os seguintes:

Código Penal:

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III - comprovado:

a) bom comportamento durante a execução da pena;

b) não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses;

c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e

d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração;



V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

Deferido o pedido, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

PRESTE MAIS ATENÇÃO!



Serão **SEMPRE IMPOSTAS** (obrigatórias) ao liberado condicional as obrigações seguintes:

- * Obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- * Comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação;
- * Não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.

PODERÃO ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:

- * Não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
- * Recolher-se à habitação em hora fixada;
- * Não frequentar determinados lugares.
- * Utilizar equipamento de monitoração eletrônica *(incluído pela Lei nº 14.843/2024)*

Se for permitido ao liberado residir fora da comarca do Juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao Juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção. Nesses casos, o liberado será advertido da obrigação de apresentar-se imediatamente a essas autoridades.



Concedido o benefício, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em 02 vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Conselho Penitenciário.

Ao sair o liberado do estabelecimento penal, ser-lhe-á entregue, além do saldo de seu pecúlio e do que lhe pertencer, uma caderneta, que exhibirá à autoridade judiciária ou administrativa, sempre que lhe for exigida. Essa caderneta conterá a identificação do liberado; o texto impresso "Livramento Condicional" e as condições impostas.

Na falta de caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, em que constem as condições do livramento, podendo substituir-se a ficha de identificação ou o seu retrato pela descrição dos sinais que possam identificá-lo.

Assim como pode ser concedido, o livramento condicional também poderá ser revogado. Segundo o art. 140 da LEP, a revogação do livramento condicional se dará nas hipóteses previstas nos artigos 86 e 87 do Código Penal, abaixo transcritos:

Código Penal

Revogação do livramento

Art. 86 - Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível:

I - por crime cometido durante a vigência do benefício;

II - por crime anterior, observado o disposto no art. 84 deste Código (soma das penas).

Revogação facultativa

Art. 87 - O juiz poderá, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.

FIQUE ATENTO!



Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, **computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova**, sendo permitida, para a concessão de **novο livramento**, a soma do tempo das 02 penas. No caso de revogação por outro motivo, **não se computará na pena o tempo em**



que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento.

A revogação será decretada a requerimento do Ministério Público, mediante representação do Conselho Penitenciário, ou, de ofício, pelo Juiz, ouvido o liberado.

Praticada pelo liberado outra infração penal, o Juiz poderá ordenar a sua prisão, ouvidos o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, suspendendo o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, ficará dependendo da decisão final.

FIQUE ATENTO!



O JUIZ, de ofício, a requerimento do interessado, do Ministério Público ou mediante representação do Conselho Penitenciário, julgará **EXTINTA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE**, se expirar o prazo do livramento **SEM REVOGAÇÃO**.

As regras sobre a Monitoração Eletrônica

Caro aluno, estamos diante de uma das mais recentes inovações inserida na Lei de Execução Penal pela Lei nº 12.258/2010, que permite ao juiz da execução estabelecer a fiscalização indireta através de monitoração eletrônica. O tema foi regulamentado pelo Decreto nº 7.627/11, segundo o qual “considera-se monitoração eletrônica a vigilância telemática posicional à distância de pessoas presas sob medida cautelar ou condenadas por sentença transitada em julgado, executada por meios técnicos que permitam indicar a sua localização”.

Segundo o art. 146-B da LEP, o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica apenas em uma dessas seguintes situações:

ESTA CAI NA PROVA!



- Para autorizar a SAÍDA TEMPORÁRIA no REGIME SEMIABERTO;
- Para determinar a PRISÃO DOMICILIAR



- Aplicar pena privativa de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou conceder progressão para tais regimes.
- Aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de frequência a lugares específicos
- Conceder livramento condicional

A pessoa monitorada deverá receber documento no qual constem, de forma clara e expressa, seus direitos e os deveres a que estará sujeita, o período de vigilância e os procedimentos a serem observados durante a monitoração.

O equipamento de monitoração eletrônica deverá ser utilizado de modo a respeitar a integridade física, moral e social da pessoa monitorada. O sistema de monitoramento será estruturado de modo a preservar o sigilo dos dados e das informações da pessoa monitorada e o acesso aos dados e informações da pessoa monitorada ficará restrito aos servidores expressamente autorizados que tenham necessidade de conhecê-los em virtude de suas atribuições.

Conforme art. 146-C, O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e dos seguintes **deveres**:

- ✓ Receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações;
- ✓ Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça.

A monitoração eletrônica, conforme art. 146-D poderá ser **revogada** quando se tornar desnecessária ou inadequada; se o acusado ou condenado violar os **deveres** a que estiver sujeito durante a sua vigência ou se cometer falta grave.

E em relação à violação dos **deveres** a que estiver sujeito, a situação do acusado ou do condenado pode ficar um tanto pior!

PRESTE MAIS ATENÇÃO!



A violação comprovada dos deveres aqui previstos poderá acarretar, a critério do JUIZ DA EXECUÇÃO, ouvidos o Ministério Público e a defesa:

A **regressão do regime**;



A **revogação da autorização de saída temporária**;

A **revogação da prisão domiciliar**;

Advertência, por escrito, para todos os casos em que o juiz da execução decida não aplicar alguma das três medidas acima previstas.

A **revogação** do livramento condicional

A **conversão** da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade

Por fim, conforme alteração da Lei n. 14.994/2024, é impositivo a fiscalização por meio de monitoramento eletrônico ao condenado por crime de feminicídio, nos termos no art. 121-A do CP, quando estiver no usufruto de benefício que implica a sua saída do estabelecimento prisional.



A Suspensão Condicional da Pena (ou Sursis)

O Juiz poderá suspender, **pelo período de 02 a 04 anos**, a **execução da pena privativa de liberdade, não superior a 02 anos**, na forma prevista nos artigos 77 a 82 do Código Penal.

O Juiz ou Tribunal, na sentença que aplicar pena privativa de liberdade não superior a 02 anos, deverá pronunciar-se, motivadamente, sobre a suspensão condicional, quer a conceda, quer a denegue.

O sursis, a bem da verdade, tem o condão de ser uma medida descarcerizadora, tendo por finalidade evitar o aprisionamento daqueles sujeitos condenados a penas privativas de liberdade de curta duração (não superiores a 02 anos).

A aplicação do sursis é direito subjetivo do réu e não mera faculdade do juiz, uma vez que a LEP (art. 157) determina que o juiz ou o tribunal, na sentença que aplicar pena privativa de liberdade deverá pronunciar-se motivadamente sobre a suspensão condicional da pena.

Concedida a suspensão, o Juiz especificará as condições a que fica sujeito o condenado. Tais condições serão adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado, **devendo ser incluída entre as mesmas a de prestar serviços à comunidade, ou a de limitação de fim de semana**, salvo hipótese do artigo 78, § 2º, do Código Penal.

O Juiz poderá, a qualquer tempo, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, ouvido o condenado.

O beneficiário, ao comparecer periodicamente à entidade fiscalizadora, para comprovar a observância das condições a que está sujeito, comunicará, também, a sua ocupação e os salários ou proventos de que vive.

A entidade fiscalizadora deverá comunicar imediatamente ao órgão de inspeção, para os fins legais, qualquer fato capaz de acarretar a revogação do benefício, a prorrogação do prazo ou a modificação das condições.

A revogação da suspensão condicional da pena e a prorrogação do período de prova dar-se-ão na forma do artigo 81 e respectivos parágrafos do Código Penal.



A Execução das Penas Restritivas de Direito

1. Regras Gerais

Em primeiro lugar, saiba que são as seguintes as penas **restritivas de direitos** aplicáveis no âmbito penal:



As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as penas privativas de liberdade, desde que preenchidos os requisitos exigidos no art. 44 do Código Penal.

Pois bem, transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o **Juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público**, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.

A seguir, as regras que a Lei de Execução Penal reserva para a execução de cada um desses tipos de pena restritiva de direitos.

2. A pena de prestação de serviços à comunidade

Para a aplicação da pena de prestação de serviços à comunidade, caberá ao **Juiz da execução**:

- ✓ Designar a entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões;
- ✓ Determinar a intimação do condenado, cientificando-o da entidade, dias e horário em que deverá cumprir a pena;
- ✓ Alterar a forma de execução, a fim de ajustá-la às modificações ocorridas na jornada de trabalho.





O trabalho terá a duração de **08 horas semanais** e será realizado aos **sábados, domingos e feriados, OU em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho**, nos horários estabelecidos pelo Juiz. A execução terá início a **partir da data do primeiro comparecimento**.

A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao Juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar.

3. A pena de limitação de fim de semana

De acordo com o art. 48 do Código Penal, a **limitação de fim de semana** consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 05 horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

Caberá, portanto, ao Juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena. Assim como na pena de prestação de serviços à comunidade, a execução dessa pena também terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas. O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao Juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou falta disciplinar do condenado.



Nos casos de **violência doméstica CONTRA A MULHER**, o juiz poderá determinar o comparecimento **OBRIGATÓRIO** do agressor a programas de **recuperação e reeducação**.

Em qualquer fase da execução, poderá o Juiz, motivadamente, alterar, a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ajustando-as às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.



4. A Pena de interdição temporária de direitos

A pena de interdição de direitos vem disciplinada no Código Penal Brasileiro, art. 47, incisos I a V, abaixo transcritos:

Código Penal:

Interdição temporária de direitos

Art. 47 - As penas de interdição temporária de direitos são:

I - proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo;

II - proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público;

III - suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.

IV - proibição de frequentar determinados lugares.

V - proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.

Caberá ao **Juiz da execução** comunicar à autoridade competente a pena aplicada, determinada a intimação do condenado.

Na hipótese de pena de interdição do **inciso I** do art. 47, a autoridade deverá, **em 24 horas**, contadas do recebimento do ofício, baixar ato, a partir do qual a execução terá seu início.

Nas hipóteses dos **incisos II e III** do art. 47, o Juízo da execução determinará a apreensão dos documentos, que autorizam o exercício do direito interdito. A LEP nada fala a respeito das hipóteses dos incisos IV e V do art. 47!



A autoridade deverá comunicar **IMEDIATAMENTE** ao Juiz da execução o **descumprimento** da pena.



A Execução das Medidas de Segurança

Se você já estudou o Código Penal, deve estar lembrado quais são essas tais medidas de segurança.

As medidas de segurança são reações do ordenamento jurídico, orientadas por razões de prevenção especial, à periculosidade revelada pelo agente após a prática de um ato descrito como ilícito penal. Segundo o art. 96 do Código Penal, as **medidas de segurança** são:

- ✓ **Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico** ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; e
- ✓ **Sujeição a tratamento ambulatorial.**

Ao lado das penas, as medidas de segurança são espécies de sanções penais. Todavia a sua aplicação se baseia em pressupostos diversos (a prática de ilícito penal, a periculosidade do agente e a ausência de imputabilidade plena) e tem funções diversas (prevenção especial- segregação e tratamento curativo). Por serem espécies de respostas penais, devem respeitar o princípio da legalidade em matéria penal, inclusive, em seus desdobramentos de anterioridade e irretroatividade gravosa.

Segundo o que estabelece o art. 171 da Lei de Execução Penal, transitada em julgado a sentença que aplicar **medida de segurança**, será ordenada a expedição de guia para a execução.

A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a subscreverá com o Juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:

- ✓ A qualificação do agente e o número do registro geral do órgão oficial de identificação;
- ✓ O inteiro teor da denúncia e da sentença que tiver aplicado a medida de segurança, bem como a certidão do trânsito em julgado;
- ✓ A data em que terminará o prazo mínimo de internação, ou do tratamento ambulatorial;
- ✓ Outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento ou internamento.

Ao Ministério Público será dada ciência da guia de recolhimento e de sujeição a tratamento e essa guia deverá ser retificada sempre que sobrevier modificações quanto ao prazo de execução.



Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, **sem a guia expedida pela autoridade judiciária.**

Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, **poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.**



Regrinhas Finais

Vamos fechar de vez nossa aula com algumas regrinhas finais da LEP que podem ser fonte de inspiração para o elaborador de sua prova:

- ✚ É **proibido** ao integrante dos órgãos da execução penal, e ao servidor, a divulgação de ocorrência que perturbe a segurança e a disciplina dos estabelecimentos, bem como exponha o preso à inconveniente notoriedade, durante o cumprimento da pena.
- ✚ O condenado por **crime político** não está obrigado ao trabalho.
- ✚ Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da **Cadeia Pública**.
- ✚ A sentença condenatória será registrada, com a nota de suspensão em livro especial do Juízo a que couber a execução da pena. Revogada a suspensão ou extinta a pena, será o fato averbado à margem do registro.



CUMPRIDA ou EXTINTA a pena, **NÃO CONSTARÃO** da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, **qualquer notícia ou referência à condenação**, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.



QUESTÕES COMENTADAS

1) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC.

João, que não ostenta qualquer problema de saúde e se encontra preso há um ano, em cumprimento definitivo de pena pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, entrou em contato com o seu advogado e este lhe informou que o órgão público competente, nos termos da Lei de Execução Penal, foi instado a emitir parecer sobre um potencial indulto que poderia beneficiar o apenado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a emissão de parecer sobre indulto, excetuado o pedido com base no estado de saúde do preso, é uma incumbência do:

- A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- B) Departamento Penitenciário;
- C) Conselho da Comunidade;
- D) Conselho Penitenciário;
- E) Patronato.

Comentário:

Conforme a literalidade do art. 70, I:

Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário:

I - emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso;

Gabarito: D

2) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC

Matheus cumpre pena, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão da prática de determinado crime patrimonial. No curso da execução penal, após conversas com outros apenados, Matheus percebeu que, em breve, teria direito ao livramento condicional, motivo pelo qual passou a se inteirar do assunto. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

A) serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações de não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; recolher-se



à habitação em hora fixada; não frequentar determinados lugares; e utilizar equipamento de monitoração eletrônica;

B) poderão ser impostas ao liberado condicional as obrigações de obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação; e não mudar do território da comarca do juízo da execução, sem prévia autorização deste;

C) se houver a revogação do livramento condicional em razão da prática de infração penal anterior à vigência do benefício, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento;

D) concedido o benefício do livramento condicional, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Ministério Público;

E) se for permitido ao liberado residir fora da comarca do juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

Comentário:

A) ERRADO. As obrigações de não mudar de residência são facultativas, e nem sempre serão impostas, conforme art. 132, §2º, a

B) ERRADO. A obrigação de obter ocupação lícita, dentro do prazo razoável, se apto para o trabalho, é SEMPRE imposta, ao contrário do que afirma a alternativa, conforme art. 132, §1º

C) ERRADO. Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 2 (duas) penas.

D) ERRADO. Concedido o benefício, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em 2 (duas) vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Conselho Penitenciário.

E) CERTO. Conforme a literalidade fiel do art. 133

Gabarito: E

3) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC

Após a observância do devido processo legal, João, que teria matado um vizinho, foi absolvido impropriamente, com a aplicação de uma medida de segurança, em razão da sua inimputabilidade penal. Passados seis meses do trânsito em julgado da sentença, Maria, genitora



de João, procurou um advogado, solicitando-lhe esclarecimentos sobre quando ocorreria a liberação do seu filho. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

A) em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade;

B) juntado aos autos o relatório realizado pela Defensoria Pública ou pelo advogado constituído pelo agente ou realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do indivíduo, será ouvido o Ministério Público no prazo de cinco dias;

C) a Defensoria Pública ou o advogado constituído pelo agente, até um mês antes de expirar o prazo de duração mínima da medida, remeterá ao juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida de segurança;

D) o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, salvo se expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

E) ouvidas as partes e realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, o juiz proferirá a sua decisão, no prazo de dez dias.

Comentário:

A) CERTO. Trata-se da reprodução PERFEITA do art. 176

B) ERRADO. Juntado aos autos o relatório ou realizadas as diligências, serão ouvidos, sucessivamente, o Ministério Público e o curador ou defensor, no prazo de 3 (três) dias para cada um, conforme art. 175, III

C) ERRADO. A autoridade administrativa, até 1 (um) mês antes de expirar o prazo de duração mínima da medida, remeterá ao Juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida, conforme art. 175, I

D) ERRADO. Sobre a cessação da periculosidade, o Juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências, ainda que expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança, conforme art. 175, V

E) ERRADO. ouvidas as partes ou realizadas as diligências a que se refere o inciso anterior, o Juiz proferirá a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 175, VI

Gabarito: A



4) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

No que diz respeito à execução penal, assinale a afirmativa correta, segundo a legislação vigente.

- A) Ainda que a sentença condenatória tenha transitado em julgado, cabe ao juízo criminal prolator da sentença a aplicação de lei mais benéfica, posteriormente editada.
- B) O poder disciplinar no curso da execução da pena privativa de liberdade somente será exercido pela autoridade judiciária, sob o crivo do contraditório e mediante manifestação do Ministério Público.
- C) O regime disciplinar diferenciado somente é aplicável aos presos condenados, nacionais ou estrangeiros.
- D) O direito do preso de manter correspondência com pessoas externas ao cárcere pode ser suspenso ou restrito por ato motivado do diretor do estabelecimento penal.
- E) A remição consiste no deferimento do cumprimento de pena em regime semiaberto, após já ter sido cumprido um terço da pena em regime fechado.

Comentário:

- A) ERRADO. Conforme art. 66, I, compete ao Juízo de Execução aplicar lei posterior que de que modo favoreça o condenado
- B) ERRADO. O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares, conforme art. 47
- C) ERRADO. Também se aplica aos presos provisórios!
- D) CERTO. Conforme art. 41, parágrafo único, o diretor do estabelecimento poderá suspender tal direito, desde que por ato motivado.
- E) ERRADO. Trata-se de uma diminuição do tempo a cumprir, seja em regime fechado ou aberto, seja por meio de estudo ou trabalho, conforme art. 126

Gabarito: D

5) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-MS

Durante a execução da pena que lhe foi imposta, em razão de condenação definitiva pelo delito de homicídio qualificado, Jonas cometeu falta grave consistente na prática de crime doloso que ocasionou desordem no presídio. Por esse motivo, foi submetido, em observância às



formalidades legais, ao regime disciplinar diferenciado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), o regime disciplinar diferenciado está sujeito à seguinte característica:

- A) visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado pelo diretor do estabelecimento prisional, com duração de duas horas;
- B) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização do diretor do estabelecimento prisional em contrário;
- C) direito do preso à saída da cela por uma hora diária para banho de sol, em grupos de até quatro presos, desde que não haja contato com internos do mesmo grupo criminoso;
- D) duração máxima de até doze meses, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;
- E) fiscalização do conteúdo da correspondência.

Comentário:

A) ERRADO. Visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas.

B) ERRADO. Entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário

C) ERRADO. Direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.

D) ERRADO. Duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

E) CERTO. Conforme a perfeita redação do art. 52, caput, VI.

Gabarito: E

6) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP



João, integrante da facção criminosa "ABC", durante o cumprimento de pena pela prática do crime de homicídio qualificado, é informado de que será incluído no regime disciplinar diferenciado (RDD), em observância às formalidades legais. Muito preocupado com as restrições que lhe serão impostas, João pergunta a diversas pessoas sobre as peculiaridades do RDD. Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é característica do regime disciplinar diferenciado:

- A) as visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de duas horas;
- B) a vedação ao comparecimento presencial do preso em audiências judiciais, garantindo-se os equipamentos necessários para que o acautelado participe do ato por videoconferência;
- C) as entrevistas monitoradas, inclusive aquelas com o defensor do preso, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário;
- D) a saída da cela por duas horas diárias para banho de sol, em grupos de até cinco presos, desde que não haja contato com outros acautelados do mesmo grupo criminoso;
- E) duração máxima de dois anos, admitindo-se uma prorrogação, por igual período, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

Comentário:

- A) CERTO. Conforme a perfeita redação do art. 52, caput, III
- B) ERRADO. Não existe vedação à participação das audiências e forma presencial. O que existe é uma PREFERÊNCIA por participar por meio de videoconferência, conforme art. 52, caput, VII
- C) ERRADO. Entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário
- D) ERRADO. Direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.
- E) ERRADO. Duração máxima de até 2 (dois) anos, ~~admitindo-se uma prorrogação, por igual período~~ sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

Gabarito: A



7) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP

João, primário, foi condenado, em sentença transitada em julgado, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências do devido processo legal, pela prática, em abril de 2023, de crime hediondo, sem resultado morte, com o cumprimento de pena iniciando-se em regime fechado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, João, observados os demais requisitos legais, poderá progredir para regime menos rigoroso quando tiver cumprido ao menos:

- A) 30% da pena;
- B) 40% da pena;
- C) 50% da pena;
- D) 60% da pena;
- E) 70% da pena.

Comentário:

Sempre que falar em hediondo, poderá ser apenas 40% ou 50%. Entretanto, apenas um está relacionado com o resultado NÃO MORTE, que é o primeiro, conforme art. 112, V:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário

Gabarito: B

8) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP

Wallace, em cumprimento de pena pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, é informado, pelo seu advogado, sobre a possibilidade de remir parte da pena, a partir do trabalho ou do estudo. Assim sendo, o condenado, entusiasmado com a notícia que lhe fora passada, resolve analisar, detidamente, o instituto da remição, visando à redução do seu período de encarceramento. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:



- A) o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de um quarto no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do
- B) o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por estudo, parte do tempo de execução da pena, à razão de um dia de pena a cada oito horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em dois dias;
- C) o preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição pelo prazo de seis meses, prorrogável uma vez, por igual período;
- D) em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até um terço do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar;
- E) a remição será declarada pelo diretor do estabelecimento prisional, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

Comentário:

- A) ERRADO. O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.
- B) ERRADO. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena, à razão de um dia de pena a cada 12 HORAS de frequência escolar, divididas, no mínimo em 3 DIAS.
- C) ERRADO. O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição – *APENAS ISTO!*
- D) CERTO. Conforme a fiel reprodução do art. 127
- E) ERRADO. A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

Gabarito: D

9) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-RJ

De acordo com a Lei de Execução Penal, o condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, ao(à):

- A) encarceramento em “solitária” por um período de três meses.



- B) exame e diagnóstico psiquiátrico.
- C) identificação do perfil genético, mediante extração de DNA.
- D) cadeia de custódia.
- E) trabalho em penitenciária agrícola.

Comentário:

O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

Gabarito: C

10) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-RJ

Quando nos referimos ao Sistema Prisional, cabe ao Ministério Público:

- A) supervisionar e coordenar os estabelecimentos prisionais da Unidade da Federação a que pertencem.
- B) determinar medidas de segurança para os apenados em regime semiaberto.
- C) supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.
- D) fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.
- E) interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.

Comentário:

As incumbências do MP estão no art. 68, caput e parágrafo único:

Art. 68. Incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento;

II - requerer:

a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;



- b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;
- c) a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;
- d) a revogação da medida de segurança;
- e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional;
- f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior.

III - interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.

Parágrafo único. O órgão do Ministério Público visitará mensalmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

Gabarito: E

11) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: MPE-GO

Maria, primária e possuidora de bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, foi condenada, definitivamente, pela prática de três crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança, em continuidade delitiva, em detrimento do seu patrão, perpetrados em 2023. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que Maria, que se encontra grávida, progredirá de regime com o cumprimento de

- A) dezesseis por cento da pena.
- B) vinte por cento da pena.
- C) um décimo da pena.
- D) um oitavo da pena.
- E) um sexto da pena.

Comentário:

A sua progressão de pena corresponderá ao art. 112, §3º, III, na qual:

Art. 112. § 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:



III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior

Gabarito: D

12) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: PC-SC

Dalva, mãe de filhas gêmeas de 13 anos, foi condenada por roubo (Art. 157 do CP) à pena de reclusão de 4 anos e 2 meses. Dalva foi condenada no passado pelo crime de furto (Art. 155 do CP), tendo cumprido sua pena integralmente há 6 anos. Pelo exposto, para progredir de regime prisional, Dalva deverá obrigatoriamente

- A) cumprir 16% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.
- B) cumprir 30% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- C) cumprir 30% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.
- D) cumprir 20% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- E) cumprir 25% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

Comentário:

No primeiro momento, é importante verificar que, mesmo que já tenha sido julgado com sentença transitada em julgado por outro crime, ela será considerada primária, já que se passou mais de 5 anos do cumprimento da pena. Sendo assim, sua progressão de pena dependerá do cumprimento de 25% da pena. Além de depender de bom comportamento carcerário, conforme art. 112, §1º. Não se obedece ao §3º, pois, de cumprimento de 1/8 da pena, pois o crime foi praticado com violência à pessoa

Gabarito: E

13) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

A Lei de Execuções Penais informa ser o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) o órgão central da execução penal.

Com relação às competências do CNPCP, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Ao CNPCP incumbe propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.



() Ao CNPCP incumbe promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do país;

() Ao CNPCP incumbe promover a interdição do todo ou em parte, de estabelecimento penal em caso de violação das normas referentes à execução penal.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V — F — F.

B) V — V — F.

C) V — F — V.

D) F — V — V.

E) V — V — V.

Comentário:

V – Conforme a literalidade fiel do art. 64, I

V – Conforme a literalidade fiel do art. 64, III

F - *Representar* ao Juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal, conforme art. 64, IX

Gabarito: B

14) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

O Banco Nacional de Perfis Genéticos foi criado em 2013 para auxiliar os órgãos de segurança pública em investigações criminais a partir do cadastro de material genético para fins de comparação com vestígio biológicos deixados no local de crime ou no corpo da vítima. A respeito do procedimento de identificação do perfil genético, é correto afirmar que

A) a amostra biológica coletada pode ser utilizada para prática de fenotipagem genética ou de busca familiar.

B) a recusa do apenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético constitui falta grave.

C) a submissão à identificação do perfil genético do preso provisório acusado de crime contra a vida ou contra a liberdade sexual é obrigatória.



D) o acesso ao banco de dados de identificação do perfil genético pode ser feito por qualquer agente policial, independente de prévia autorização judicial.

E) o condenado por crime de organização criminosa será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético.

Comentário:

A) ERRADO. A amostra biológica coletada só poderá ser utilizada para o único e exclusivo fim de permitir a identificação pelo perfil genético, *não estando autorizadas as práticas de fenotipagem genética ou de busca familiar*

B) CERTO. Correto, conforme art. 9º, §8º: *Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.*

C) ERRADO. Conforme art. 9º-A, *O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional*

D) ERRADO. A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.

E) ERRADO. Conforme art. 9º-A, *O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional*

Gabarito: B

15) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

A Emenda Constitucional nº 104/2019 criou as polícias penais federal, estaduais e distrital, promovendo a transformação do cargo de agente penitenciário em polícia penal, a quem incumbe a segurança dos estabelecimentos penais. Entre as atividades atribuídas à polícia penal, são delegáveis, sendo passíveis de execução indireta, as atividades de

A) classificação de condenados.

B) aplicação de sanções disciplinares.

C) controle de rebeliões.



- D) execução do trabalho do preso.
- E) transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário.

Comentário:

Conforme art. 83:

Art. 83-A. Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais, e notadamente:

II - serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso.

Sendo assim, a atividade de execução do trabalho do preso, ao contrário das demais mencionadas, em conformidade com o art. 83-B, poderá ser executada de forma indireta e ainda ser passível de delegação.

Gabarito: D

16) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional. Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.
- () O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.
- () A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V — F — F.
- B) V — V — F.
- C) V — F — V.
- D) F — V — V.



E) F — V — F.

Comentário:

V – Tanto que é característica do RDD visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas, conforme art. 52, III.

F – No primeiro momento, ao olharmos para o art. 52, I, entenderemos, de fato, que a aplicação aplicar-se-á apenas nas condições de falta grave. No entanto, o §1º, e o §4º nos leva a outra possibilidade de prorrogação do RDD, quando o preso apresentar, continuamente, alto risco a ordem ou a segurança do estabelecimento penal, ou quanto suspeita-se que participa de organização criminosa.

V – Conforme os arts. 52, II e IV

Gabarito: C

17) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-PR

Felisberto é condenado, por sentença definitiva, a uma pena de 1 ano de reclusão, em regime inicialmente aberto, a qual é substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo prazo. Decorridos 5 meses do início da execução da citada pena, sobrevém nova condenação definitiva, a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. Diante do caso narrado, o juiz da execução penal deverá:

- A) manter a pena restritiva de direitos, pois sua execução é compatível com o regime prisional fixado na nova condenação;
- B) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;
- C) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;
- D) converter a pena restritiva de direitos em prisão albergue domiciliar, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes;
- E) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes.

Comentário:



Trata-se do informativo 736 do STJ:

"Sobrevindo condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos, as penas serão objeto de unificação, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvada a possibilidade de cumprimento simultâneo aos apenados em regime aberto e vedada a unificação automática nos casos em que a condenação substituída por pena alternativa é superveniente" (REsp 1.918.287/MG, 27.04.2022)

A jurisprudência do tribunal superior definiu regras para a unificação de penas em casos de múltiplas condenações. Se a primeira condenação é uma pena restritiva de direitos e a segunda é uma pena privativa de liberdade, as penas serão unificadas com a conversão da pena alternativa em privativa de liberdade, caso o regime da segunda condenação seja semiaberto ou fechado. No entanto, se o regime for aberto, o condenado pode cumprir simultaneamente as penas restritiva de direitos e privativa de liberdade.

Por outro lado, se a primeira condenação é uma pena privativa de liberdade e a segunda é restritiva de direitos, o juiz da execução não pode converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade para unificar as penas.

Gabarito: C

18) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-SE

João foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática do crime de furto simples tentado. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos, qual seja, a prestação de serviços à comunidade, em um hospital da rede pública municipal. No curso da execução, o efetivo cumprimento da prestação de serviço à comunidade foi objeto de fiscalização, apurando-se a regularidade na conduta de João. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, a fiscalização do cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade compete ao:

- A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- B) Departamento Penitenciário;
- C) Conselho da Comunidade;
- D) Conselho Penitenciário;
- E) Patronato.

Comentário:

Art. 79. Incumbe também ao Patronato:



I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos;

II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana;

III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

Gabarito: E

19) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ

Fábio Augusto praticou dois diferentes crimes de furto pelos quais foi denunciado, iniciando dois diferentes processos penais. Em razão do primeiro crime de furto, Fábio Augusto foi condenado a pena privativa de liberdade, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. Quando já se encontrava cumprindo a primeira pena, restou condenado a pena privativa de liberdade pela prática do segundo crime, mas essa sanção penal foi substituída por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade. Transitada em julgado a sentença que impôs a pena alternativa, o juízo competente para executar as penas converteu-a em privativa de liberdade. Diante do caso exposto, é correto afirmar que a conversão:

A) é possível, desde que demonstrada a impossibilidade de cumprimento simultâneo das penas;

B) é possível, pois a execução da pena privativa de liberdade não foi suspensa;

C) não é possível, pois a lei somente a admite quando o apenado deixa de prestar o serviço injustificadamente;

D) não é possível, pois o crime de furto não tem entre seus elementos a violência ou a grave ameaça à pessoa e o apenado é primário;

E) não é possível, pois a pena restritiva de direitos sobreveio à privativa de liberdade.

Comentário:

Trata-se do informativo 736 do STJ:

"Sobrevindo condenação por pena privativa de liberdade no curso da execução de pena restritiva de direitos, as penas serão objeto de unificação, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade, ressalvada a possibilidade de cumprimento simultâneo aos apenados em regime aberto e vedada a unificação automática nos casos em que a condenação substituída por pena alternativa é superveniente" (REsp 1.918.287/MG, 27.04.2022)



A jurisprudência do tribunal superior definiu regras para a unificação de penas em casos de múltiplas condenações. Se a primeira condenação é uma pena restritiva de direitos e a segunda é uma pena privativa de liberdade, as penas serão unificadas com a conversão da pena alternativa em privativa de liberdade, caso o regime da segunda condenação seja semiaberto ou fechado. No entanto, se o regime for aberto, o condenado pode cumprir simultaneamente as penas restritiva de direitos e privativa de liberdade.

Por outro lado, se a primeira condenação é uma pena privativa de liberdade e a segunda é restritiva de direitos, o juiz da execução não pode converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade para unificar as penas.

Gabarito: E

20) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Weber Júnior foi condenado a pena de quatro anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime semiaberto, por crime de roubo de um telefone celular, praticado em 1º de janeiro de 2021. Na oportunidade, afirmou que quebraria a “cara” da vítima, caso não lhe entregasse o aparelho, sendo preso em flagrante e submetido à prisão cautelar até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Apesar de ser primário, a lentidão crônica da Vara de Execuções Penais fez com que, somente no dia 31 de abril de 2022, Weber Júnior progredisse para o regime aberto e deixasse a unidade prisional, autorizado a prosseguir o cumprimento da pena em prisão-albergue domiciliar com monitoramento eletrônico. Contudo, jamais compareceu ao local em que seria instalado o aparelho de monitoramento, razão pela qual foi considerado evadido a partir do dia 1º de maio de 2022, sendo proferida decisão de regressão cautelar ao regime semiaberto com expedição de mandado de prisão. Weber Júnior readquirirá o bom comportamento que lhe permitirá progredir novamente para o regime aberto:

- A) cinco meses e dez dias após a recaptura;
- B) cinco meses e dez dias após a evasão;
- C) oito meses após a recaptura;
- D) um ano após a recaptura;
- E) um ano após a evasão.

Comentário:

Questão ENJOADA, mas muito importante para rever certos conceitos.

Devemos lembrar do art. 112 e das porcentagem previstas em seus subsequentes dispositivos, encaixando o nosso caso do Weber na LEP.



Bem, como ele foi condenado a 4 anos de reclusão, e ser primário quanto ao crime de roubo, praticado mediante grave ameaça, iremos passar para o inciso III do artigo supracitado, com a respectiva redação:

Art. 112, III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça

Passado o lapso temporal no regime fechado, e contando a lentidão da Execução Penal, conforme o enunciado, ele apenas passou para o regime semi-aberto depois de 1 ano e 4 meses, restando então 2 anos e 8 meses da pena restante.

Entretanto, conforme podemos rever no enunciado, ele fugiu, praticando falta grave e interrompendo o prazo para a concessão de nova progressão de pena.

A partir do momento em que for *recapturado*, reinicia-se a *contagem desta data*, e para que tenha *acesso ao regime aberto*, além do bom comportamento, deverá cumprir 25% do restante, o que nos remete ao resultado de *8 meses de semi-aberto*.

Gabarito: C

21) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo. Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

- A) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;
- B) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;
- C) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;
- D) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;
- E) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.

Comentário:



Conforme art: 25 caput: A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Gabarito: C

22) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

De acordo com a Lei de Execuções Penais, o livramento condicional poderá ser concedido pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário. Será sempre imposta ao liberado condicional a obrigação de:

- A) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- B) não frequentar estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas;
- C) comparecer à reunião com o agente de condicional a cada quinze dias;
- D) utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- E) frequentar curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior.

Comentário:

Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes (art. 132, §1º)

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- b) comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação;
- c) não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.

Gabarito: A

23) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista. Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

- A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa



individualizador;

B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;

E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

Comentário:

A) ERRADO. A redação do art. 6º é aplicada de forma obrigatória aos presos com pena privativa de liberdade em regime FECHADO. Aos de regime semi-aberto, tanto a classificação como exame criminológico é facultativo

B) ERRADO. O exame criminológico para o regime semi-aberto é facultativo

C) CERTO. Conforme a redação do art. 8º, parágrafo único da LEP

D) ERRADO. Aplica-se apenas aos presos do regime fechado

E) ERRADO. Apesar de Roubo poder ser praticado com violência, o texto do art. 9º-A, que especifica a identificação do perfil genético, fala de crime doloso praticado com VIOLÊNCIA GRAVE contra a pessoa, o que não é o caso do delito patrimonial mencionado na hipótese.

Gabarito: C

24) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

João, em cumprimento de pena privativa de liberdade, por força de condenação pelo crime de homicídio, pratica fato previsto como crime doloso, gravado pelas câmeras de segurança do estabelecimento prisional. Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

A) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, desde que se demonstre que o fato ocasionou a subversão da ordem ou disciplina interna e que o condenado representa alto risco para a segurança do estabelecimento;



- B) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ou a abertura de processo administrativo disciplinar, considerando a certeza proveniente da gravação das câmeras de segurança;
- C) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando o exercício do contraditório e da ampla defesa, em processo administrativo disciplinar;
- D) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é imprescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- E) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

Comentário:

Deve-se ter o conhecimento da Súmula 533 e 526 do STJ, nas quais, respectivamente:

- *Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.*
- *O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato*

Gabarito: C

25) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Sobre a saída temporária do preso, assinale a afirmativa correta.

- A) A fruição do benefício ocorre sem vigilância direta, sendo vedado, inclusive, o monitoramento eletrônico do preso.
- B) O benefício pode ser obtido por presos de qualquer regime.
- C) A concessão do benefício independe de prévio decreto do presidente da República.
- D) A autorização para a saída temporária é deferida pelo diretor do presídio.



E) O benefício poderá ser concedido em razão de falecimento de parente ou para tratamento de saúde.

Comentário:

A) ERRADO. De fato, a saída temporária é sem vigilância direta, mas isso não significa que é vedado o monitoramento eletrônico, conforme art. 122, §1º.

B) ERRADO. Apenas aos presos do regime semi-aberto

C) CERTO. A saída temporária é um concessão judicial, e nada se relaciona com o decreto presidencial.

D) ERRADO. Será concedida por ato motivado do Juiz, ouvidos o Ministério Público e a Administração Penitenciária

E) ERRADO. Atualmente, apenas é possível para fins de frequência em curso supletivo profissionalizante, e instrução de 2º grau ou superior, desde que seja na Comarca do Juízo da Execução.

Gabarito: C

26) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Sobre a prisão de pessoa do gênero feminino, assinale a afirmativa correta.

A) A gestante condenada por tráfico de drogas pode progredir de regime após cumprir um oitavo da pena, se for primária, apresentar bom comportamento e não tiver participado de organização criminosa.

B) A mulher transgênero deve cumprir pena em unidade prisional feminina.

C) A condenada lactante deve ser posta em liberdade, pelo período mínimo de seis meses, para que possa amamentar seu recém-nascido.

D) A prisão preventiva de mulher que seja responsável por criança deve ser substituída por prisão domiciliar.

E) Apenas agentes de segurança femininas podem trabalhar nos espaços de unidades prisionais destinadas a pessoas desse gênero.

Comentário:

A) CERTO. Conforme as disposições legais previstas no art. 112, §3º.



B) ERRADO. A posição é que a pessoa transgênero, homem, que se identifica como mulher, poderá escolher conforme seu interesse em cumprir em estabelecimento prisional feminino ou não.

C) ERRADO. Conforme art. 83, §2º, *Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.*

D) ERRADO. Trata-se de medida cautelar prevista no art. 318-A do CPP. Nestas condições:

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Nada, porém, fala de *mãe responsável*. Neste caso, bastasse ser mãe de menor de 12 para que configure o benefício da medida cautelar de prisão domiciliar.

E) ERRADO. No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, *salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.*

Gabarito: A

27) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Sobre a execução penal, assinale a afirmativa correta.

A) O Plenário do STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro e fixou prazo para a adequação da lotação dos presídios.



- B) Na execução penal, não se considera o tempo em que o condenado permaneceu preso provisoriamente.
- C) Os condenados por crimes hediondos e equiparados a hediondos não podem progredir de regime, embora possam ser condenados a regimes menos severos que o fechado.
- D) O inadimplemento da pena de multa não permite a sua conversão em pena privativa de liberdade.
- E) O condenado ao cumprimento da pena em regime semiaberto pode ser internado temporariamente em estabelecimento destinado ao regime fechado.

Comentário:

- A) ERRADO. A ADPF julgada no STF entendeu parcialmente pelo estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, deferindo, por exemplo, a aplicação do procedimento de "audiência de custódia", no prazo de 90 dias a partir da decisão, mas nada se falou com relação à adequação da superlotação e o prazo de solução.
- B) ERRADO. Tanto se considera, que se aplica o instituo da detração, conforme art. 42 do CP, *Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em qualquer dos estabelecimentos referidos no artigo anterior.*
- C) ERRADO. Não há vedação para progressão no de pena no Brasil.
- D) CERTO. O entendimento do STJ, na 3ª Seção, é de que se houver inadimplemento da pena multa, isso não obsta a extinção de punibilidade, após cumprida a pena de multa. Ora, se não obsta a extinção de punibilidade, não haveria motivos para a conversão em privativa de liberdade.
- E) ERRADO. Conforme Súmula Vinculante 56, *A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.*

Gabarito: D

28) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Acerca do sistema penitenciário federal, assinale a afirmativa correta.

- A) Os presídios federais destinam-se ao cumprimento de penas privativas de liberdade impostas a pessoas condenadas por crimes federais.



- B) Compete ao diretor do Departamento Penitenciário Nacional decidir sobre o requerimento de inclusão de preso no sistema penitenciário federal.
- C) Não existe limite ao número de prorrogações do tempo de internação, desde que satisfeitos os demais requisitos legais.
- D) É inadmissível a internação de preso provisório em presídio federal.
- E) As entrevistas do interno com seu advogado, no parlatório, devem ser gravadas pela autoridade penitenciária.

Comentário:

Para responder essa questão, tem que ser apreciado o Decreto nº 6.049/07.

- A) ERRADO. Conforme art. 3º, *Os estabelecimentos penais federais têm por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso*
- B) ERRADO. Conforme art. 17, *A inclusão do preso em estabelecimento penal federal dar-se-á por ordem judicial, ressalvadas as exceções previstas em lei.*
- C) CERTO. No que se refere ao Decreto e ao seu conteúdo, na qual trata sobre o Sistema Penitenciário Federal, o assunto "prorrogação" somente se faz presente quanto aos procedimentos disciplinares, não mencionando nada quanto à prorrogação de internação. Nem mesmo a LEP, que trata de forma mais abrangente, seja sistema federal ou não, nada fala sobre a desinternação ou internação e seus prazos, o que permite compreender que é possível várias prorrogações, desde que atendidas as condições previstas no art. 171 e seguintes da Legislação Especial.
- D) ERRADO. Não existe nada nesse sentido em lugar nenhum
- E) ERRADO. A questão foi infeliz no termo INTERNO, tendo provavelmente se referido ao preso. Neste caso, conforme ao art. 96, *As entrevistas com advogado deverão ser previamente agendadas, mediante requerimento, escrito ou oral, à direção do estabelecimento penal federal, que designará imediatamente data e horário para o atendimento reservado, dentro dos dez dias subsequentes*

Gabarito: C

29) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: TJ-PE

José cumpre pena pelo crime de roubo em regime fechado na cidade de Recife/PE. Sua família, contudo, reside em Petrolina/PE, razão pela qual sua defesa requer a transferência para



estabelecimento prisional localizado nessa cidade, a fim de contribuir com o processo de ressocialização do apenado. Diante do caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) é direito subjetivo de José ser transferido para Petrolina/PE sendo imperativa a viabilização de sua transferência pelo juízo de execução penal;
- B) a existência de vagas no estabelecimento de Petrolina/PE, torna absoluto o direito de José de ser transferido para perto de sua família;
- C) a transferência de José independe de prévia consulta ao juízo da localidade de Petrolina/PE, sendo suficiente a comunicação prévia da ordem de transferência;
- D) a transferência de José para Petrolina/PE dependerá da conveniência da Administração e pode ser negada por decisão fundamentada do juízo da execução penal;
- E) a transferência de José para Petrolina/PE somente pode ser negada em caso de o apenado estar em regime disciplinar diferenciado ou de inexistência de vagas em estabelecimento prisional.

Comentário:

É entendimento do STJ que o preso pode sim ser transferido para estabelecimento prisional próximo ao local onde vive a sua família. No entanto, isso não é absoluto, cabendo ao juízo de execuções negar a conveniência adotada pela Administração, como no caso do preso que quer ficar perto da família, mas sem estabelecimento prisional adequado com a natureza da execução de sua pena (AgRg no HC 564.558/SP, 16.06.2020)

Gabarito: D

30) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: TJ-PE

A autorização das saídas temporárias é benefício previsto nos Arts. 122 e seguintes da Lei de Execução Penal (LEP), com o objetivo de permitir ao preso que cumpre pena em regime semiaberto visitar a família, estudar na comarca do Juízo da Execução e participar de atividades que concorram para o retorno ao convívio social, aplicável ao condenado que não tenha praticado crime hediondo com resultado de morte. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- A) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, devendo cada autorização de saída temporária do preso ser precedida de decisão judicial motivada e individualizada;
- B) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, ouvido o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o preso tenha comportamento adequado, tenha



cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

C) é incabível a fixação de calendário anual de saídas temporárias por ato judicial único, ainda que observadas as hipóteses de revogação automática, devendo haver a apreciação individual de cada pedido, com decisão fundamentada, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

D) o calendário prévio das saídas temporárias deve ser fixado pelo Juízo das Execuções, sendo possível delegar à autoridade prisional a escolha das datas específicas nas quais o apenado irá usufruir os benefícios, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;

E) respeitado o limite anual de trinta e cinco dias, estabelecido na LEP, é cabível a concessão de maior número de autorizações de curta duração, até o limite de cinco vezes ao ano, já intercaladas durante os doze meses, com ou sem pernoite, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Comentário:

A) ERRADO. Em regra, as decisões são individualmente motivadas, porém, excepcionalmente, conforme o REsp 1.544.036/RJ, em casos que venham a afetar o direito subjetivo do preso, será possível fazer um calendário anual das saídas temporárias em um único ato, não precisando sempre haver o pleito ao juízo de execuções por cada data.

B) CERTO. Conforme art. 123, *A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:*

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

C) ERRADO. Em regra, as decisões são individualmente motivadas, porém, excepcionalmente, conforme o REsp 1.544.036/RJ, em casos que venham a afetar o direito subjetivo do preso, será possível fazer um calendário anual das saídas temporárias em um único ato, não precisando sempre haver o pleito ao juízo de execuções por cada data

D) ERRADO. Não é permitido a delegação para autoridade prisional a escolha do calendário anual de saídas temporárias, recaindo na competência exclusiva do Poder Judiciário, mas especificamente do Juízo de Execuções



E) ERRADO. Na época da questão, levava-se em conta o art. 124, *o qual foi revogado pela Lei 14.843/2024*, mas que antigamente dizia em seu §2º e 3º, respectivamente:

- Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes.
- Nos demais casos, as autorizações de saída somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra

Gabarito: B

31. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) Em relação à contagem de tempo para remição da pena, é correto afirmar que:

- a) o direito à remição não prescinde do efetivo e comprovado exercício de atividades laborais pelo reeducando;
- b) tem direito à remição o reeducando que demonstra que a vaga de trabalho existia e foi retirada;
- c) a omissão estatal na promoção de atividades laborativas permite a contagem de tempo ficta para remição;
- d) tem direito à remição o reeducando que demonstra que a vaga de trabalho ofertada não pôde ser desempenhada;
- e) tem direito à remição o reeducando que demonstra que não dispunha de habilidades para a vaga de trabalho ofertada.

Comentários

Alternativa A: Os tribunais superiores entendem que é necessário (não prescinde) o efetivo e comprovado exercício de atividades laborais pelo reeducando:

O art. 126 da LEP não admite a remição de pena ficta ou virtual, **devendo-se demonstrar** o efetivo exercício de atividades laborais pelo reeducando. STF. 1ª Turma. AgRg no HC 202.710, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 30/08/2021.

Alternativas B, C, D e E: Incorretas. É necessário o efetivo exercício de trabalho por parte do reeducando, não sendo admissível a remição de pena ficta ou virtual.

Gabarito: A

32. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Acerca da atividade laborativa do preso, nos termos da Lei de Execuções Penais, é correto afirmar que

- a) o trabalho do preso poderá ser gerenciado por fundação ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.
- b) os presos que concordarem em realizar o trabalho externo em serviço ou obras públicas estarão sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior ao salário mínimo.
- d) o trabalho é obrigatório para todos os presos, em caráter definitivo ou provisório.



e) o trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas realizadas pela Administração Direta ou Indireta, caso em que o limite máximo de número de presos será de 30% (trinta por cento) dos empregados da obra.

Comentários

Alternativa A: Correta. É o que dispõe o art. 34, da LEP:

Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

Alternativa B: O §2º do art. 28 da LEP prevê que:

Art. 28 (...) § 2º O trabalho do preso **não está sujeito** ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Alternativa C: Incorreta. Vejamos o art. 29 da LEP:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a **3/4 (três quartos) do salário mínimo**.

Alternativa D: Incorreta. Apenas o preso definitivo está obrigado ao trabalho. Ao preso provisório (ainda não condenado) é facultado o trabalho:

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único. Para o **preso provisório, o trabalho não é obrigatório** e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Alternativa E: Incorreta. O §1º do art. 36 da LEP limita o número de presos a **10%** do total de empregados na obra;

Art. 36. (...) § 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

Gabarito: A

33. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Acerca da monitoração eletrônica prevista na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

() O condenado eletronicamente monitorado está obrigado a receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.

() O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.

() A violação comprovada dos deveres do condenado quanto à monitoração eletrônica poderá acarretar a conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

a) V – V – V.

b) V – F – V.



- c) V – F – F.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

Comentários

Item I: Verdadeiro. Conforme o art. 146-C, I da LEP, é dever do condenado receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica:

Art. 146-C. O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e dos seguintes deveres:

I - receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações;

Item II: Falso. A concessão de livramento condicional ou a suspensão condicional da pena não é uma das hipóteses que autorizam o juiz a definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica:

Art. 146-B. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando:

I - (VETADO);

II - autorizar a saída temporária no regime semiaberto;

III - (VETADO);

IV - determinar a prisão domiciliar;

Item III: Falso. A violação comprovada dos deveres do condenado quanto à monitoração eletrônica **não poderá** acarretar a conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa:

I - a regressão do regime;

II - a revogação da autorização de saída temporária;

III - (VETADO);

IV - (VETADO);

V - (VETADO);

VI - a revogação da prisão domiciliar;

VII - advertência, por escrito, para todos os casos em que o juiz da execução decida não aplicar alguma das medidas previstas nos incisos de I a VI deste parágrafo.

Gabarito: C

34. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Pedro, réu primário, foi condenado, em março de 2020, à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos, em regime inicialmente fechado, por cometimento de crime hediondo com resultado morte. Quando já havia cumprido 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses da pena, foi surpreendido por um agente penitenciário, portando um aparelho telefônico apto a estabelecer comunicação com o ambiente externo.

Neste caso, nos termos da Lei de Execuções Penais (LEP), é correto afirmar que

a) Pedro cometeu falta leve, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer



comunicação com o ambiente externo ou quando apresentar reincidência na conduta de portar aparelho telefônico ou similar. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

b) Pedro cometeu falta grave, pois a LEP não faz distinção, para fins de qualificação da conduta como falta grave, entre os atos de portar e utilizar efetivamente aparelho telefônico para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

c) Pedro não cometeu falta leve ou grave, pois a LEP não qualifica como falta a conduta do detento de, tão somente, portar aparelho telefônico, sendo necessário o flagrante de efetiva comunicação com o ambiente externo através do aparelho telefônico para a configuração da respectiva falta. Portanto, Pedro poderá progredir de regime, quando houver cumprido 50% (cinquenta por cento) do montante da pena.

d) Pedro cometeu falta grave, ainda que não tenha sido flagrado, efetivamente, estabelecendo comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será interrompido. Caso em que o reinício de sua contagem terá como base a pena remanescente.

e) Pedro cometeu falta média, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será majorado para 60% (sessenta por cento) da pena fixada em sentença.

Comentários

Alternativa D: Correta. O simples fato de Pedro ter sido surpreendido portando um aparelho telefônico já configura falta grave, nos termos do art. 50, VII, da LEP:

Art. 50. Comete **falta grave** o condenado à pena privativa de liberdade que:
VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Portanto, a prática de falta grave interrompe o prazo para obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

Art. 112 (...)
§ 6º O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

Gabarito: D

35. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2021/XXXII Exame) Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael



sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias.

Considerando os fatos narrados, o advogado de Rafael poderá buscar o reconhecimento da ilegalidade da sanção aplicada, porque

- a) o fato praticado pelo preso não constitui falta grave.
- b) a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado depende de decisão do juízo competente.
- c) o preso provisório não está sujeito ao regime disciplinar diferenciado.
- d) a inclusão no regime disciplinar diferenciado não pode ultrapassar o período inicial de 30 dias, apesar da possível prorrogação por igual período.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. O fato praticado por Rafael constitui falta grave:

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:
I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; (...)
Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: (...)

Alternativa B: Correta. É o que dispõe o art. 54 da LEP:

Art. 53. Constituem sanções disciplinares: (...)
V - inclusão no regime disciplinar diferenciado.
Art. 54. As sanções dos incisos I a IV do art. 53 serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e a do **inciso V**, por prévio e fundamentado despacho do **juiz competente**.

Alternativa C: Incorreta. Tanto o preso provisório quanto o definitivo estão sujeitos ao RDD:

Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o **preso provisório, ou condenado**, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: (...)

Alternativa D: Incorreta. O art. 52, I, da LEP prevê que o prazo máximo do RDD é de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie:

Art. 52. (...)
I - duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;

Gabarito: B

36. (FGV - Juiz Estadual (TJ PR)/2021) A Administração da Penitenciária Central do Estado comunica à Vara de Execuções Penais que o apenado Russel estaria envolvido na tentativa de introdução de entorpecentes, aparelhos de telefonia celular e carregador de bateria na unidade prisional, que lhe foram encaminhados por correspondência tipo SEDEX, sendo a abertura do pacote feita por agentes públicos, antes de haver a efetiva entrega.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:



- a) pratica falta grave o reeducando que recebe encomenda a ele dirigida e autoriza sua verificação, sendo identificado material de natureza ilícita;
- b) não pratica falta grave o reeducando em razão de conduta praticada por terceiro, sob pena de violação do princípio constitucional da intranscendência;
- c) pratica falta grave o reeducando que não tem disciplina e senso de responsabilidade suficiente, recebendo encomenda com drogas e aparelho celular;
- d) não pratica falta grave o reeducando em razão da não descoberta dos itens ilícitos em seu poder direto ou no interior da sua cela;
- e) pratica falta grave o reeducando que confirma como sua correspondência remetida por terceiro a ele não relacionado e que contém produtos ilícitos.

Comentários

Alternativa B: Correta. O STJ já decidiu que:

STJ, Jurisprudência em Teses nº 146, Tese nº 2: A imposição da falta grave ao executado em razão de conduta praticada por terceiro, quando não comprovada a autoria do reeducando, viola o princípio constitucional da intranscendência (art. 5º, XLV, da Constituição Federal).

Logo, as demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: B

37. (FGV - Oficial do Ministério Público (MPE RJ)/2019) André foi condenado em primeira instância pela prática de um crime de latrocínio e, como respondeu ao processo na condição de preso, foi extraída carta de execução provisória. Durante a execução provisória de sua pena, André foi encontrado com vários aparelhos de telefonia celular e uma faca escondidos em sua cama.

Descobertos os fatos por agentes penitenciários, André:

- a) poderá ter reconhecida contra si a prática da falta grave pelo diretor do estabelecimento penitenciário, desde que a conduta seja assim prevista e que seja instaurado procedimento administrativo prévio, assegurado direito de defesa;
- b) não poderá ser punido com regressão de regime caso a conduta não esteja prevista em lei como falta grave, mas poderá ser colocado em regime disciplinar diferenciado por determinação do diretor do presídio;
- c) poderá ser punido em decisão direta proferida pelo juízo da execução, desde que a conduta esteja prevista como falta grave, não sendo necessária a oitiva do apenado ou de sua defesa técnica;
- d) poderá ser punido, independentemente de o fato estar previsto como falta grave no momento de sua prática, já que a execução penal não está sujeita ao princípio da legalidade;
- e) não poderá ser punido, ainda que a conduta esteja prevista como falta grave em lei, pois sua condenação não é definitiva.

Comentários

Alternativa A: Correta. André praticou falta grave, nos termos do art. 50, III e VII, da LEP:

Art. 50. Comete **falta grave** o condenado à pena privativa de liberdade que:
III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;



VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo **aplica-se**, no que couber, **ao preso provisório**.

Art. 59. Praticada a falta disciplinar, deverá ser **instaurado o procedimento** para sua apuração, conforme regulamento, **assegurado o direito de defesa**.

Súmula 533 - STJ: Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

Alternativa B: Incorreta. A colocação em RDD é feita por despacho fundamentado do juiz competente:

Art. 53. Constituem sanções disciplinares:

I - advertência verbal;

II - repreensão;

III - suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único);

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.

V - inclusão no regime disciplinar diferenciado.

Art. 54. As sanções dos incisos I a IV do art. 53 serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e a do **inciso V**, por prévio e fundamentado despacho do **juiz competente**.

Alternativa C: Incorreta. Deve ser instaurado procedimento para sua apuração, assegurado o direito de defesa, nos termos do art. 59 da LEP.

Alternativa D: Incorreta. O fato deve estar previsto como falta grave, uma vez que a execução penal também está sujeita ao princípio da legalidade.

Alternativa E: Incorreta. O preso provisório também pode cometer falta grave, nos termos do parágrafo único do art. 50 da LEP.

Gabarito: A

38. (FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021) Gustavo, em dificuldades financeiras, decide se apropriar diariamente da quantia de R\$1.000,00 do caixa do supermercado em que trabalha, fazendo isso durante cinco dias seguidos, avaliando que a retirada diária não permitiria sua descoberta. O gerente do estabelecimento comercial verifica os desvios e solicita a instauração de dois inquéritos policiais em delegacias diversas.

Em razão dos fatos, Gustavo é denunciado pela prática de 4 crimes de apropriação indébita perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias/RJ e 1 crime de apropriação indébita perante a 2ª Vara Criminal daquela mesma comarca.

A primeira ação penal ensejou a condenação de Gustavo em continuidade delitiva, assim como, na ação penal perante a 2ª Vara Criminal, foi proferida sentença condenatória.

Transitadas em julgado ambas as condenações, é correto afirmar, com relação à execução das penas cominadas, que Gustavo



- a) poderá buscar a unificação das penas perante o juízo da execução penal.
- b) poderá buscar a unificação das penas perante qualquer dos juízos que tenha julgado as ações penais originariamente.
- c) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, devendo cumprir primeiramente a pena mais grave, para, após, iniciar o cumprimento da pena menos grave.
- d) precisará ingressar com pedido de revisão criminal perante o Tribunal de Justiça para reduzir o tempo de pena a ser cumprido.
- e) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, diante do trânsito em julgado das sentenças condenatórias, mas poderá cumprir as penas de maneira concomitante, caso compatíveis as sanções penais aplicadas.

Comentários

Alternativa A: A unificação das penas é competência do juiz da execução penal, independentemente de qual foi o juízo da condenação.

Art. 66. Compete ao Juiz da execução: (...)

III - decidir sobre:

- a) soma ou unificação de penas;

As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: A

39. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) João foi condenado à pena de detenção, a ser inicialmente cumprida no regime semiaberto. Apesar disso, foi recolhido, por determinação do juízo competente em matéria de execução penal, a estabelecimento penal destinado a presos que cumpriam pena no regime fechado, devendo ajustar-se a este último regime até que sobrevenha vaga em local adequado.

À luz da sistemática vigente, a decisão do juízo mostra-se:

- a) correta, pois João deve cumprir pena privativa de liberdade e, na ponderação entre a mínima lesão à sua esfera jurídica e o interesse público a ser satisfeito, este último deve prevalecer;
- b) incorreta, pois, na falta de estabelecimento adequado ao regime imposto, devem ser adotadas medidas alternativas, como a saída antecipada do regime com falta de vagas;
- c) correta, pois os regimes de cumprimento da pena, com exceção do aberto, são intercambiáveis, independendo das características do respectivo estabelecimento;
- d) correta, desde que seja cominada à infração penal praticada por João pena que também admita o seu cumprimento no regime inicialmente fechado;
- e) incorreta, pois é vedado que João cumpra a pena em regime fechado, logo, o deferimento de sua liberdade incondicionada é medida que se impõe.

Comentários

Alternativa B: A decisão do juízo está incorreta, pois viola decisão do STF:

Apreciando o Tema 423 da repercussão geral, fixar tese nos seguintes termos: 1. A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso. 2. Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. No entanto, não deverá haver alojamento conjunto de presos dos regimes semiaberto e aberto



com presos do regime fechado. 3. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como “colônia agrícola, industrial” (regime semiaberto) ou “casa de albergado ou estabelecimento adequado” (regime aberto; art. 33, § 1º, alíneas “b” e “c”); 4. Havendo déficit de vagas, deverão ser determinados: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado”. (RE 641.320/RS, relator Min. Roberto Barroso, julgamento em 11/5/2016)

As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: B

40. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) O Art. 122 da Lei de Execução Penal exige, para a concessão da progressão de regime, o preenchimento dos requisitos de natureza objetiva e subjetiva.

Constituem tais requisitos:

- a) lapso temporal e bom comportamento carcerário;
- b) lapso temporal e gravidade abstrata dos delitos;
- c) lapso temporal e relevância das faltas cometidas pelo apenado;
- d) longa pena a cumprir e gravidade em concreto dos delitos;
- e) longa pena a cumprir e bom comportamento carcerário.

Comentários

Apesar de o enunciado se referir ao art. 122 da LEP, o instituto da progressão de regime está previsto no art. 112 da lei em estudo (o art. 122 trata da saída temporária).

Vejam os que diz o art. 112 da LEP:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em **forma progressiva** com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver **cumprido ao menos**:

- I - 16% (dezesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;
- VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:
 - a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;
 - b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou
 - c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;
- VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

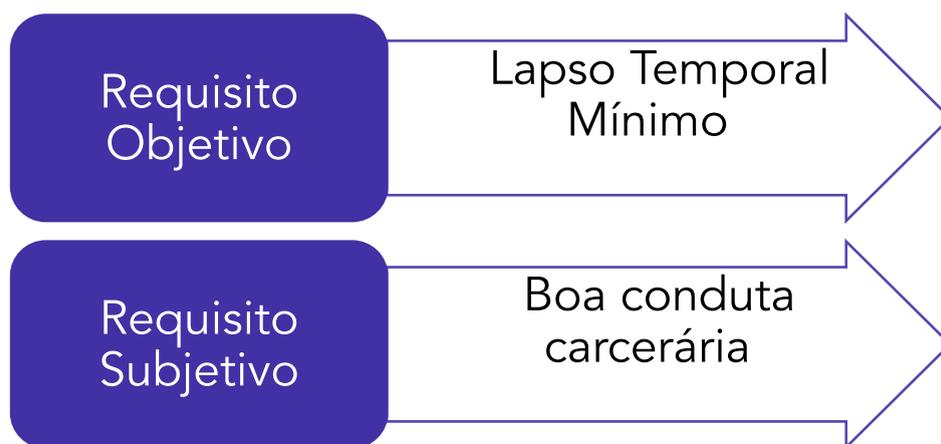


VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

§ 1º Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar **boa conduta carcerária**, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

(...)

Alternativa A: Correta. Os incisos do art. 112 preveem um lapso temporal mínimo a ser cumprido pelo condenado, sendo, portanto, um requisito objetivo. O §1º, por sua vez, traz um requisito subjetivo, qual seja, boa conduta carcerária.



Gabarito: A

41. (FGV - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2022/XVIII) Após as alterações do Art. 112 da Lei de Execução Penal (LEP), promovidas pela Lei nº 13.964/2019, criou-se uma lacuna jurídica sobre a progressão de regime aos apenados reincidentes, condenados por crimes hediondos (ou outro a ele equiparado) e comum.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- nas disposições sobre a execução das sanções criminais, o julgador deve recorrer à analogia in bonam partem para a integração normativa, observados, ainda, o princípio da legalidade e o da retroatividade da lei penal mais benéfica;
- em que pese a restrição normativa contida no Art. 112, VII, da LEP, porquanto o legislador usou a palavra "reincidente", a exigência de 60% do cumprimento de pena pode ser corrigida pelo intérprete da norma, alcançando outros apenados;
- não é possível a retroatividade do patamar estabelecido no Art. 112, V, da Lei nº 13.964/2019 (40%), àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado, sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante;
- a lei posta em vigor não se desliga da mens legislatoris e, atualmente, em hipótese de reincidência genérica em crime hediondo ou a ele equiparado, sem resultado morte, importa na exigência do cumprimento de 60% da pena para a obtenção da progressão de regime.



Comentários

Alternativa A: Correta. É o entendimento do STJ:

"[...] 3. Nas disposições sobre a execução das sanções criminais, o julgador dever recorrer à analogia in bonam partem para a integração normativa, observados, ainda, o princípio da legalidade e a retroatividade da lei penal mais benéfica." (STJ, AgRg no HC 631.410/SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, 6ª Turma, j. 02-03-2021, DJe 09-03-2021).

Alternativa B: Incorreta. O art. 112, VII, da LEP prevê:

Art. 112 - A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...)

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

A partir disso, não pode o intérprete da norma (órgão julgador – juízo das execuções penais) ampliar o alcance da norma, de forma a abranger outros condenados, sob pena de analogia *in malam partem*.

O entendimento que prevalece é de que ambos os crimes (novo crime e o anterior, que gera a reincidência) devem ser hediondos ou equiparados para que seja aplicado esse quantum para progressão de regime.

Exemplificando: "A" possui uma condenação transitada em julgado pelo crime de latrocínio (crime hediondo) e pratica crime de furto simples (crime comum). Apesar de já ter uma condenação anterior por um crime hediondo, no que tange ao furto simples, não poderá ter sua progressão de regime condicionada ao cumprimento de 60% da pena, vez que essa se aplica ao reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

Alternativa C: Incorreta. É possível a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da LEP, alterado pela Lei nº 13.964/19, conforme entendimento do STJ apontado acima (retroatividade da lei penal benéfica).

Alternativa D: Incorreta. Segundo o STJ, diante da lacuna legislativa, deve o condenado cumprir 50% da pena privativa de liberdade. Vejamos o julgado abaixo:

3. Ocorre que a atual redação do art. 112 revela que a situação ora em exame (condenado por crime hediondo com resultado morte, reincidente não específico) não foi contemplada na lei nova. Nessa hipótese, diante da ausência de previsão legal, o julgador deve integrar a norma aplicando a analogia in bonam partem. Impõe-se, assim, a aplicação do contido no inciso VI, a, do referido artigo da Lei de Execução Penal, exigindo-se, portanto, o cumprimento de 50% da pena para a progressão de regime, caso não cometida falta grave.

4. Ordem concedida para que a transferência do paciente para regime menos rigoroso observe, quanto ao requisito objetivo, o **cumprimento de 50% da pena privativa de liberdade a que condenado**, salvo se cometida falta grave." (HC 581.315/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/10/2020, DJe 19/10/2020.).

Gabarito: A



42. (FGV - Juiz Estadual (TJ AP)/2022) Na hipótese de agente que tem contra si condenação definitiva a cinco anos de reclusão em regime fechado e mandado de prisão pendente de cumprimento, o pedido de antecipação da expedição da sua guia de recolhimento ou expedição de carta de execução de sentença deve ser:

- a) deferido, visando possibilitar a análise de pedido de progressão de regime ou de prisão domiciliar pelo Juízo competente;
- b) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o cumprimento do mandado de prisão;
- c) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o início do cumprimento da pena privativa de liberdade;
- d) indeferido, por permitir a administração, à distância, da execução da própria pena;
- e) deferido, permitindo o cômputo de prazos aquisitivos de benefícios executórios a seu favor.

Comentários

Alternativa A: Correta. O art. 107 da LEP prevê:

Art. 107. Ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

O STJ, por sua vez, entende ser cabível, excepcionalmente, a expedição da Guia de Recolhimento para fins de análise de Detração e/ou Progressão de Regime, pelo Juiz da Execução, procedimento que não pode ficar condicionado à prévia prisão do condenado (HC nº 660652 – SP)

Gabarito: A

43. (FGV - Juiz Estadual (TJ MG)/2022) Com base na redação atual do Art. 112 da Lei nº 7.210/1984, a pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos

- I. 30% (trinta por cento) da pena,
 - II. 40% (quarenta por cento) da pena,
 - III. 25% (vinte e cinco por cento) da pena,
 - IV. 20% (vinte por cento) da pena,
- () se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
() se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
() se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.
() se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) III, IV, I e II.
- b) III, IV, II e I.
- c) IV, III, II e I.
- d) IV, III, I e II.

Comentários

Vejamos o que prevê o art. 112 da LEP:



Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em **forma progressiva** com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver **cumprido ao menos**:

- I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;
- III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;
- VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:
 - a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;
 - b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou
 - c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;
- VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;
- VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

Logo, a sequência correta é III, IV, II e I.

Gabarito: B

44. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) Em relação à concessão de benefícios de execução penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O preenchimento de requisitos de ordem objetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- b) O preenchimento de requisitos de ordem subjetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- c) O comportamento do sentenciado durante a execução só pode ser avaliado por comissão técnica específica.
- d) A longa pena a ser cumprida, por si só, é inapta para se aferir o mérito do executado.
- e) A gravidade abstrata do crime constitui fundamento idôneo para negar o benefício.

Comentários

Alternativas A e B: Incorretas. Faz-se necessário o cumprimento de requisitos de ordem objetiva e subjetiva para a concessão de benefícios da execução penal.

Alternativa C: O bom comportamento é comprovado pelo diretor do estabelecimento:

Art. 112, § 1º Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Alternativa D: Correta. STJ (AgRg no HC 620.883-SP): "a gravidade abstrata do crime e a longa pena a cumprir não são aspectos relacionados ao comportamento do sentenciado durante a



execução penal e não justificam o indeferimento dos benefícios do sistema progressivo das penas.”

Alternativa E: Incorreta, pelos fundamentos expostos na alternativa D.

Gabarito: D

45. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) O apenado comete falta disciplinar de natureza grave, devidamente apurada em Procedimento Administrativo Disciplinar. Nesse caso, nos termos do Art. 118, inciso I, da Lei nº 7.210/84,

- a) impõe-se a regressão de regime, uma vez que a lei não concede ao juiz discricionariedade.
- b) é facultada ao juiz da execução a imposição de regressão de regime, diante de sua discricionariedade.
- c) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, após avaliação em audiência de justificação.
- d) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da função reintegradora do agente à sociedade.
- e) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da necessidade de ressocialização, reeducação e reabilitação.

Comentários

Alternativa A: Correta. Não há a possibilidade de um juízo discricionário pelo magistrado, uma vez que a lei não concede margem para tal análise:

Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:
I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: A

46. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) A concessão de prisão domiciliar prevista no Art. 117 da Lei de Execução Penal tem como pressuposto

- a) a execução da penal em regime aberto.
- b) a inexistência de estabelecimento no regime semiaberto.
- c) a inexistência de estabelecimento no regime aberto.
- d) o risco de contágio pela Covid-19.
- e) a obtenção de permissão para sair do estabelecimento.

Comentários

Alternativa A: Correta.

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:
I - condenado maior de 70 (setenta) anos;
II - condenado acometido de doença grave;
III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
IV - condenada gestante.

Nesse sentido é o entendimento do STF:



"[...] I – A concessão da prisão domiciliar prevista no art. 117 da Lei de Execução Penal tem como pressuposto a execução da pena em regime aberto. Precedentes. II – O agravante cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado, o que caracteriza o não preenchimento de requisito essencial à sua pretensão. III – Ausência de situação de vulnerabilidade em decorrência da pandemia provocada pelo novo coronavírus ou a impossibilidade de atendimento médico na respectiva unidade prisional aptas a merecerem o alcance da Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Precedentes. IV – O fato de o agravante estar condenado por crime cometido com violência (homicídio) afasta a aplicação, no caso, da Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça." (STF, HC 195.850 AgR-SP, Rel. Min. Nunes Marques, 2ª Turma, j. 19-04-2021, DJe 23-04-2021).

Gabarito: A

47. (FGV - Investigador de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, passou por significativas alterações em decorrência do advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Um dos temas alterados foi a progressão de regimes, prevista no Art. 112 da Lei.

Em relação à nova sistemática da progressão de regimes, especificamente quanto à quantidade de pena a cumprir, é incorreto afirmar que

- a) o réu primário autor de crime não hediondo e cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, poderá progredir de regime após o cumprimento de 16% da pena no regime anterior.
- b) o réu reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça e não hediondo, poderá progredir de regime após o cumprimento de 20% da pena no regime anterior.
- c) o réu condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado poderá progredir de regime após o cumprimento de 60% da pena no regime anterior.
- d) o réu reincidente em crime hediondo com resultado morte poderá progredir de regime após o cumprimento de 70% da pena no regime anterior.
- e) o réu primário, condenado por crime hediondo sem resultado morte, poderá progredir de regime após o cumprimento de 40% da pena no regime anterior.

Comentários

Alternativa A: Correta.

Alternativa B: Correta.

Alternativa C: Incorreta. O quantum é 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado.

Alternativa D: Correta.

Alternativa E: Correta.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em **forma progressiva** com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver **cumprido ao menos:**

I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;



- III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;
- V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;
- VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:
 - a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;
 - b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou
 - c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;
- VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;
- VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

Gabarito: C

48. (FGV - Perito Criminal (PC AM) - 2022) Joaquim foi condenado a 8 anos de pena privativa de liberdade pelo cometimento do crime de homicídio, em regime inicial fechado. Uma vez iniciada a execução penal, Joaquim pretendia ostentar bom comportamento a fim de exercer atividades laborativas e educativas no cárcere.

Neste sentido, assinale a opção incorreta à luz dos ditames da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

- a) Durante o regime fechado, Joaquim poderá ser beneficiado por trabalho externo em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- b) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 2 (dois) dias.
- c) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- d) No regime semiaberto, Joaquim poderá exercer trabalho externo, bem como frequentar ensino superior fora do estabelecimento prisional.
- e) Ao longo da execução penal, qualquer trabalho desempenhado por Joaquim deverá ser sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

Comentários

Alternativa A: Correta.

Alternativa B: Incorreta. Deve ser dividida em, no mínimo, 3 dias:

- Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:
- I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;



II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

Alternativa C: Correta.

Alternativa D: Correta.

Alternativa E: Correta.

Gabarito: B

49. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Judiciária/"Sem Especialidade"/2022) Quando determinada a realização de exame criminológico, deve ser considerado como data-base para progressão de regime o momento:

- a) do preenchimento do requisito objetivo, se já superado o lapso temporal;
- b) em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício, após implementação do último pressuposto pendente;
- c) em que o reeducando foi inserido no atual regime, se já superado o lapso temporal;
- d) da realização do requerimento de progressão, se já superado o lapso temporal;
- e) da realização do exame favorável ao reeducando, se já superado o lapso temporal.

Comentários

Alternativa E: Correta. É o que prevê o STJ:

(...)2. Tem prevalecido, todavia, nesta Corte Superior, o entendimento segundo o qual a fixação da data-base para a concessão de nova progressão de regime é o dia em que o último requisito (objetivo ou subjetivo) do art. 112 da Lei n. 7.210/1984 estiver preenchido. Em razão da determinação de realização de exame criminológico, **reputa-se preenchido o requisito subjetivo no momento em que houve parecer técnico favorável**, sendo essa a data-base a ser considerada para nova progressão, não obstante o requisito objetivo haver sido preenchido em momento anterior. 3. Habeas corpus denegado. (HC 670.866/SP, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 26/10/2021, DJe 05/11/2021)

Gabarito: E

50. (FGV - Analista Judiciário (TJ MS)/Fim/Bacharel em Direito/2022) Alberto, cumprindo pena por delito equiparado a hediondo, em unidade prisional de regime fechado, foi instado a trabalhar externamente, pela diretoria do estabelecimento, em entidade privada.

Após a recusa não justificada do apenado, é correto afirmar que:

- a) ao preso em regime fechado, é vedado o trabalho externo;
- b) aos condenados por crimes hediondos ou equiparados, é vedado o trabalho externo;
- c) o condenado à pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar, sob pena de cometimento de falta grave;
- d) o preso, cumprindo pena em regime fechado, poderá prestar serviço em entidade privada, desde que haja sua expressa manifestação de concordância;
- e) para autorização de trabalho externo é indispensável a autorização do diretor da unidade prisional, bem como observância de requisitos subjetivos de aptidão, disciplina e responsabilidade e requisito objetivo consistente em cumprimento mínimo de 1/8 da pena.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. Art. 36 da LEP:



Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

Alternativa B: Incorreta. Não há tal vedação na LEP, tampouco na Lei de Crimes Hediondos.

Alternativa C: Incorreta. O condenado está obrigado ao trabalho, na medida de suas aptidões e capacidade.

Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Alternativa D: Correta. Art. 36, §3º, da LEP:

Art. 36 (...)

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Alternativa E: Incorreta. Art. 37 da LEP:

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Gabarito: D

51. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2022) Sobre a possibilidade de aplicação de prisão domiciliar à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência que possua condenação definitiva, é correto afirmar que:

- a) é cabível, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa;
- b) não é cabível, por expressa falta de previsão legal;
- c) é cabível, excepcionalmente, por interpretação do Art. 117 da LEP, aos apenados em regime semiaberto e fechado;
- d) não é cabível, pois a substituição se limita à fase da prisão preventiva;
- e) é cabível, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Comentários

Alternativa C: Correta. É o que se extrai da jurisprudência do STJ:

Excepcionalmente, admite-se a concessão da prisão domiciliar às presas dos regimes fechado ou semiaberto quando verificado pelo juízo da execução penal, no caso concreto, a proporcionalidade, adequação e necessidade da medida, e que a presença da mãe seja imprescindível para os cuidados da criança ou pessoa com deficiência, não sendo caso de crimes praticados por ela mediante violência ou grave ameaça contra seus descendentes. STJ. 3ª Seção. RHC 145931-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 09/03/2022 (Info 728).

Gabarito: C

52. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Apoio Especializado/Psicologia/2022) A aposentada Joaquina, 72 anos, foi presa em flagrante logo após sair de um supermercado de onde havia furtado duas garrafas de whisky e artigos variados de perfumaria. Na Delegacia, Joaquina



declarou que, ao pagar suas compras no caixa de autoatendimento, esqueceu-se de incluir estes itens.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) Joaquina é inimputável por se tratar de pessoa idosa com mais de 70 anos;
- b) é indicada a internação compulsória da idosa para o tratamento da dependência alcoólica;
- c) idosos com diagnóstico de demência senil são semi-imputáveis para efeito processual penal;
- d) a família de Joaquina poderá ser processada por abandono moral e material de incapaz;
- e) maiores de 70 anos podem se beneficiar do regime aberto em sua residência, se condenados.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. Segundo o art. 27, do Código Penal, são inimputáveis, tendo em vista o requisito etário, apenas os menores de 18 anos.

Alternativa B: Incorreta. Não há informações no enunciado que atestam que Joaquina é dependente alcoólica.

Alternativa C: Incorreta. O diagnóstico de demência senil não importa em semi-imputabilidade automática.

Alternativa D: Incorreta. Não há informações no enunciado que levem a essa conclusão.

Alternativa E: Correta. É o que se extrai do art. 117, I, da LEP:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:
I - condenado maior de 70 (setenta) anos;

Gabarito: E

53. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Com base na Lei de Execuções Penais, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando houver doença grave de irmão.

II. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

III. O condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte terá direito à saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para frequência a curso supletivo profissionalizante na Comarca do Juízo da Execução, desde que tenha cumprido, no mínimo, 1/4 (um quarto) da pena.

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A permissão de saída está prevista no art. 120 da LEP:



Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; (Item I)

II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14).

A saída temporária, por sua vez, encontra-se no art. 122 da LEP:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: (Item II)

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

§ 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

§ 2º Não terá direito à saída temporária a que se refere o caput deste artigo o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte. (Item III)

Item I: Correto. Art. 120, I, da LEP.

Item II: Incorreto. Segundo o art. 122, *caput*, da LEP, apenas os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento.

Item III: Incorreto. Nos termos do §2º, do art. 122, da LEP, o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte não terá direito à saída temporária.

Gabarito: A

54. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2022/XXXVI Exame) André, primário, e Fábio, reincidente, foram condenados por crime de latrocínio em concurso de pessoas. Durante a execução penal, ambos requereram a progressão de regime, visto que já haviam cumprido parte da pena. André fundamentou seu pedido em "bom comportamento", comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional. Fábio, por sua vez, fundamentou seu pedido em razão de ter sido condenado na mesma época de seu comparsa, André.

Dessa forma, segundo os princípios que regem a Execução Penal e o Direito Penal, é correto afirmar que

a) de acordo com o princípio da isonomia, que garante igualdade de tratamento entre os presos, é vedada aplicação de frações de progressão de regime diferenciadas a cada um dos acusados.

b) de acordo com o princípio da individualização da pena, o Juiz da execução penal deverá alterar as penas dos acusados, conforme o comportamento prisional de cada um.

c) é assegurada a progressão de regime aos crimes hediondos, mas a fração de progressão varia para cada indivíduo, ainda que ambos condenados pelo mesmo fato.

d) o princípio do livre convencimento motivado autoriza o Juiz a aplicar a progressão de regime no momento processual que entender adequado, pois não há prazo para o Juiz.

Comentários



Alternativa A: Incorreta. O princípio da individualização da pena é aplicado não só na sentença, mas também na fase da execução penal. Verifica-se que André é primário e Fábio, reincidente. Diante disso, é possível que sejam aplicadas frações diversas de progressão de regimes para os condenados.

Alternativa B: Incorreta. Durante a execução não há que se falar em alteração das penas em razão do comportamento prisional, mas sim de aplicar ou não institutos relacionados à própria execução penal, por exemplo, progressão de regime, saída temporária, entre outros.

Alternativa C: Correta. Verifica-se que André é primário e Fábio, reincidente. Diante disso, é possível que sejam aplicadas frações diversas de progressão de regimes para os condenados.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...)

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for:

- a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;
- b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado;
- c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada;

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

Alternativa D: Incorreta. O princípio do livre convencimento motivado não permite que o juiz aplique a progressão de regime no momento processual que entender adequado.

Gabarito: C

55. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2022/XXXVI Exame) Renata, primária, foi condenada à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime fechado, por crime de estelionato, em continuidade delitiva, sendo atestado o seu bom comportamento carcerário.

Rogério, marido de Renata, que cuidava da filha do casal de 10 (dez) anos de idade, veio a falecer, sendo que Renata já havia cumprido 1/8 (um oitavo) da pena no regime fechado.

A filha de Renata está morando provisoriamente com uma amiga de Renata, por não existir qualquer parente para cuidar da criança. Em relação ao cumprimento de pena por Renata, você, como advogado(a), postularia ao juízo da execução a progressão para o regime

- a) semiaberto, em razão de a penitente já ter cumprido a fração de pena estabelecida na Lei de Execução Penal e comprovado o bom comportamento carcerário.
- b) semiaberto e a saída temporária, em razão de a penitente já ter cumprido o percentual de pena estabelecido na Lei de Execução Penal e por ter comprovado o bom comportamento carcerário.
- c) domiciliar, para que ela cuide da filha de 10 (dez) anos de idade, em observância ao Estatuto da Primeira Infância e por ser medida de caráter humanitário.
- d) aberto, em razão de a penitente já ter cumprido 1/8 (um oitavo) da pena estabelecido na Lei de Execução Penal e comprovado o bom comportamento carcerário, somado ao fato de ser a única responsável pela filha menor de 10 (dez) anos de idade.

Comentários



Alternativa A: Correta.

Art. 112 (...)

§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

V - não ter integrado organização criminosa.

Alternativa B: Incorreta. A saída temporária é instituto previsto no art. 122 da LEP, e tem por finalidade o que preveem os incisos do mesmo artigo:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Alternativa C: Incorreta. O art. 117 da LEP não contempla tal hipótese:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

I - condenado maior de 70 (setenta) anos;

II - condenado acometido de doença grave;

III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;

IV - condenada gestante.

Alternativa D: Incorreta. Não pode ocorrer a progressão *per saltum*, ou seja, não pode sair do fechado direto para o aberto, pulando o regime semiaberto. Nesse sentido é o Enunciado da Súmula nº 491 do STJ:

Súmula 491, STJ: É inadmissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional.

Gabarito: A

56. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Paulo foi condenado por infração ao Art. 217-A, do CP, n/f Art. 71, do CP (estupro de vulnerável em continuidade delitiva) à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão e, após cumprir 2/3 da pena, foi-lhe concedido o livramento condicional. Paulo estava cumprindo regularmente o período de prova do livramento condicional quando foi preso por cumprimento de mandado de prisão referente à nova condenação transitada em julgado, por fato cometido anteriormente à concessão do livramento condicional, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, por infração ao Art. 157, §2º, II, do CP (roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas).

Considerando a situação apresentada, a nova condenação por fato praticado anteriormente à concessão do livramento condicional (LC) é causa de:



- a) revogação facultativa do LC, devendo o juiz unificar as penas e determinar a manutenção do livramento condicional;
- b) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova;
- c) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;
- d) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;
- e) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova.

Comentários

Alternativa E: Correta. É o que se extrai dos arts. 86, II, do Código Penal e 141 da LEP:

Art. 86, CP - **Revoga-se o livramento**, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível:
II - por **crime anterior**, observado o disposto no art. 84 deste Código.
Art. 141, LEP - Se a revogação for motivada por **infração penal anterior** à vigência do livramento, **computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova**, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 2 (duas) penas.

Gabarito: E

57. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Ana, primária, mãe solo de filhos gêmeos de 2 anos, foi presa em flagrante em 21/06/2020, restando condenada à pena de 5 anos de reclusão por infração ao Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas) e à pena de 2 anos de reclusão por infração ao Art. 333, do CP (corrupção ativa), tendo sido fixado o regime semiaberto. Ana encontra-se cumprindo regularmente a pena imposta, sem qualquer falta disciplinar praticada e com bom comportamento carcerário.

Para fins de progressão de regime, Ana deverá cumprir:

- a) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 16% da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- b) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/8 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- c) 3/5 da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/6 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- d) 1/8 da pena total imposta;
- e) 40% da pena total imposta.

Comentários

Alternativa D: Correta. Verifica-se que Ana cumpre todos os requisitos do art. 112, §3º, da LEP, fazendo jus à progressão de regime quando cumprido 1/8 da pena:

Art. 112. (...)



§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

V - não ter integrado organização criminosa.

Gabarito: D

58. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- a) pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;
- b) pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;
- c) o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;
- d) para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;
- e) após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.

Comentários

Alternativa A: Correta. É o que estatui o art. 124 da LEP:

Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

Alternativa B: Incorreta. A saída temporária somente é permitida para aqueles que cumprem pena no regime semiaberto:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: (...)

Alternativa C: Incorreta. Pode ser determinado o monitoramento eletrônico do condenado:

Art. 112 (...)

§ 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

Art. 146-B. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando: (...)

II - autorizar a saída temporária no regime semiaberto;

Alternativa D: Incorreta.

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos: (...)



II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;

Alternativa E: Incorreta. A falta disciplinar de natureza média não revoga automaticamente o benefício.

Art. 125. O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

Gabarito: A

59. (FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021) Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, identificou-se que Gabriel tinha uma faca escondida embaixo de sua cama.

Após observância de todas as formalidades legais, foi confirmada a conduta de Gabriel, sendo a informação encaminhada para o Poder Judiciário.

Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Gabriel:

- a) não configura falta grave por ausência de previsão legal;
- b) configura falta grave e permite a regressão de regime e perda da integralidade dos dias remidos;
- c) configura falta grave, permitindo a regressão de regime, mas não a perda de qualquer dia remido a partir do trabalho;
- d) permite o reconhecimento de falta grave e, conseqüentemente, a regressão de regime e a perda de parte dos dias remidos;
- e) não permite conseqüências em relação à progressão ou aos dias remidos, mas tão só a aplicação de regime disciplinar diferenciado.

Comentários

Alternativa D: Correta. Vejamos o que preveem os arts. 50, III, e 127, ambos da LEP:

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: (...)
III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;
Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Gabarito: D

60. (FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021) A legislação penal vigente dispõe que as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, devendo o apenado satisfazer requisitos de ordem objetiva e subjetiva para progredir de regime.

Sobre o processo de execução penal, dispõe a lei que:

- a) poderá ser fixada, como condição para progressão para regime aberto, a prestação de serviços à comunidade;
- b) a falta grave, quando admitida pelo apenado, poderá ser reconhecida independentemente de processo administrativo;



- c) nos crimes praticados com violência, a realização do exame criminológico é indispensável;
- d) a previsão de determinada conduta como falta grave não exige respeito ao princípio da legalidade e, conseqüentemente, da irretroatividade da lei mais gravosa;
- e) não poderá ser concedido livramento condicional ao apenado reincidente na prática de crimes hediondos com resultado morte, apesar de possível, em tese, a progressão de regime.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. Não é possível, uma vez que a prestação de serviços à comunidade é uma espécie de pena substitutiva da privativa de liberdade, não podendo ser fixada como condição especial ao regime aberto:

Súmula 493, STJ: É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

Alternativa B: Incorreta. É necessário que haja a instauração de procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa:

Súmula 533, STJ: Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é **imprescindível a instauração de procedimento administrativo** pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

Alternativa C: Incorreta. É facultativo:

Súmula 439, STJ: Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.

Alternativa D: Incorreta. A LEP, em seu art. 50, traz um **rol taxativo das faltas graves**, devendo ser observado o princípio da legalidade.

Alternativa E: Correta. O art. 112 da LEP, alterado pelo Pacote Anticrime, passou a vedar o livramento condicional quando o condenado cumprir pena por crime hediondo ou equiparado, com resultado morte. No entanto, a progressão de regime continua sendo possível:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (...)
VI - **50% (cinquenta por cento)** da pena, se o apenado for:
a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, **vedado o livramento condicional**; (...)
VIII - **70% (setenta por cento)** da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, **vedado o livramento condicional**.

Gabarito: E

61. (FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Pedagogo/2021) Conforme fixado na sentença condenatória, Jonas está cumprindo pena restritiva de direitos consistente em limitação de fim de semana.

De acordo com a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), no âmbito da execução da pena atribuída a Jonas:

- a) caberá ao Ministério Público determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena;
- b) nos casos de violência doméstica contra a mulher, o agressor pode se negar a comparecer, sem justa causa, ao programa de recuperação determinado pelo juiz;



- c) poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas;
- d) o condenado encaminhará, mensalmente, ao juiz ou ao defensor público, um relatório sobre as atividades realizadas no cumprimento da pena imposta;
- e) a forma de cumprimento da pena de limitação de fim de semana deve se ajustar às condições pessoais do juiz da execução.

Comentários

Alternativa A: Incorreta. Cabe ao **Juiz da execução**, não ao MP:

Art. 151. Caberá ao Juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena.

Alternativa B: Incorreta. O comparecimento é **obrigatório**:

Art. 152. (...)

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Alternativa C: Correta.

Art. 152. Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

Alternativa D: Incorreta. Trata-se de incumbência do **estabelecimento designado**, não do condenado:

Art. 153. O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao Juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou falta disciplinar do condenado.

Alternativa E: Incorreta. Deve se ajustar às condições pessoais do **condenado** e às características do estabelecimento:

Art. 148. Em qualquer fase da execução, poderá o Juiz, motivadamente, alterar, a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ajustando-as às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.

Gabarito: C

62. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2019/XXX Exame) Enquanto cumpria pena em regime fechado, Antônio trabalhava na unidade prisional de maneira regular. Após progressão para o regime semiaberto, o apenado passou a estudar por meio de metodologia de ensino a distância, devidamente certificado pelas autoridades educacionais. Com a obtenção de livramento condicional, passou a frequentar curso de educação profissional. Ocorre que havia contra Antônio procedimento administrativo disciplinar em que se investigava a prática de falta grave durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, sendo, após observância de todas as formalidades legais, reconhecida a prática da falta grave. Preocupado, Antônio procura seu advogado para esclarecimentos sobre o tempo de pena que poderá ser remido e as consequências do reconhecimento da falta grave.

Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que



- a) o trabalho na unidade prisional e o estudo durante cumprimento de pena em regime semiaberto justificam a remição da pena, mas não o curso frequentado durante livramento condicional, sendo certo que a falta grave permite perda de parte dos dias remidos.
- b) o trabalho somente quando realizado em regime fechado ou semiaberto justifica a remição de pena, mas o estudo a distância e a frequência ao curso poderão gerar remição mesmo no regime aberto ou durante livramento condicional, podendo a punição por falta grave gerar perda de parte dos dias remidos.
- c) o reconhecimento de falta grave não permite a perda dos dias remidos com o trabalho na unidade e a frequência a curso em regime semiaberto, mas tão só a regressão do regime de cumprimento da pena.
- d) o tempo remido exclusivamente com o trabalho em regime fechado, mas não com o estudo, será computado como pena cumprida, para todos os efeitos, mas, diante da falta grave, poderá haver perda de todos os dias remidos anteriormente.

Comentários

Alternativa B: Correta. Vejamos o que dispõe o art. 126 da LEP:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

A falta grave, por sua vez, possibilita a perda de até 1/3 (um terço) do tempo remido:

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Gabarito: B

63. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2019/XXX Exame) Gabriel foi condenado pela prática de um crime de falso testemunho, sendo-lhe aplicada a pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana).

Após cumprir o equivalente a 01 ano da pena aplicada, Gabriel deixa de cumprir a prestação de serviços à comunidade. Ao ser informado sobre tal situação pela entidade beneficiada, o juiz da execução, de imediato, converte a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, determinando o cumprimento dos 03 anos da pena imposta em regime semiaberto, já que Gabriel teria demonstrado não preencher as condições para cumprimento de pena em regime aberto.

Para impugnar a decisão, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá alegar que a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade

- a) foi válida, mas o regime inicial a ser observado é o aberto, fixado na sentença, e não o semiaberto.
- b) foi válida, inclusive sendo possível ao magistrado determinar a regressão ao regime semiaberto, restando a Gabriel cumprir apenas 02 anos de pena privativa de liberdade, pois os serviços à comunidade já prestados são considerados pena cumprida.



- c) não foi válida, pois o descumprimento da prestação de serviços à comunidade não é causa a justificar a conversão em privativa de liberdade.
- d) não foi válida, pois, apesar de possível a conversão em privativa de liberdade pelo descumprimento da prestação de serviços à comunidade, deveria o apenado ser previamente intimado para justificar o descumprimento.

Comentários

Alternativa D: Correta.

Art. 181. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal.

§ 1º A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

- a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, ou desatender a intimação por edital;
- b) não comparecer, injustificadamente, à entidade ou programa em que deva prestar serviço;
- c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto;
- d) praticar falta grave;
- e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.

Acerca da necessidade de intimação do condenado, assim decidiu o STJ:

STJ: Para que o Juiz das Execuções proceda à conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, como preceitua o § 4º do artigo 44 do Código Penal, é **imprescindível a oitiva prévia** do condenado, em juízo, sob pena de ofensa ao direito de ampla defesa e contraditório. Precedentes desta Corte. (HC 199.167/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 13/06/2012)

Gabarito: D

64. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2021/XXXIII Exame) Paulo, advogado, foi intimado de duas decisões proferidas pelo juízo da execução penal do Rio de Janeiro, em relação a dois de seus clientes. Na primeira, foi determinada a perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por Lúcio, considerando que foi reconhecida, por meio de procedimento regular, observadas as exigências legais, a prática de falta grave pelo mesmo. Na segunda decisão, o pedido de progressão de regime formulado por Paulo em relação ao apenado Flávio foi deferido, tendo o magistrado fixado, como condição a ser observada no regime aberto, o cumprimento de prestação de serviços à comunidade.

Diante das intimações, Paulo poderá apresentar

- a) recurso em sentido estrito para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
- b) agravo para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
- c) agravo para questionar apenas a decisão que determinou a perda dos dias remidos, que seria ilegal, mas não a que fixou condições especiais para a progressão de regime.
- d) agravo para questionar a decisão que fixou a prestação de serviço à comunidade como condição para a progressão para o regime aberto, não havendo ilegalidade, porém, na determinação da perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por Lúcio.



Comentários

Alternativa D: Correta. Primeiramente é necessário apontar que, sempre que se tratar de decisão em sede de execução penal, o recurso cabível é o **Agravo em Execução**:

Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.

A fixação da prestação de serviço à comunidade como condição para a progressão para o regime aberto é inadmissível, segundo o STJ:

Súmula 493, STJ: É inadmissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.

Por fim, em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido:

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até **1/3 (um terço)** do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Gabarito: D

65. (FGV - Analista do Ministério Público (MPE RJ)/Processual/2019) Durante execução penal, foi constatada, após regular procedimento administrativo, a prática de falta grave por parte do apenado Marcos, que cumpria sua pena em regime fechado. O promotor de justiça com atribuição, informado do fato, requereu ao juízo da execução a perda de parte dos dias remidos, além da interrupção da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena. O juízo deferiu apenas a perda de parte dos dias remidos, indeferindo o reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena.

Intimado da decisão, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o promotor de justiça poderá apresentar recurso de agravo, que:

- Certo não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo da comutação de pena, mas não do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção da progressão de regime.

Comentários

Alternativa B: Correta. O recurso cabível é o **Agravo em Execução**:

Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.



Essa espécie de recurso admite um juízo de retratação (conhecido por efeito regressivo, diferido ou iterativo) por parte do juízo que prolatou a decisão, ou seja, ele pode reanalisar sua decisão, sem que seja necessário submeter à matéria a apreciação do tribunal.

Apesar de não haver tal previsão, a doutrina entende que ao recurso de agravo em execução são aplicadas, subsidiariamente, as regras previstas no art. 589, do CPP, para o recurso em sentido estrito:

CPP, art. 589. Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Ademais, a prática de falta grave interrompe o prazo para obtenção de progressão de regime (portanto, incorreta a decisão do juiz da execução), mas não há reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena (correta a decisão do juiz):

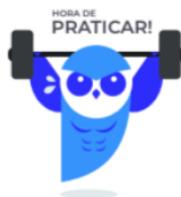
STJ, Súmula 534: A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

STJ, Súmula 535: A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS



1. TJ-PA – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Ao juiz não é permitido modificar, de ofício, as condições estabelecidas para o regime aberto, podendo fazê-lo apenas a requerimento do MP ou da defesa do sentenciado.

Certo

Errado

Comentários

Claro que pode modificar de ofício sim!

O Juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias (art. 115, LEP):

- ✓ permanecer no local que for designado (Casa do Albergado), durante o repouso e nos dias de folga;
- ✓ sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;
- ✓ não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;
- ✓ comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

E não é só isso! O Juiz poderá modificar as condições estabelecidas, **de ofício**, a requerimento do Ministério Público, da autoridade administrativa OU do condenado, desde que as circunstâncias assim o recomendem.

GABARITO: ERRADO

2. TJ-AC – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Admite-se que o condenado maior de setenta anos de idade beneficiário de regime aberto ou semiaberto seja recolhido em residência particular.

Certo

Errado

Comentários



Muitíssimo cuidado com a leitura rápida! Vamos rever um dos quadros-destaque estudados nesse tópico:

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de **REGIME ABERTO** em **RESIDÊNCIA PARTICULAR** quando se tratar de:

- ✓ Condenado **maior de 70 anos**;
- ✓ condenado **acometido de doença grave**;
- ✓ condenada **com filho menor ou deficiente físico ou mental**;
- ✓ condenada **gestante**.

Para a concessão do **regime aberto**, as pessoas acima citadas poderão ser dispensadas do requisito de *estar trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente para a concessão do regime aberto*.

Bom, pelo quadro acima, vê-se claramente que o benefício é permitido ao condenado maior de setenta anos, mas, cuidado, pois é só se o condenado estiver em regime **ABERTO, somente**. A regra acima não inclui quem esteja no regime semiaberto no benefício.

GABARITO: ERRADO

3. TJ-CE – Analista Judiciário – 2014 - CESPE. A pedido da defensoria pública, o MP pode autorizar a saída temporária de um detento do estabelecimento penal, uma vez que, no exercício da fiscalização penitenciária, o MP realiza o controle da regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.

Certo

Errado

Comentários

O Ministério Público não tem a competência para autorizar a saída temporária de um detento, nem por pedido da Defensoria Pública!

Vimos aqui que a autorização para saída temporária será concedida por **ato motivado do juiz da execução**, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá ainda da satisfação de uma série de requisitos por parte do detento (art. 123).

GABARITO: ERRADO

4. TJ-AC – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Com base na Lei de Execução Penal, julgue os itens a seguir.

Condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem receber permissão de saída do estabelecimento prisional, sem vigilância direta, para frequentar curso supletivo profissionalizante ou curso superior.

Certo



Errado

Comentários

Caro aluno, falou em permissão para sair, você já deve fazer um *link* direto na sua cabeça: essa modalidade de autorização de saída **NUNCA dispensará a vigilância direta**, ou seja, será sempre realizada mediante escolta. Só aí já temos um dos erros da questão, que afirma que a permissão de sair pode ser feita sem vigilância direta.

Outro erro: a frequência em curso supletivo profissionalizante ou curso superior é permitida por meio da modalidade de **saída temporária**, e não da de permissão para sair. Você já sabe que uma é bem diferentes da outra!

GABARITO: ERRADO

5. A saída temporária pode ser concedida aos condenados que cumpram pena em regime fechado e semiaberto e aos presos provisórios, mediante autorização do diretor do estabelecimento onde se encontram presos.

Certo

Errado

Comentários

Erradíssima e tenho certeza que você, meu estimado aluno do Estratégia, não caiu nessa marmota da nossa querida banca! Vamos corrigir: a saída temporária pode ser concedida aos condenados que cumpram pena em regime **semiaberto**, mediante **ato motivado do juiz da execução**, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária (art. 122).

GABARITO: ERRADO

6. DPE-TO – Defensor Público – 2013 – Cespe. Julgue os itens a seguir, no que concerne à remição penal, de acordo com a LEP.

Os presos custodiados em decorrência do cumprimento de medida cautelar privativa de liberdade poderão remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo da execução provisória da pena.

Certo

Errado

Comentários

Perfeito e já vimos essa regra em comentário de questão anterior!

Não esqueça nunca mais: a remição também se aplica às hipóteses de prisão cautelar (art. 126, §7º).

GABARITO: CERTO



7. O sentenciado que sofrer acidente no trabalho e, conseqüentemente, ficar impossibilitado de prosseguir trabalhando e estudando continuará a se beneficiar com a remição apenas pelo trabalho.

Certo

Errado

Comentários

Cuidado, muito cuidado com essa afirmação!

Segundo o art. 126, §4º, da LEP, o preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição (art. 126, §4º). Logo, o sentenciado que sofrer acidente no trabalho e, conseqüentemente, ficar impossibilitado de prosseguir trabalhando e estudando continuará a se beneficiar com a remição ~~apenas pelo trabalho~~.

GABARITO: ERRADO

8. A remição, de acordo com preceito expresso na LEP, será declarada mensalmente pelo juiz da execução, com base nos registros do condenado acerca dos dias trabalhados e(ou) de estudo, ouvidos o MP e a defesa.

Certo

Errado

Comentários

Segundo o §3º do art. 126 da LEP, *a remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa*. Perceba que não há na regra nenhuma informação de que a remição deva ser declarada **mensalmente** pelo juiz. Não, não!

GABARITO: ERRADO

9. A remição pelo trabalho e pelo estudo contempla os condenados que cumpram pena em regime fechado, semiaberto e aberto, não se estendendo aos que estejam em gozo de liberdade condicional.

Certo

Errado

Comentários

Segundo o que estabelece o art. 126 da LEP, o condenado que cumpre a pena em **regime fechado** ou **semiaberto** poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

No entanto, com a edição da Lei nº 12.433/2011, a LEP passou a admitir que o condenado que cumpre pena em **regime aberto** ou **semiaberto** e o que usufrui **liberdade condicional** possa remir,



pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, na razão de um dia de pena a cada doze horas de atividade escolar (artigo 126, parágrafo 6º, LEP).

Assim, erra a questão ao afirmar que a remição pelo trabalho e pelo estudo contempla os condenados que cumpram pena em regime fechado, semiaberto e aberto, não se estendendo aos que estejam em gozo de liberdade condicional.

GABARITO: ERRADO

10. A LEP veda, de forma expressa, a cumulação de horas diárias de trabalho e de estudo para idêntica finalidade de remição, definindo, no mínimo, três dias por semana para estudo e o restante para o trabalho, de forma a se compatibilizarem.

Certo

Errado

Comentários

É exatamente o contrário! a LEP **NÃO VEDA**, de forma expressa, a cumulação de horas diárias de trabalho e de estudo para idêntica finalidade de remição, definindo, no mínimo, três dias por semana para estudo e o restante para o trabalho, de forma a se compatibilizarem (art. 126, §3º).

GABARITO: ERRADO

11. DPE-RR – Defensor Público – 2013 – Cespe. Julgue os itens a seguir acerca da execução penal.

A prática de falta grave resulta na revogação obrigatória de até um terço do tempo remido, recomeçando a contagem a partir do trânsito em julgado da decisão revogatória.

Certo

Errado

Comentários

Dois erros na assertiva! Em caso de falta grave, o juiz poderá (não é obrigatório) revogar até 1/3 do tempo remido, levando-se em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão, recomeçando a contagem **a partir da data da infração disciplinar** (art. 127).

GABARITO: ERRADO

12. Admite-se que o preso, por força de medida cautelar pessoal, possa remir por trabalho e por estudo parte do tempo de execução da pena.

Certo

Errado



Comentários

Verdadeiríssimo!

A remição é o benefício concedido, em regra, ao preso submetido a regime fechado ou semiaberto, que pode reduzir o tempo de duração da pena privativa de liberdade através do trabalho ou do estudo. No entanto, quando estudamos a remição, vimos uma regrinha que diz que a **remição também se aplica às hipóteses de prisão cautelar**. É o que afirma corretamente a questão.

GABARITO: CERTO

13. De acordo com a Lei de Execução Penal, nas execuções penais relacionadas a crimes perpetrados com violência doméstica e familiar, é obrigatória a participação do agressor em programas de recuperação e reeducação, como condição para progressão de regime prisional e gozo de outros benefícios.

Certo

Errado

Comentários

Não foi bem isso que estudamos! Deixa eu corrigir: nos casos de violência doméstica **contra a mulher**, o juiz **poderá** (não é obrigado) determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. E a LEP não afirma ser essa uma condição para progressão de regime prisional e gozo de outros benefícios.

GABARITO: ERRADO

14. MPE/AC – PROMOTOR DE JUSTIÇA – 2014 – CESPE (adaptada). Julgue os itens a seguir conforme a Lei de Execução Penal.

A transferência para regime menos rigoroso poderá ser determinada pelo diretor do estabelecimento prisional se o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e apresentar bom comportamento carcerário.

Certo

Errado

Comentários

Trata-se de questão antiga com base em um artigo que já mudou, mas que serve para aprendizado. Quem determina a transferência para regime menos rigoroso é o JUIZ, não o diretor do estabelecimento. Os percentuais de cumprimento da pena são vários atualmente.

GABARITO: ERRADO



15. A denominada progressão por salto é admitida desde que o condenado tenha cumprido tempo exigido para progredir para o regime aberto.

Certo

Errado

Comentários

Errado! Acabamos de ver em comentário anterior que de acordo com a Súmula nº 491 do STJ é **inadmissível a progressão *per saltum* de regime prisional.**

GABARITO: ERRADO

16. O sentenciado tem que cumprir 2/3 da pena no regime em que se encontra antes que possa ser concedida a progressão para o regime subsequente.

Certo

Errado

Comentários

Errado, pois a LEP traz atualmente uma série de percentuais distintos, a depender do tipo do crime:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - 16% (dezesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)



c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

GABARITO: ERRADO

17. DPE-PE – Defensor Público – 2015 – CESPE. Enquanto cumpria pena no regime fechado, João foi acusado da prática de falta disciplinar de natureza grave, cometida em 2/1/2012, consistente na posse de um chip para aparelho celular. Em 14/7/2014, o promotor de justiça requereu o reconhecimento da prática da falta grave e a revogação de todo o tempo remido de João. A respeito dessa situação hipotética, julgue o próximo item, com base na jurisprudência dominante dos tribunais superiores pertinente a esse tema.

A posse exclusivamente de chip para aparelho celular não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.

Certo

Errado

Comentários

Para responder esse item, não tinha jeito, você tinha que conhecer o entendimento do STJ segundo o qual **a posse de chip**, sendo acessório essencial para o funcionamento do aparelho telefônico, tanto quanto o próprio celular em si, **caracteriza falta grave**.

Assim, erra a questão ao afirmar que a posse exclusivamente de chip para aparelho celular **não caracteriza** falta disciplinar de natureza grave.

GABARITO: ERRADO

18. TJ-PR – Juiz de Direito – 2019 – Cespe. De acordo com o STJ, a prática de falta grave pelo condenado durante o cumprimento da pena

- a) não interrompe a contagem do prazo para obtenção de livramento condicional.
- b) não interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.
- c) interrompe a contagem do prazo para obtenção de comutação de pena.
- d) interrompe a contagem do prazo para obtenção de indulto e saída temporária.

Comentários

Nosso gabarito é a alternativa A, que nos cobra o conhecimento da Súmula 444 do STJ.



Súmula 441 do STJ

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

GABARITO: A

19.PF – Delegado – 2018 – Cespe. Diogo, condenado a sete anos e seis meses de reclusão pela prática de determinado crime, deve iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. Todavia, na cidade onde se encontra, só há estabelecimento prisional adequado para a execução da pena em regime fechado. Nessa situação, o juiz poderá determinar que Diogo inicie o cumprimento da pena no regime fechado.

Certo

Errado

Comentários

Aqui precisamos lembrar a Súmula Vinculante n. 56.

Súmula Vinculante n. 56

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

GABARITO: ERRADO

20.PF – Delegado – 2018 – Cespe. Caio, condenado a nove anos de prisão, cumpria a pena no regime fechado. Passado um ano do cumprimento da pena, ele cometeu falta grave. Nessa situação, serão interrompidas as contagens dos prazos tanto para a obtenção do livramento condicional quanto para a progressão de regime de cumprimento de pena, devendo ambas ser reiniciadas a partir da data do cometimento da falta grave.

Certo

Errado

Comentários

Para acertar a questão precisamos relembrar três súmulas diferentes do STJ, que tratam da contagem de prazos.

Súmula n. 441 do STJ

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.

Súmula n. 534 do STJ



A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

Súmula n. 535 do STJ

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

GABARITO: ERRADO

21.DPE-PE – Defensor Público – 2018 – Cespe. João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.
- b) Embora a conduta de João seja tipificada como falta grave na legislação de execução penal, é dispensável a instauração de procedimento administrativo para apurar o fato.
- c) O prazo para a comutação da pena de João e indulto não será interrompido em razão da falta cometida.
- d) No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.
- e) O prazo de prescrição da falta praticada por João — portar telefone celular em sua cela — é de cinco anos.

Comentários

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 127 da LEP, em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 59, praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

A alternativa C está correta. Nos termos da Súmula n. 535 do STJ, a prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula n. 533 do STJ, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.



A alternativa E está incorreta. Nos termos da jurisprudência do STF, a prescrição da pretensão de se apurar falta disciplinar, cometida no curso da execução penal, deve ser regulada, por analogia, pelo prazo do art. 109 do Código Penal, com a incidência do menor lapso previsto, atualmente de três anos, conforme dispõe o inciso VI do dispositivo.

GABARITO: C

22. PC-MA – Delegado de Polícia – 2018 – Cespe. Quanto ao instituto da remição na fase de execução da pena, assinale a opção correta.

- a) A remição da pena pelo estudo, quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal, independerá de aproveitamento satisfatório, bastando a comprovação da frequência escolar.
- b) A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.
- c) O benefício da remição da pena será suspenso no caso de o condenado, por acidente, ficar impossibilitado para o trabalho ou o estudo.
- d) É possível o acréscimo de um terço do tempo a remir no caso de conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental, médio ou superior.
- e) O tempo remido não será considerado para a obtenção do benefício do indulto.

Comentários

A alternativa A está incorreta. Em qualquer caso se exigirá aproveitamento satisfatório, nos termos do art. 129, § 1º.

Art. 129, § 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

Importante lembrar também que, de acordo com a jurisprudência do STJ, a remição pelo estudo pressupõe a frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, independentemente da sua conclusão ou do aproveitamento satisfatório (HC 289382/RJ, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, Julgado em 08/04/2014, DJE 28/04/2014).

A alternativa B está incorreta. A remição da pena pelo estudo está expressamente prevista na LEP.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 129, § 4º.

Art. 129, § 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

A alternativa D está correta, de acordo com o 129, § 5º.

Art. 129, § 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o



cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do art. 128, o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

GABARITO: D

23. Como resultado do reconhecimento do cometimento de falta grave, enquadrada nos Arts. 50, VI, e 52 da Lei nº 7.210/1984, o juiz da execução penal poderá decretar a perda parcial dos dias remidos, limitada ao patamar máximo de 1/3 a revogação do tempo a ser remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Certo

Errado

Comentários

De fato, a conduta do detento configurou falta grave, pois comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que desobedecer o servidor ou desrespeitar a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se (art. 50, VI c/c art. 39, II da LEP).

Em tal hipótese, o art. 127 da citada lei assevera que o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido, cuja contagem será reiniciada a partir da data do cometimento da infração disciplinar.

Importante mencionar que com o advento da lei nº 12.433/2011 que inseriu na Lei de Execução Penal a remição dos dias de pena pelo estudo, houve também a extinção da possibilidade da perda integral dos dias remidos pelo cometimento de falta grave. Assim, a perda dos dias remidos sempre será parcial e limitada ao máximo de 1/3, nos termos do art. 127 da LEP:

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011)

GABARITO: CERTO

24. DPE-PR – Defensor Público – 2014 – UFPR. A Permissão de Saída do estabelecimento penal (art. 120 da Lei de Execução Penal) é possível para a realização de tratamento médico necessário e visita à família.

Certo

Errado

Comentários

Vamos responder essa de bate-pronto: segundo o que regulamenta o art. 120 da LEP, os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios



poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

- ✓ falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;
- ✓ **necessidade de tratamento médico.**

Logo, erra a questão ao incluir a visita à família como um dos fatos autorizadores da permissão para sair.

GABARITO: ERRADO

25. MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC. No tocante às autorizações de saída, julgue os itens a seguir.

A autorização de saída temporária será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvida unicamente a administração penitenciária.

Certo

Errado

Comentários

Não foi isso que estudamos! A autorização de saída temporária será concedida por ato motivado do juiz da execução, **ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária** (art. 123).

GABARITO: ERRADO

26. Apenas os condenados que cumprem pena no regime fechado poderão obter permissão para sair do estabelecimento em virtude de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

Certo

Errado

Comentários

Acabamos de ver que não só os condenados que cumprem pena no regime fechado, mas também **os que cumprem pena em regime semiaberto e os presos provisórios** poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, em virtude de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

GABARITO: ERRADO

27. É indevida a determinação de utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado durante saída temporária, possível apenas como medida cautelar diversa da prisão.



Certo

Errado

Comentários

A ausência de vigilância direta **não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica** pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução (art. 122, parágrafo primeiro).

GABARITO: ERRADO

28. Apenas os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visita à família.

Certo

Errado

Comentários

Desde 2024, com a aprovação de alterações na LEP, foi vedada a saída temporária para visita à família. Na época, a questão estava correta, mas atualmente está incorreta.

GABARITO: ERRADO (Atualmente)

29. Os presos provisórios não poderão obter permissão de saída do estabelecimento.

Certo

Errado

Comentários

Podem sim! Os condenados que cumprem pena no regime fechado ou semiaberto e os **presos provisórios** poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, em virtude de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão ou para necessidade de tratamento médico.

GABARITO: ERRADO

30. DPE/RJ – Técnico Superior Jurídico – 2014 – FGV. Durante inspeção de rotina em presídio, em julho de 2013, o Diretor da Unidade, quando de passagem por determinada ala, foi afrontado por um detento, que, atrás das grades, abaixou as calças, balançou sua genitália e afirmou que era daquilo que o Diretor precisava para ocupar o seu dia. Instaurado o devido procedimento administrativo disciplinar para apurar o cometimento de falta grave pelo condenado, com descrição precisa do fato e observância do contraditório e da ampla defesa, com assistência prestada por Defensor Público desde o início, concluiu-se pela sua ocorrência. Perante o Juízo das



Execuções Penais, antes da homologação, o apenado foi novamente ouvido, acompanhado por Defensor Público.

Como resultado do reconhecimento do cometimento de falta grave, enquadrada nos Arts. 50, VI, e 52 da Lei nº 7.210/1984, o juiz da execução penal poderá decretar a perda parcial dos dias remidos, limitada ao patamar máximo de 1/3 a revogação do tempo a ser remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Certo

Errado

Comentários

Resposta na lata: em caso de falta GRAVE, o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido, levando-se em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar. É o que brilhantemente nos afirma a questão!

GABARITO: CERTO

31. MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC. Quanto à remição, julgue os itens a seguir.

O juiz, em caso de falta grave, pode revogar até metade do tempo remido.

Certo

Errado

Comentários

Esse não tem nem mais graça! Você já sabe que o juiz, em caso de falta grave, pode revogar até 1/3 (um terço) ~~metade~~ do tempo remido.

GABARITO: ERRADO

32. É cabível pelo estudo apenas na forma presencial.

Certo

Errado

Comentários

De jeito nenhum! As atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial **ou por metodologia de ensino a distância**, devendo ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados (art. 126, §2º).

GABARITO: ERRADO



33. É aplicável ao preso provisório.

Certo

Errado

Comentários

Exatamente! A remição é, de fato, aplicável ao preso provisório. Segundo o que estabelece o art. 126, §7º, da LEP, a remição também se aplica às hipóteses de prisão cautelar.

GABARITO: CERTO

34. O tempo remido não será computado como pena cumprida.

Certo

Errado

Comentários

É exatamente o contrário! O tempo remido será sim computado como pena cumprida, para TODOS os efeitos (art. 128).

GABARITO: ERRADO

35. É incabível pelo estudo para o condenado que usufrua de liberdade condicional.

Certo

Errado

Comentários

Errado! Vimos em nosso estudo que, com a edição da Lei nº 12.433/2011, a LEP passou a admitir que o condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional possa remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, na razão de um dia de pena a cada doze horas de atividade escolar (art. 126, §6º).

GABARITO: ERRADO

36. SUSEPE-RS – Agente Penitenciário – 2017 – Fundação La Salle. Considera-se egresso para os efeitos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

III - o preso provisório, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

IV - o reincidente por crime doloso ou culposos.



Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas a II.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

Essa nós já vimos hoje, vamos lembrar?

Segundo o art. 26 da LEP, é considerado **egresso**:

- ✓ o liberado definitivo, pelo prazo de 01 ano a contar da saída do estabelecimento;
- ✓ o liberado condicional, durante o período de prova.

GABARITO: B

37. SEJUDH-MT - Agente Penitenciário – 2017 – IBADE. Considerando a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto e aberto, bem como da pena de limitação de fim de semana.
- b) A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.
- c) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto.
- d) A colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado.
- e) A penitenciária destina-se aos condenados de alta periculosidade e aos que forem incluídos no regime disciplinar diferenciado (RDD).

Comentários

Sabemos que a alternativa correta é a letra B, vamos lembrar as características da Cadeia Pública:

A CADEIA PÚBLICA destina-se ao recolhimento de presos provisórios. Cada comarca terá, pelo menos 01 cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar. Ao contrário da penitenciária, a Cadeia Pública deverá ser instalada próxima ao centro urbano.

GABARITO: B

38. TJ-SC – Juiz de Direito – 2013 – TJ-SC. A revogação do livramento condicional não acarreta a perda dos dias remidos.



Certo

Errado

Comentários

Certíssimo, pois já sabemos que o **tempo remido será computado como pena cumprida**, para **TODOS** os efeitos.

GABARITO: CERTO

39. MPE-MG – Promotor de Justiça – 2014 – MPE-MG. Se a revogação do livramento condicional for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 02 (duas) penas.

Certo

Errado

Comentários

Certíssimo, foi o que acabamos de ver e é a pura e fiel literalidade do art. 141 da LEP. Destacamos essa regra em quando tratamos do livramento condicional:

Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, **computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova**, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 02 penas. No caso de revogação por outro motivo, **não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado**, e **tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento**.

GABARITO: CERTO

40. TJ-SC – Juiz de Direito – 2013 – TJ-SC. Sobre a Lei de Execuções Penais, julgue os itens a seguir.

O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD aplica-se aos presos provisórios e aos condenados, exigindo, a inserção, decisão fundamentada do juiz da execução.

Certo

Errado

Comentários

Certíssima a assertiva! A inclusão no RDD é uma sanção disciplinar aplicável aos presos **condenados ou provisórios**, que decorre da prática de fato previsto como crime doloso (falta grave), ocasionando subversão (tumulto) da ordem ou disciplina internas, independentemente de trânsito em julgado da sentença condenatória. A sanção de inclusão definitiva no RDD será aplicada **por prévio e fundamentado despacho do juiz competente**(art. 54).



GABARITO: CERTO

41. Livramento condicional, permissão de saída, remição e progressão de regime, dentre outros, são considerados como incidentes de execução.

Certo

Errado

Comentários

Errado e não se assuste com a questão item! Esperei ele chegar para tratar dos incidentes de execução, já que são pouco cobrados. Pois bem, segundo a Lei de Execução Penal, em seu Título VII, são incidentes de execução:

- ✓ a **conversão de penas**;
- ✓ o **excesso ou o desvio**; e
- ✓ a **anistia e o indulto**.

Sugiro que você dê uma lidinha sem muito stress nos arts. 180 a 193 e assinale as principais regras ali existentes. Faça isso depois de ter estudado bem essa aula, beleza?

GABARITO: ERRADO

42. Compete ao juiz da execução decidir, dentre outros, sobre permissões de saída, progressão ou regressão de regimes, detração e remição, livramento condicional.

Certo

Errado

Comentários

Compete ao juiz da execução decidir, dentre outros, sobre permissões de saída (**Errado, pois é prerrogativa do diretor do estabelecimento**), progressão ou regressão de regimes (**Ok**), detração e remição (**Ok**), livramento condicional (**Ok**).

GABARITO: ERRADO

43. DPE-MS – Defensor Público – 2014 – VUNESP. Regra estabelecida pelo art. 202 da Lei de Execução Penal: salvo para instruir processo pela prática de nova infração, as anotações referentes à condenação não constarão da folha corrida, de atestados ou certidões a partir de 5 (cinco) anos contados da extinção da pena.

Certo

Errado

Comentários



Vamos respondê-la repetindo o nosso quadro-destaque da aula:

CUMPRIDA ou EXTINTA a pena, **NÃO CONSTARÃO** da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, **qualquer notícia ou referência à condenação**, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

GABARITO: ERRADO

44. DPE-MS – Defensor Público – 2014 – VUNESP. Com relação à Lei de Execução Penal, julgue os itens subsecutivos:

O regime disciplinar diferenciado previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal é aplicável somente aos presos condenados em cumprimento de pena privativa de liberdade.

Certo

Errado

Comentários

Esse você, meu querido aluno do Estratégia, deve ter respondido num piscar de olhos, pois já está cansado de saber que o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é uma sanção disciplinar aplicável aos presos **condenados ou provisórios**, que decorre da prática de fato previsto como crime doloso (falta grave), ocasionando subversão (tumulto) da ordem ou disciplina internas, independentemente de trânsito em julgado da sentença condenatória.

GABARITO: ERRADO

45. São sanções disciplinares: a advertência verbal, repreensão, censura, suspensão ou restrição de direitos e inclusão no regime disciplinar diferenciado.

Certo

Errado

Comentários

São sanções disciplinares (art. 53):





Logo, perceber-se o erro do item ao incluir a **censura** como uma das sanções disciplinares previstas na LEP.

GABARITO: ERRADO

46. Cabem apenas ao juiz da execução penal e ao ministério público a obrigatoriedade de visitas aos estabelecimentos prisionais.

Certo

Errado

Comentários

Bom, não trouxe essa regra aqui por ser pouquíssimo cobrada em provas, mas saiba que há para três órgãos da execução penal a obrigatoriedade de eles fazerem visitas regulares aos estabelecimentos prisionais. São eles: o **Ministério Público** (art. 67, parágrafo único), o **Conselho de Comunidade** (art. 81, inciso I) e a **Defensoria Pública** (art. 81-B, parágrafo único, inciso V). Erra, portanto, o item ao afirmar que também o juiz da execução penal tem essa obrigatoriedade. Não, não!

GABARITO: ERRADO

47. Ao condenado em regime fechado é assegurado o direito de cela individual contendo dormitório, lavatório e aparelho sanitário, contendo área mínima de 6 m² e ambiente salubre.

Certo

Errado

Comentários



Certíssimo! Ao condenado em regime fechado é assegurado o direito de cela individual contendo dormitório, lavatório e aparelho sanitário, contendo área mínima de 6 m² e ambiente salubre (art. 88).

GABARITO: CERTO

48. TRF 2ª Região – Juiz Federal – 2014 – TRF 2ª Região. A configuração de falta grave do condenado, na execução da pena privativa de liberdade, em regime fechado, é apta a gerar o seguinte efeito:

- a) A regressão do regime prisional.
- b) A perda parcial dos dias remidos.
- c) A exclusão da assistência médica.
- d) A imposição do trabalho sem remuneração.
- e) Nenhum dos efeitos acima previstos, embora possa gerar outros.

Comentários

O pulo do gato para responder essa questão está na expressão "regime fechado". Segundo o art. 127 da LEP, em caso de falta GRAVE, o juiz **poderá revogar até 1/3 do tempo remido**, levando-se em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar. Se não houvesse a expressão "regime fechado" no enunciado, teríamos duas possíveis respostas corretas: as letras "A" e "B"!

GABARITO: B

49. Em matéria de execução penal é vedado ao Juiz de Direito agir de ofício;

Certo

Errado

Comentários

Como assim é vedado ao Juiz de Direito agir de ofício em matéria de execução penal?! Quem foi que disse isso?! Claro que ele pode sim agir de ofício e vimos inúmeras dessas oportunidades aqui durante o nosso estudo. Quer dois exemplos?

Exemplo 1: o juiz, **de ofício**, a requerimento do interessado, do ministério público ou mediante representação do conselho penitenciário, julgará extinta a pena privativa de liberdade, se expirar o prazo do livramento sem revogação (art. 146 da LEP).

Exemplo 2: O Juiz poderá, a qualquer tempo, **de ofício**, a requerimento do Ministério Público ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, ouvido o condenado (art. 158, §2º).

GABARITO: ERRADO



50. A autorização para saída temporária aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto, somente poderá ser deferida pelo diretor do estabelecimento penal, quando houver a utilização de equipamento de monitoração eletrônica;

Certo

Errado

Comentários

Opa, atenção, muita atenção! A primeira coisa que você deve avaliar, quando se tratar de questão sobre as autorizações de saída, é à qual espécie de autorização ela se refere: se à permissão de saída ou à saída temporária. Elas são diferentes, já vimos aqui!

A assertiva em tela se refere à saída temporária e erra feio ao afirmar que ela poderá ser diferida pelo diretor do estabelecimento penal. De jeito nenhum!

Já vimos aqui que a autorização para saída temporária será concedida por **ato motivado do juiz da execução**, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos requisitos de comportamento adequado; cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário, e 1/4 da pena, se reincidente; e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena (art. 123).

GABARITO: ERRADO

51. DPE-PB – Defensor Público – 2014 – FCC. Segundo a Lei de Execução Penal, são órgãos da execução penal:

- a) o Conselho da Comunidade e a direção do estabelecimento prisional
- b) a Defensoria Pública e o Patronato, mas não o Ministério Público.
- c) o Juízo da Execução Penal e o Conselho Penitenciário.
- d) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mas não o Patronato.
- e) a direção do estabelecimento prisional e os Departamentos Penitenciários, mas não a Defensoria Pública.

Comentários

Vamos lá, revisar mais uma vez!

São órgãos da execução penal (art. 61): o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público; o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública.

Vamos agora fazer um *checklist* com os itens. Aquele que receber **Ok** em todos os órgãos apresentados será a nossa resposta:

Item A - o Conselho da Comunidade (**Ok**) e a direção do estabelecimento prisional (**Errado**, pois é o **Departamento Penitenciário** o órgão de execução penal).



Item B - a Defensoria Pública (Ok) e o Patronato (Ok), mas não o Ministério Público (Errado, pois o Ministério Público é sim órgão de execução penal).

Item C - o Juízo da Execução Penal (Ok) e o Conselho Penitenciário (Ok). Nossa resposta!

Item D - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Ok), mas não o Patronato (Errado, pois o Patronato é sim órgão de execução penal). Dê uma olhadinha nos arts. 78 e 79 para conhecer um sobre os Patronatos, ok?

Item E - a direção do estabelecimento prisional Patronato (Errado) e os Departamentos Penitenciários (Ok), mas não a Defensoria Pública (Errado, pois a Defensoria passou a ser órgão de execução penal recentemente por meio da Lei nº 12.313/10).

GABARITO: C

52. TJ-CE – Juiz de Direito – 2014 – FCC. É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.

Certo

Errado

Comentários

Questão superbacana para trazermos aqui uma bateria de entendimentos dos Tribunais superiores. Vamos lá!

Item A – Exato! Não se admite a progressão por salto, ou seja, progredir do regime fechado ao aberto diretamente sem passar pelo regime semiaberto. A Súmula 491 do STJ assim prevê:

“É inadmissível a progressão per saltum de regime prisional”.

O STF também possui posições nesse sentido: "O tempo de prisão cumprido pelo paciente já foi considerado para o efeito da obtenção do regime semiaberto e, quanto ao aberto, não pode ser obtido *per saltum*, pois sua concessão depende do preenchimento de requisitos objetivos e subjetivos, cuja apreciação compete, originariamente, ao Juízo da Execução Penal e não a esta Corte." (HC 76.965/1999 e RHC 99.776/2010).

GABARITO: CERTO

53. MPE-PR – Promotor de Justiça – 2017 – MPE-PR. O doutrinador Guilherme de Souza Nucci conceitua órgãos de execução penal como “os que, de alguma forma, interferem no cumprimento da pena de todos os condenados, fiscalizando, orientando, decidindo, propondo modificações, auxiliando o preso e o egresso, denunciando irregularidades, etc.” (Leis Penais Processuais e Penais Comentadas, 6ª ed. rev. Atual. E ref – São Paulo: Editora RT, 2012 (volume 2), pag.240). E, de acordo com o art. 61, da Lei nº 7.210/84 (LEP), não está elencado(a) dentre os órgãos de execução:

a) O Conselho da Comunidade.



- b) O Patronato.
- c) O Conselho Penitenciário.
- d) A Defensoria Pública.
- e) A Polícia Civil.

Comentários

Essa você já sabe, naquela lista do art. 61 não consta a Polícia Civil.

GABARITO: E

54. SEDS-MG – Agente Penitenciário – 2014 – IBFC. São órgãos da execução penal, EXCETO:

- a) A Defensoria Pública.
- b) Os Departamentos Penitenciários.
- c) A Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) O Ministério Público.

Comentários

São órgãos da execução penal (art. 61): o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público (**item D**); o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários (**item B**); o Patronato; o Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública (**item A**).

Como se pode ver, a Ordem dos Advogados do Brasil não é órgão de execução penal.

GABARITO: CERTO

55. PC-GO – Papiloscopista – 2015 – Universa. Acerca da Lei de Execução Penal (LEP), segundo entendimento do STJ, julgue os itens a seguir.

O juiz poderá suspender, pelo período de 2 a 4 anos, a execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 anos.

Certo

Errado

Comentários

Certíssima! Segundo o art. 156 da LEP, o Juiz poderá suspender, pelo período de 02 a 04 anos, a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 02 anos, na forma prevista nos artigos 77 a 82 do Código Penal.



GABARITO: CERTO

56. A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

Certo

Errado

Comentários

Anota mais essa aí: segundo a Súmula nº 441 do STJ, a prática de falta grave **não interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional**.

GABARITO: ERRADO

57. O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado.

Certo

Errado

Comentários

Aproveito a questão para citar os arts. 36 e 37 da LEP, que tratam exatamente do trabalho externo:

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.

Parágrafo único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

Assim, erra o item ao afirmar que o trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado.



GABARITO: ERRADO

58. As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, sendo que a tentativa será punida com a sanção correspondente à falta consumada.

Certo

Errado

Comentários

Também correta e temos aqui a pura literalidade do art. 49, caput e parágrafo único: as faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, sendo que a tentativa será punida com a sanção correspondente à falta consumada.

GABARITO: CERTO

59. É proibida a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado.

Certo

Errado

Comentários

Claro que não é proibida a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado.

O RDD é uma sanção disciplinar **aplicável aos presos condenados ou provisórios**, que decorre da prática de fato previsto como crime doloso (falta grave), ocasionando subversão (tumulto) da ordem ou disciplina internas, independentemente de trânsito em julgado da sentença condenatória.

GABARITO: ERRADO

60. SEJUS-PI – Agente Penitenciário – 2017 – NUCEPE. A lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, trata da execução penal, contempla a defensoria pública atribuindo incumbências. Em relação à defensoria pública é CORRETO afirmar:

- a) A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma sempre coletiva.
- b) A Defensoria Pública pode requerer a conversão de penas, a progressão nos regimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto.
- c) Requerer a emissão semestral do atestado de pena a cumprir.
- d) Representar somente ao Juiz da execução para instauração de sindicância ou procedimento administrativo em caso de violação das normas referentes à execução penal.
- e) O órgão da Defensoria Pública visitará a cada 2 (dois) anos os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.



Comentários

Lembra daquele quadro enorme com as competências de cada órgão da execução penal? Pois é, nesse ano ainda o conhecimento das competências previstas nele foi cobrada em concurso para Agente Penitenciário. Fique de olho!

GABARITO: B

61.(DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação à execução provisória da pena, julgue o item que se segue.

Admite-se a progressão de regime prisional de preso provisório antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Certo

Errado

Comentários

SÚMULA 716 DO STF: Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

GABARITO: CERTO

62.(DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

O regime disciplinar diferenciado não se aplica aos presos provisórios.

Certo

Errado

Comentários

Art. 52, § 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros:

GABARITO: ERRADO

63.(DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

Comete falta grave a pessoa condenada a pena privativa de liberdade que participa de movimento para subverter a disciplina do estabelecimento prisional.

Certo

Errado



Comentários

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

GABARITO: CERTO

64. PC-PA – Delegado – 2021 – AOCP. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- c) O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- d) Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- e) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

Comentários

- A) Correto
- B) Até 10 dias
- C) Mandato com duração de 2 anos
- D) 20 dias.
- E) Até 6 meses.

GABARITO: A

65. PC-PA – Delegado – 2021 – AOCP. Considerando as recentes alterações legislativas, assinale a alternativa correta sobre a Lei de Execução Penal.

- a) O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- b) O regime disciplinar diferenciado não será aplicado aos presos provisórios, mas para os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- c) A ausência de vigilância direta impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.



- d) A autorização para saída temporária do condenado será concedida por prazo não superior a catorze dias, podendo ser renovada por mais seis vezes durante o ano.
- e) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos vinte por cento da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

Comentários

- A) Correto
- B) Art. 52, § 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros.
- C) Art. 122, Parágrafo único. A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.
- D) Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.
- E) Art. 112: 16%

GABARITO: A

66. DPE-RJ – Defensor – 2021 – FGV. Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- a) pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;
- b) pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;
- c) o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;
- d) para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;
- e) após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.

Comentários

- A) Correto
- B) Apenas semiaberto. Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:
- C) Pode sim. Art. 122, § 1º A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.
- D) II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;



Art. 125. O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

GABARITO: A



LISTA DE QUESTÕES

1) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC.

João, que não ostenta qualquer problema de saúde e se encontra preso há um ano, em cumprimento definitivo de pena pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, entrou em contato com o seu advogado e este lhe informou que o órgão público competente, nos termos da Lei de Execução Penal, foi instado a emitir parecer sobre um potencial indulto que poderia beneficiar o apenado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a emissão de parecer sobre indulto, excetuado o pedido com base no estado de saúde do preso, é uma incumbência do:

- A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- B) Departamento Penitenciário;
- C) Conselho da Comunidade;
- D) Conselho Penitenciário;
- E) Patronato.

2) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC

Matheus cumpre pena, após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, em razão da prática de determinado crime patrimonial. No curso da execução penal, após conversas com outros apenados, Matheus percebeu que, em breve, teria direito ao livramento condicional, motivo pelo qual passou a se inteirar do assunto. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

- A) serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações de não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; recolher-se à habitação em hora fixada; não frequentar determinados lugares; e utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- B) poderão ser impostas ao liberado condicional as obrigações de obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho; comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação; e não mudar do território da comarca do juízo da execução, sem prévia autorização deste;
- C) se houver a revogação do livramento condicional em razão da prática de infração penal anterior à vigência do benefício, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento;



D) concedido o benefício do livramento condicional, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Ministério Público;

E) se for permitido ao liberado residir fora da comarca do juízo da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

3) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-SC

Após a observância do devido processo legal, João, que teria matado um vizinho, foi absolvido impropriamente, com a aplicação de uma medida de segurança, em razão da sua inimputabilidade penal. Passados seis meses do trânsito em julgado da sentença, Maria, genitora de João, procurou um advogado, solicitando-lhe esclarecimentos sobre quando ocorreria a liberação do seu filho. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

A) em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade;

B) juntado aos autos o relatório realizado pela Defensoria Pública ou pelo advogado constituído pelo agente ou realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do indivíduo, será ouvido o Ministério Público no prazo de cinco dias;

C) a Defensoria Pública ou o advogado constituído pelo agente, até um mês antes de expirar o prazo de duração mínima da medida, remeterá ao juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida de segurança;

D) o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, salvo se expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

E) ouvidas as partes e realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, o juiz proferirá a sua decisão, no prazo de dez dias.

4) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

No que diz respeito à execução penal, assinale a afirmativa correta, segundo a legislação vigente.



- A) Ainda que a sentença condenatória tenha transitado em julgado, cabe ao juízo criminal prolator da sentença a aplicação de lei mais benéfica, posteriormente editada.
- B) O poder disciplinar no curso da execução da pena privativa de liberdade somente será exercido pela autoridade judiciária, sob o crivo do contraditório e mediante manifestação do Ministério Público.
- C) O regime disciplinar diferenciado somente é aplicável aos presos condenados, nacionais ou estrangeiros.
- D) O direito do preso de manter correspondência com pessoas externas ao cárcere pode ser suspenso ou restrito por ato motivado do diretor do estabelecimento penal.
- E) A remição consiste no deferimento do cumprimento de pena em regime semiaberto, após já ter sido cumprido um terço da pena em regime fechado.

5) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-MS

Durante a execução da pena que lhe foi imposta, em razão de condenação definitiva pelo delito de homicídio qualificado, Jonas cometeu falta grave consistente na prática de crime doloso que ocasionou desordem no presídio. Por esse motivo, foi submetido, em observância às formalidades legais, ao regime disciplinar diferenciado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), o regime disciplinar diferenciado está sujeito à seguinte característica:

- A) visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado pelo diretor do estabelecimento prisional, com duração de duas horas;
- B) entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização do diretor do estabelecimento prisional em contrário;
- C) direito do preso à saída da cela por uma hora diária para banho de sol, em grupos de até quatro presos, desde que não haja contato com internos do mesmo grupo criminoso;
- D) duração máxima de até doze meses, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;
- E) fiscalização do conteúdo da correspondência.

6) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP



João, integrante da facção criminosa "ABC", durante o cumprimento de pena pela prática do crime de homicídio qualificado, é informado de que será incluído no regime disciplinar diferenciado (RDD), em observância às formalidades legais. Muito preocupado com as restrições que lhe serão impostas, João pergunta a diversas pessoas sobre as peculiaridades do RDD. Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é característica do regime disciplinar diferenciado:

- A) as visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de duas horas;
- B) a vedação ao comparecimento presencial do preso em audiências judiciais, garantindo-se os equipamentos necessários para que o acautelado participe do ato por videoconferência;
- C) as entrevistas monitoradas, inclusive aquelas com o defensor do preso, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário;
- D) a saída da cela por duas horas diárias para banho de sol, em grupos de até cinco presos, desde que não haja contato com outros acautelados do mesmo grupo criminoso;
- E) duração máxima de dois anos, admitindo-se uma prorrogação, por igual período, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

7) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP

João, primário, foi condenado, em sentença transitada em julgado, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências do devido processo legal, pela prática, em abril de 2023, de crime hediondo, sem resultado morte, com o cumprimento de pena iniciando-se em regime fechado. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, João, observados os demais requisitos legais, poderá progredir para regime menos rigoroso quando tiver cumprido ao menos:

- A) 30% da pena;
- B) 40% da pena;
- C) 50% da pena;
- D) 60% da pena;
- E) 70% da pena.



8) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-AP

Wallace, em cumprimento de pena pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, é informado, pelo seu advogado, sobre a possibilidade de remir parte da pena, a partir do trabalho ou do estudo. Assim sendo, o condenado, entusiasmado com a notícia que lhe fora passada, resolve analisar, detidamente, o instituto da remição, visando à redução do seu período de encarceramento. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que:

- A) o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de um quarto no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do
- B) o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por estudo, parte do tempo de execução da pena, à razão de um dia de pena a cada oito horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em dois dias;
- C) o preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição pelo prazo de seis meses, prorrogável uma vez, por igual período;
- D) em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até um terço do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar;
- E) a remição será declarada pelo diretor do estabelecimento prisional, ouvidos o Ministério Público e a defesa.

9) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-RJ

De acordo com a Lei de Execução Penal, o condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, ao(à):

- A) encarceramento em "solitária" por um período de três meses.
- B) exame e diagnóstico psiquiátrico.
- C) identificação do perfil genético, mediante extração de DNA.
- D) cadeia de custódia.
- E) trabalho em penitenciária agrícola.



10) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-RJ

Quando nos referimos ao Sistema Prisional, cabe ao Ministério Público:

- A) supervisionar e coordenar os estabelecimentos prisionais da Unidade da Federação a que pertencem.
- B) determinar medidas de segurança para os apenados em regime semiaberto.
- C) supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.
- D) fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.
- E) interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução.

11) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: MPE-GO

Maria, primária e possuidora de bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, foi condenada, definitivamente, pela prática de três crimes de furto qualificado pelo abuso de confiança, em continuidade delitiva, em detrimento do seu patrão, perpetrados em 2023. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que Maria, que se encontra grávida, progredirá de regime com o cumprimento de

- A) dezesseis por cento da pena.
- B) vinte por cento da pena.
- C) um décimo da pena.
- D) um oitavo da pena.
- E) um sexto da pena.

12) Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: PC-SC

Dalva, mãe de filhas gêmeas de 13 anos, foi condenada por roubo (Art. 157 do CP) à pena de reclusão de 4 anos e 2 meses. Dalva foi condenada no passado pelo crime de furto (Art. 155 do CP), tendo cumprido sua pena integralmente há 6 anos. Pelo exposto, para progredir de regime prisional, Dalva deverá obrigatoriamente

- A) cumprir 16% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.



- B) cumprir 30% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- C) cumprir 30% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.
- D) cumprir 20% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- E) cumprir 25% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

13) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

A Lei de Execuções Penais informa ser o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) o órgão central da execução penal.

Com relação às competências do CNPCP, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Ao CNPCP incumbe propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.

() Ao CNPCP incumbe promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do país;

() Ao CNPCP incumbe promover a interdição do todo ou em parte, de estabelecimento penal em caso de violação das normas referentes à execução penal.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V — F — F.
- B) V — V — F.
- C) V — F — V.
- D) F — V — V.
- E) V — V — V.

14) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

O Banco Nacional de Perfis Genéticos foi criado em 2013 para auxiliar os órgãos de segurança pública em investigações criminais a partir do cadastro de material genético para fins de comparação com vestígios biológicos deixados no local de crime ou no corpo da vítima. A respeito do procedimento de identificação do perfil genético, é correto afirmar que



- A) a amostra biológica coletada pode ser utilizada para prática de fenotipagem genética ou de busca familiar.
- B) a recusa do apenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético constitui falta grave.
- C) a submissão à identificação do perfil genético do preso provisório acusado de crime contra a vida ou contra a liberdade sexual é obrigatória.
- D) o acesso ao banco de dados de identificação do perfil genético pode ser feito por qualquer agente policial, independente de prévia autorização judicial.
- E) o condenado por crime de organização criminosa será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético.

15) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

A Emenda Constitucional nº 104/2019 criou as polícias penais federal, estaduais e distrital, promovendo a transformação do cargo de agente penitenciário em polícia penal, a quem incumbe a segurança dos estabelecimentos penais. Entre as atividades atribuídas à polícia penal, são delegáveis, sendo passíveis de execução indireta, as atividades de

- A) classificação de condenados.
- B) aplicação de sanções disciplinares.
- C) controle de rebeliões.
- D) execução do trabalho do preso.
- E) transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário.

16) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional. Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.



() O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.

() A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V — F — F.

B) V — V — F.

C) V — F — V.

D) F — V — V.

E) F — V — F.

17) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-PR

Felisberto é condenado, por sentença definitiva, a uma pena de 1 ano de reclusão, em regime inicialmente aberto, a qual é substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo prazo. Decorridos 5 meses do início da execução da citada pena, sobrevém nova condenação definitiva, a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. Diante do caso narrado, o juiz da execução penal deverá:

A) manter a pena restritiva de direitos, pois sua execução é compatível com o regime prisional fixado na nova condenação;

B) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;

C) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;

D) converter a pena restritiva de direitos em prisão albergue domiciliar, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes;

E) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes.

18) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-SE



João foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática do crime de furto simples tentado. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos, qual seja, a prestação de serviços à comunidade, em um hospital da rede pública municipal. No curso da execução, o efetivo cumprimento da prestação de serviço à comunidade foi objeto de fiscalização, apurando-se a regularidade na conduta de João. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, a fiscalização do cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade compete ao:

- A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- B) Departamento Penitenciário;
- C) Conselho da Comunidade;
- D) Conselho Penitenciário;
- E) Patronato.

19) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ

Fábio Augusto praticou dois diferentes crimes de furto pelos quais foi denunciado, iniciando dois diferentes processos penais. Em razão do primeiro crime de furto, Fábio Augusto foi condenado a pena privativa de liberdade, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. Quando já se encontrava cumprindo a primeira pena, restou condenado a pena privativa de liberdade pela prática do segundo crime, mas essa sanção penal foi substituída por pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade. Transitada em julgado a sentença que impôs a pena alternativa, o juízo competente para executar as penas converteu-a em privativa de liberdade. Diante do caso exposto, é correto afirmar que a conversão:

- A) é possível, desde que demonstrada a impossibilidade de cumprimento simultâneo das penas;
- B) é possível, pois a execução da pena privativa de liberdade não foi suspensa;
- C) não é possível, pois a lei somente a admite quando o apenado deixa de prestar o serviço injustificadamente;
- D) não é possível, pois o crime de furto não tem entre seus elementos a violência ou a grave ameaça à pessoa e o apenado é primário;
- E) não é possível, pois a pena restritiva de direitos sobreveio à privativa de liberdade.



20) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: DPE-RJ Weber Júnior foi condenado a pena de quatro anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime semiaberto, por crime de roubo de um telefone celular, praticado em 1º de janeiro de 2021. Na oportunidade, afirmou que quebraria a “cara” da vítima, caso não lhe entregasse o aparelho, sendo preso em flagrante e submetido à prisão cautelar até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Apesar de ser primário, a lentidão crônica da Vara de Execuções Penais fez com que, somente no dia 31 de abril de 2022, Weber Júnior progredisse para o regime aberto e deixasse a unidade prisional, autorizado a prosseguir o cumprimento da pena em prisão-albergue domiciliar com monitoramento eletrônico. Contudo, jamais compareceu ao local em que seria instalado o aparelho de monitoramento, razão pela qual foi considerado evadido a partir do dia 1º de maio de 2022, sendo proferida decisão de regressão cautelar ao regime semiaberto com expedição de mandado de prisão. Weber Júnior readquirirá o bom comportamento que lhe permitirá progredir novamente para o regime aberto:

- A) cinco meses e dez dias após a recaptura;
- B) cinco meses e dez dias após a evasão;
- C) oito meses após a recaptura;
- D) um ano após a recaptura;
- E) um ano após a evasão.

21) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo. Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

- A) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;
- B) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;
- C) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;
- D) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;
- E) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.



22) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

De acordo com a Lei de Execuções Penais, o livramento condicional poderá ser concedido pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário. Será sempre imposta ao liberado condicional a obrigação de:

- A) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- B) não frequentar estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas;
- C) comparecer à reunião com o agente de condicional a cada quinze dias;
- D) utilizar equipamento de monitoração eletrônica;
- E) frequentar curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior.

23) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista. Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

- A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa individualizador;
- B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;
- C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;
- D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;
- E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

24) Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-RN



João, em cumprimento de pena privativa de liberdade, por força de condenação pelo crime de homicídio, pratica fato previsto como crime doloso, gravado pelas câmeras de segurança do estabelecimento prisional. Nesse cenário, considerando a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- A) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, desde que se demonstre que o fato ocasionou a subversão da ordem ou disciplina interna e que o condenado representa alto risco para a segurança do estabelecimento;
- B) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ou a abertura de processo administrativo disciplinar, considerando a certeza proveniente da gravação das câmeras de segurança;
- C) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é prescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando o exercício do contraditório e da ampla defesa, em processo administrativo disciplinar;
- D) para que se reconheça o cometimento de falta grave por João, por força da prática de crime doloso, é imprescindível o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;
- E) reconhecido o cometimento de falta grave, por força da prática de crime doloso, João estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado.

25) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Sobre a saída temporária do preso, assinale a afirmativa correta.

- A) A fruição do benefício ocorre sem vigilância direta, sendo vedado, inclusive, o monitoramento eletrônico do preso.
- B) O benefício pode ser obtido por presos de qualquer regime.
- C) A concessão do benefício independe de prévio decreto do presidente da República.
- D) A autorização para a saída temporária é deferida pelo diretor do presídio.
- E) O benefício poderá ser concedido em razão de falecimento de parente ou para tratamento de saúde.

26) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal



Sobre a prisão de pessoa do gênero feminino, assinale a afirmativa correta.

- A) A gestante condenada por tráfico de drogas pode progredir de regime após cumprir um oitavo da pena, se for primária, apresentar bom comportamento e não tiver participado de organização criminosa.
- B) A mulher transgênero deve cumprir pena em unidade prisional feminina.
- C) A condenada lactante deve ser posta em liberdade, pelo período mínimo de seis meses, para que possa amamentar seu recém-nascido.
- D) A prisão preventiva de mulher que seja responsável por criança deve ser substituída por prisão domiciliar.
- E) Apenas agentes de segurança femininas podem trabalhar nos espaços de unidades prisionais destinadas a pessoas desse gênero.

27) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Sobre a execução penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O Plenário do STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro e fixou prazo para a adequação da lotação dos presídios.
- B) Na execução penal, não se considera o tempo em que o condenado permaneceu preso provisoriamente.
- C) Os condenados por crimes hediondos e equiparados a hediondos não podem progredir de regime, embora possam ser condenados a regimes menos severos que o fechado.
- D) O inadimplemento da pena de multa não permite a sua conversão em pena privativa de liberdade.
- E) O condenado ao cumprimento da pena em regime semiaberto pode ser internado temporariamente em estabelecimento destinado ao regime fechado.

28) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: Senado Federal

Acerca do sistema penitenciário federal, assinale a afirmativa correta.

- A) Os presídios federais destinam-se ao cumprimento de penas privativas de liberdade impostas a pessoas condenadas por crimes federais.



- B) Compete ao diretor do Departamento Penitenciário Nacional decidir sobre o requerimento de inclusão de preso no sistema penitenciário federal.
- C) Não existe limite ao número de prorrogações do tempo de internação, desde que satisfeitos os demais requisitos legais.
- D) É inadmissível a internação de preso provisório em presídio federal.
- E) As entrevistas do interno com seu advogado, no parlatório, devem ser gravadas pela autoridade penitenciária.

29) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: TJ-PE

José cumpre pena pelo crime de roubo em regime fechado na cidade de Recife/PE. Sua família, contudo, reside em Petrolina/PE, razão pela qual sua defesa requer a transferência para estabelecimento prisional localizado nessa cidade, a fim de contribuir com o processo de ressocialização do apenado. Diante do caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) é direito subjetivo de José ser transferido para Petrolina/PE sendo imperativa a viabilização de sua transferência pelo juízo de execução penal;
- B) a existência de vagas no estabelecimento de Petrolina/PE, torna absoluto o direito de José de ser transferido para perto de sua família;
- C) a transferência de José independe de prévia consulta ao juízo da localidade de Petrolina/PE, sendo suficiente a comunicação prévia da ordem de transferência;
- D) a transferência de José para Petrolina/PE dependerá da conveniência da Administração e pode ser negada por decisão fundamentada do juízo da execução penal;
- E) a transferência de José para Petrolina/PE somente pode ser negada em caso de o apenado estar em regime disciplinar diferenciado ou de inexistência de vagas em estabelecimento prisional.

30) Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: TJ-PE

A autorização das saídas temporárias é benefício previsto nos Arts. 122 e seguintes da Lei de Execução Penal (LEP), com o objetivo de permitir ao preso que cumpre pena em regime semiaberto visitar a família, estudar na comarca do Juízo da Execução e participar de atividades que concorram para o retorno ao convívio social, aplicável ao condenado que não tenha praticado crime hediondo com resultado de morte. Sobre esse tema, é correto afirmar que:



- A) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, devendo cada autorização de saída temporária do preso ser precedida de decisão judicial motivada e individualizada;
- B) o benefício depende de ato motivado do juiz da execução penal, ouvido o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o preso tenha comportamento adequado, tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;
- C) é incabível a fixação de calendário anual de saídas temporárias por ato judicial único, ainda que observadas as hipóteses de revogação automática, devendo haver a apreciação individual de cada pedido, com decisão fundamentada, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;
- D) o calendário prévio das saídas temporárias deve ser fixado pelo Juízo das Execuções, sendo possível delegar à autoridade prisional a escolha das datas específicas nas quais o apenado irá usufruir os benefícios, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena;
- E) respeitado o limite anual de trinta e cinco dias, estabelecido na LEP, é cabível a concessão de maior número de autorizações de curta duração, até o limite de cinco vezes ao ano, já intercaladas durante os doze meses, com ou sem pernoite, desde que tenha cumprido o mínimo de 1/6 da pena, se primário, e 1/4, se reincidente, e haja compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

31. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) Em relação à contagem de tempo para remição da pena, é correto afirmar que:

- a) o direito à remição não prescinde do efetivo e comprovado exercício de atividades laborais pelo reeducando;
- b) tem direito à remição o reeducando que demonstra que a vaga de trabalho existia e foi retirada;
- c) a omissão estatal na promoção de atividades laborativas permite a contagem de tempo ficta para remição;
- d) tem direito à remição o reeducando que demonstra que a vaga de trabalho ofertada não pôde ser desempenhada;
- e) tem direito à remição o reeducando que demonstra que não dispunha de habilidades para a vaga de trabalho ofertada.

32. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Acerca da atividade laborativa do preso, nos termos da Lei de Execuções Penais, é correto afirmar que

- a) Alternativa o trabalho do preso poderá ser gerenciado por fundação ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.
- b) os presos que concordarem em realizar o trabalho externo em serviço ou obras públicas estarão sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.



- c) o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior ao salário mínimo.
- d) o trabalho é obrigatório para todos os presos, em caráter definitivo ou provisório.
- e) o trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas realizadas pela Administração Direta ou Indireta, caso em que o limite máximo de número de presos será de 30% (trinta por cento) dos empregados da obra.

33. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Acerca da monitoração eletrônica prevista na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

() O condenado eletronicamente monitorado está obrigado a receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações.

() O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.

() A violação comprovada dos deveres do condenado quanto à monitoração eletrônica poderá acarretar a conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – F – F.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

34. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Pedro, réu primário, foi condenado, em março de 2020, à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos, em regime inicialmente fechado, por cometimento de crime hediondo com resultado morte. Quando já havia cumprido 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses da pena, foi surpreendido por um agente penitenciário, portando um aparelho telefônico apto a estabelecer comunicação com o ambiente externo.

Neste caso, nos termos da Lei de Execuções Penais (LEP), é correto afirmar que

- a) Pedro cometeu falta leve, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo ou quando apresentar reincidência na conduta de portar aparelho telefônico ou similar. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.
- b) Pedro cometeu falta grave, pois a LEP não faz distinção, para fins de qualificação da conduta como falta grave, entre os atos de portar e utilizar efetivamente aparelho telefônico para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.
- c) Pedro não cometeu falta leve ou grave, pois a LEP não qualifica como falta a conduta do detento de, tão somente, portar aparelho telefônico, sendo necessário o flagrante de efetiva



comunicação com o ambiente externo através do aparelho telefônico para a configuração da respectiva falta. Portanto, Pedro poderá progredir de regime, quando houver cumprido 50% (cinquenta por cento) do montante da pena.

d) Pedro cometeu falta grave, ainda que não tenha sido flagrado, efetivamente, estabelecendo comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será interrompido. Caso em que o reinício de sua contagem terá como base a pena remanescente.

e) Pedro cometeu falta média, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será majorado para 60% (sessenta por cento) da pena fixada em sentença.

35. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2021/XXXII Exame) Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias.

Considerando os fatos narrados, o advogado de Rafael poderá buscar o reconhecimento da ilegalidade da sanção aplicada, porque

- a) o fato praticado pelo preso não constitui falta grave.
- b) a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado depende de decisão do juízo competente.
- c) o preso provisório não está sujeito ao regime disciplinar diferenciado.
- d) a inclusão no regime disciplinar diferenciado não pode ultrapassar o período inicial de 30 dias, apesar da possível prorrogação por igual período.

36. (FGV - Juiz Estadual (TJ PR)/2021) A Administração da Penitenciária Central do Estado comunica à Vara de Execuções Penais que o apenado Russel estaria envolvido na tentativa de introdução de entorpecentes, aparelhos de telefonia celular e carregador de bateria na unidade prisional, que lhe foram encaminhados por correspondência tipo SEDEX, sendo a abertura do pacote feita por agentes públicos, antes de haver a efetiva entrega.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) pratica falta grave o reeducando que recebe encomenda a ele dirigida e autoriza sua verificação, sendo identificado material de natureza ilícita;
- b) não pratica falta grave o reeducando em razão de conduta praticada por terceiro, sob pena de violação do princípio constitucional da intranscendência;
- c) pratica falta grave o reeducando que não tem disciplina e senso de responsabilidade suficiente, recebendo encomenda com drogas e aparelho celular;
- d) não pratica falta grave o reeducando em razão da não descoberta dos itens ilícitos em seu poder direto ou no interior da sua cela;
- e) pratica falta grave o reeducando que confirma como sua correspondência remetida por terceiro a ele não relacionado e que contém produtos ilícitos.



37. (FGV - Oficial do Ministério Público (MPE RJ)/2019) André foi condenado em primeira instância pela prática de um crime de latrocínio e, como respondeu ao processo na condição de preso, foi extraída carta de execução provisória. Durante a execução provisória de sua pena, André foi encontrado com vários aparelhos de telefonia celular e uma faca escondidos em sua cama.

Descobertos os fatos por agentes penitenciários, André:

- a) poderá ter reconhecida contra si a prática da falta grave pelo diretor do estabelecimento penitenciário, desde que a conduta seja assim prevista e que seja instaurado procedimento administrativo prévio, assegurado direito de defesa;
- b) não poderá ser punido com regressão de regime caso a conduta não esteja prevista em lei como falta grave, mas poderá ser colocado em regime disciplinar diferenciado por determinação do diretor do presídio;
- c) poderá ser punido em decisão direta proferida pelo juízo da execução, desde que a conduta esteja prevista como falta grave, não sendo necessária a oitiva do apenado ou de sua defesa técnica;
- d) poderá ser punido, independentemente de o fato estar previsto como falta grave no momento de sua prática, já que a execução penal não está sujeita ao princípio da legalidade;
- e) não poderá ser punido, ainda que a conduta esteja prevista como falta grave em lei, pois sua condenação não é definitiva.

38. (FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021) Gustavo, em dificuldades financeiras, decide se apropriar diariamente da quantia de R\$1.000,00 do caixa do supermercado em que trabalha, fazendo isso durante cinco dias seguidos, avaliando que a retirada diária não permitiria sua descoberta. O gerente do estabelecimento comercial verifica os desvios e solicita a instauração de dois inquéritos policiais em delegacias diversas.

Em razão dos fatos, Gustavo é denunciado pela prática de 4 crimes de apropriação indébita perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias/RJ e 1 crime de apropriação indébita perante a 2ª Vara Criminal daquela mesma comarca.

A primeira ação penal ensejou a condenação de Gustavo em continuidade delitiva, assim como, na ação penal perante a 2ª Vara Criminal, foi proferida sentença condenatória.

Transitadas em julgado ambas as condenações, é correto afirmar, com relação à execução das penas cominadas, que Gustavo

- a) Alternativa poderá buscar a unificação das penas perante o juízo da execução penal.
- b) poderá buscar a unificação das penas perante qualquer dos juízos que tenha julgado as ações penais originariamente.
- c) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, devendo cumprir primeiramente a pena mais grave, para, após, iniciar o cumprimento da pena menos grave.
- d) precisará ingressar com pedido de revisão criminal perante o Tribunal de Justiça para reduzir o tempo de pena a ser cumprido.
- e) nada poderá fazer para reduzir o tempo de pena a ser cumprido, diante do trânsito em julgado das sentenças condenatórias, mas poderá cumprir as penas de maneira concomitante, caso compatíveis as sanções penais aplicadas.

39. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) João foi condenado à pena de detenção, a ser inicialmente cumprida no regime semiaberto. Apesar disso, foi recolhido, por



determinação do juízo competente em matéria de execução penal, a estabelecimento penal destinado a presos que cumpriam pena no regime fechado, devendo ajustar-se a este último regime até que sobrevenha vaga em local adequado.

À luz da sistemática vigente, a decisão do juízo mostra-se:

- a) correta, pois João deve cumprir pena privativa de liberdade e, na ponderação entre a mínima lesão à sua esfera jurídica e o interesse público a ser satisfeito, este último deve prevalecer;
- b) incorreta, pois, na falta de estabelecimento adequado ao regime imposto, devem ser adotadas medidas alternativas, como a saída antecipada do regime com falta de vagas;
- c) correta, pois os regimes de cumprimento da pena, com exceção do aberto, são intercambiáveis, independentemente das características do respectivo estabelecimento;
- d) correta, desde que seja cominada à infração penal praticada por João pena que também admita o seu cumprimento no regime inicialmente fechado;
- e) incorreta, pois é vedado que João cumpra a pena em regime fechado, logo, o deferimento de sua liberdade incondicionada é medida que se impõe.

40. (FGV - Promotor de Justiça (MPE GO)/2022/61º Concurso) O Art. 122 da Lei de Execução Penal exige, para a concessão da progressão de regime, o preenchimento dos requisitos de natureza objetiva e subjetiva.

Constituem tais requisitos:

- a) lapso temporal e bom comportamento carcerário;
- b) lapso temporal e gravidade abstrata dos delitos;
- c) lapso temporal e relevância das faltas cometidas pelo apenado;
- d) longa pena a cumprir e gravidade em concreto dos delitos;
- e) longa pena a cumprir e bom comportamento carcerário.

41. (FGV - Defensor Público do Estado do Mato Grosso do Sul/2022/XVIII) Após as alterações do Art. 112 da Lei de Execução Penal (LEP), promovidas pela Lei nº 13.964/2019, criou-se uma lacuna jurídica sobre a progressão de regime aos apenados reincidentes, condenados por crimes hediondo (ou outro a ele equiparado) e comum.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) nas disposições sobre a execução das sanções criminais, o julgador deve recorrer à analogia in bonam partem para a integração normativa, observados, ainda, o princípio da legalidade e o da retroatividade da lei penal mais benéfica;
- b) em que pese a restrição normativa contida no Art. 112, VII, da LEP, porquanto o legislador usou a palavra "reincidente", a exigência de 60% do cumprimento de pena pode ser corrigida pelo intérprete da norma, alcançando outros apenados;
- c) não é possível a retroatividade do patamar estabelecido no Art. 112, V, da Lei nº 13.964/2019 (40%), àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado, sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante;
- d) a lei posta em vigor não se desliga da mens legislatoris e, atualmente, em hipótese de reincidência genérica em crime hediondo ou a ele equiparado, sem resultado morte, importa na exigência do cumprimento de 60% da pena para a obtenção da progressão de regime.



42. (FGV - Juiz Estadual (TJ AP)/2022) Na hipótese de agente que tem contra si condenação definitiva a cinco anos de reclusão em regime fechado e mandado de prisão pendente de cumprimento, o pedido de antecipação da expedição da sua guia de recolhimento ou expedição de carta de execução de sentença deve ser:

- a) deferido, visando possibilitar a análise de pedido de progressão de regime ou de prisão domiciliar pelo Juízo competente;
- b) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o cumprimento do mandado de prisão;
- c) indeferido, pois a expedição tem como pressuposto o início do cumprimento da pena privativa de liberdade;
- d) indeferido, por permitir a administração, à distância, da execução da própria pena;
- e) deferido, permitindo o cômputo de prazos aquisitivos de benefícios executórios a seu favor.

43. (FGV - Juiz Estadual (TJ MG)/2022) Com base na redação atual do Art. 112 da Lei nº 7.210/1984, a pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos

- I. 30% (trinta por cento) da pena,
- II. 40% (quarenta por cento) da pena,
- III. 25% (vinte e cinco por cento) da pena,
- IV. 20% (vinte por cento) da pena,

() se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

() se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

() se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.

() se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) III, IV, I e II.
- b) III, IV, II e I.
- c) IV, III, II e I.
- d) IV, III, I e II.

44. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) Em relação à concessão de benefícios de execução penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O preenchimento de requisitos de ordem objetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- b) O preenchimento de requisitos de ordem subjetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- c) O comportamento do sentenciado durante a execução só pode ser avaliado por comissão técnica específica.
- d) A longa pena a ser cumprida, por si só, é inapta para se aferir o mérito do executado.
- e) A gravidade abstrata do crime constitui fundamento idôneo para negar o benefício.



45. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) O apenado comete falta disciplinar de natureza grave, devidamente apurada em Procedimento Administrativo Disciplinar. Nesse caso, nos termos do Art. 118, inciso I, da Lei nº 7.210/84,

- a) impõe-se a regressão de regime, uma vez que a lei não concede ao juiz discricionariedade.
- b) é facultada ao juiz da execução a imposição de regressão de regime, diante de sua discricionariedade.
- c) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, após avaliação em audiência de justificação.
- d) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da função reintegradora do agente à sociedade.
- e) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da necessidade de ressocialização, reeducação e reabilitação.

46. (FGV - Delegado de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) A concessão de prisão domiciliar prevista no Art. 117 da Lei de Execução Penal tem como pressuposto

- a) a execução da penal em regime aberto.
- b) a inexistência de estabelecimento no regime semiaberto.
- c) a inexistência de estabelecimento no regime aberto.
- d) o risco de contágio pela Covid-19.
- e) a obtenção de permissão para sair do estabelecimento.

47. (FGV - Investigador de Polícia (PC AM)/4ª Classe/2022) A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, passou por significativas alterações em decorrência do advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Um dos temas alterados foi a progressão de regimes, prevista no Art. 112 da Lei.

Em relação à nova sistemática da progressão de regimes, especificamente quanto à quantidade de pena a cumprir, é incorreto afirmar que

- a) o réu primário autor de crime não hediondo e cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, poderá progredir de regime após o cumprimento de 16% da pena no regime anterior.
- b) o réu reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça e não hediondo, poderá progredir de regime após o cumprimento de 20% da pena no regime anterior.
- c) o réu condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado poderá progredir de regime após o cumprimento de 60% da pena no regime anterior.
- d) o réu reincidente em crime hediondo com resultado morte poderá progredir de regime após o cumprimento de 70% da pena no regime anterior.
- e) o réu primário, condenado por crime hediondo sem resultado morte, poderá progredir de regime após o cumprimento de 40% da pena no regime anterior.

48. (FGV - Perito Criminal (PC AM) - 2022) Joaquim foi condenado a 8 anos de pena privativa de liberdade pelo cometimento do crime de homicídio, em regime inicial fechado. Uma vez iniciada a execução penal, Joaquim pretendia ostentar bom comportamento a fim de exercer atividades laborativas e educativas no cárcere.

Neste sentido, assinale a opção incorreta à luz dos ditames da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).



- a) Durante o regime fechado, Joaquim poderá ser beneficiado por trabalho externo em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- b) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 2 (dois) dias.
- c) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- d) No regime semiaberto, Joaquim poderá exercer trabalho externo, bem como frequentar ensino superior fora do estabelecimento prisional.
- e) Ao longo da execução penal, qualquer trabalho desempenhado por Joaquim deverá ser sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

49. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Judiciária/"Sem Especialidade"/2022) Quando determinada a realização de exame criminológico, deve ser considerado como data-base para progressão de regime o momento:

- a) do preenchimento do requisito objetivo, se já superado o lapso temporal;
- b) em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício, após implementação do último pressuposto pendente;
- c) em que o reeducando foi inserido no atual regime, se já superado o lapso temporal;
- d) da realização do requerimento de progressão, se já superado o lapso temporal;
- e) da realização do exame favorável ao reeducando, se já superado o lapso temporal.

50. (FGV - Analista Judiciário (TJ MS)/Fim/Bacharel em Direito/2022) Alberto, cumprindo pena por delito equiparado a hediondo, em unidade prisional de regime fechado, foi instado a trabalhar externamente, pela diretoria do estabelecimento, em entidade privada.

Após a recusa não justificada do apenado, é correto afirmar que:

- a) ao preso em regime fechado, é vedado o trabalho externo;
- b) aos condenados por crimes hediondos ou equiparados, é vedado o trabalho externo;
- c) o condenado à pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar, sob pena de cometimento de falta grave;
- d) o preso, cumprindo pena em regime fechado, poderá prestar serviço em entidade privada, desde que haja sua expressa manifestação de concordância;
- e) para autorização de trabalho externo é indispensável a autorização do diretor da unidade prisional, bem como observância de requisitos subjetivos de aptidão, disciplina e responsabilidade e requisito objetivo consistente em cumprimento mínimo de 1/8 da pena.

51. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2022) Sobre a possibilidade de aplicação de prisão domiciliar à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência que possua condenação definitiva, é correto afirmar que:

- a) é cabível, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa;
- b) não é cabível, por expressa falta de previsão legal;
- c) é cabível, excepcionalmente, por interpretação do Art. 117 da LEP, aos apenados em regime semiaberto e fechado;
- d) não é cabível, pois a substituição se limita à fase da prisão preventiva;



e) é cabível, desde que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

52. (FGV - Analista Judiciário (TJDFT)/Apoio Especializado/Psicologia/2022) A aposentada Joaquina, 72 anos, foi presa em flagrante logo após sair de um supermercado de onde havia furtado duas garrafas de whisky e artigos variados de perfumaria. Na Delegacia, Joaquina declarou que, ao pagar suas compras no caixa de autoatendimento, esqueceu-se de incluir estes itens.

Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) Joaquina é inimputável por se tratar de pessoa idosa com mais de 70 anos;
- b) é indicada a internação compulsória da idosa para o tratamento da dependência alcoólica;
- c) idosos com diagnóstico de demência senil são semi-imputáveis para efeito processual penal;
- d) a família de Joaquina poderá ser processada por abandono moral e material de incapaz;
- e) maiores de 70 anos podem se beneficiar do regime aberto em sua residência, se condenados.

53. (FGV - Agente de Segurança Penitenciário (DEPEN MG)/2022/"Temporário") Com base na Lei de Execuções Penais, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando houver doença grave de irmão.

II. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

III. O condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte terá direito à saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para frequência a curso supletivo profissionalizante na Comarca do Juízo da Execução, desde que tenha cumprido, no mínimo, 1/4 (um quarto) da pena.

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

54. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2022/XXXVI Exame) André, primário, e Fábio, reincidente, foram condenados por crime de latrocínio em concurso de pessoas. Durante a execução penal, ambos requereram a progressão de regime, visto que já haviam cumprido parte da pena. André fundamentou seu pedido em "bom comportamento", comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional. Fábio, por sua vez, fundamentou seu pedido em razão de ter sido condenado na mesma época de seu comparsa, André.

Dessa forma, segundo os princípios que regem a Execução Penal e o Direito Penal, é correto afirmar que



- a) de acordo com o princípio da isonomia, que garante igualdade de tratamento entre os presos, é vedada aplicação de frações de progressão de regime diferenciadas a cada um dos acusados.
- b) de acordo com o princípio da individualização da pena, o Juiz da execução penal deverá alterar as penas dos acusados, conforme o comportamento prisional de cada um.
- c) é assegurada a progressão de regime aos crimes hediondos, mas a fração de progressão varia para cada indivíduo, ainda que ambos condenados pelo mesmo fato.
- d) o princípio do livre convencimento motivado autoriza o Juiz a aplicar a progressão de regime no momento processual que entender adequado, pois não há prazo para o Juiz.

55. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2022/XXXVI Exame) Renata, primária, foi condenada à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime fechado, por crime de estelionato, em continuidade delitiva, sendo atestado o seu bom comportamento carcerário.

Rogério, marido de Renata, que cuidava da filha do casal de 10 (dez) anos de idade, veio a falecer, sendo que Renata já havia cumprido 1/8 (um oitavo) da pena no regime fechado.

A filha de Renata está morando provisoriamente com uma amiga de Renata, por não existir qualquer parente para cuidar da criança. Em relação ao cumprimento de pena por Renata, você, como advogado(a), postularia ao juízo da execução a progressão para o regime

- a) semiaberto, em razão de a penitente já ter cumprido a fração de pena estabelecida na Lei de Execução Penal e comprovado o bom comportamento carcerário.
- b) semiaberto e a saída temporária, em razão de a penitente já ter cumprido o percentual de pena estabelecido na Lei de Execução Penal e por ter comprovado o bom comportamento carcerário.
- c) domiciliar, para que ela cuide da filha de 10 (dez) anos de idade, em observância ao Estatuto da Primeira Infância e por ser medida de caráter humanitário.
- d) aberto, em razão de a penitente já ter cumprido 1/8 (um oitavo) da pena estabelecido na Lei de Execução Penal e comprovado o bom comportamento carcerário, somado ao fato de ser a única responsável pela filha menor de 10 (dez) anos de idade.

56. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Paulo foi condenado por infração ao Art. 217-A, do CP, n/f Art. 71, do CP (estupro de vulnerável em continuidade delitiva) à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão e, após cumprir 2/3 da pena, foi-lhe concedido o livramento condicional. Paulo estava cumprindo regularmente o período de prova do livramento condicional quando foi preso por cumprimento de mandado de prisão referente à nova condenação transitada em julgado, por fato cometido anteriormente à concessão do livramento condicional, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, por infração ao Art. 157, §2º, II, do CP (roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas).

Considerando a situação apresentada, a nova condenação por fato praticado anteriormente à concessão do livramento condicional (LC) é causa de:

- a) revogação facultativa do LC, devendo o juiz unificar as penas e determinar a manutenção do livramento condicional;
- b) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova;



- c) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, não poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;
- d) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, não se computando como tempo de cumprimento de pena o período de prova;
- e) revogação do LC e, em relação à condenação por estupro, após a unificação das penas e cumprimento dos requisitos, poderá ser o livramento condicional novamente concedido, computando-se como tempo de cumprimento de pena o período de prova.

57. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Ana, primária, mãe solo de filhos gêmeos de 2 anos, foi presa em flagrante em 21/06/2020, restando condenada à pena de 5 anos de reclusão por infração ao Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas) e à pena de 2 anos de reclusão por infração ao Art. 333, do CP (corrupção ativa), tendo sido fixado o regime semiaberto. Ana encontra-se cumprindo regularmente a pena imposta, sem qualquer falta disciplinar praticada e com bom comportamento carcerário.

Para fins de progressão de regime, Ana deverá cumprir:

- a) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 16% da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- b) 40% da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/8 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- c) 3/5 da pena em relação à condenação pelo tráfico de drogas e 1/6 da pena em relação à condenação pela corrupção ativa;
- d) 1/8 da pena total imposta;
- e) 40% da pena total imposta.

58. (FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII) Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- a) pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;
- b) pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;
- c) o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;
- d) para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;
- e) após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.

59. (FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021) Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, identificou-se que Gabriel tinha uma faca escondida embaixo de sua cama.

Após observância de todas as formalidades legais, foi confirmada a conduta de Gabriel, sendo a informação encaminhada para o Poder Judiciário.

Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Gabriel:



- a) não configura falta grave por ausência de previsão legal;
- b) configura falta grave e permite a regressão de regime e perda da integralidade dos dias remidos;
- c) configura falta grave, permitindo a regressão de regime, mas não a perda de qualquer dia remido a partir do trabalho;
- d) permite o reconhecimento de falta grave e, conseqüentemente, a regressão de regime e a perda de parte dos dias remidos;
- e) não permite conseqüências em relação à progressão ou aos dias remidos, mas tão só a aplicação de regime disciplinar diferenciado.

60. (FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021) A legislação penal vigente dispõe que as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, devendo o apenado satisfazer requisitos de ordem objetiva e subjetiva para progredir de regime.

Sobre o processo de execução penal, dispõe a lei que:

- a) poderá ser fixada, como condição para progressão para regime aberto, a prestação de serviços à comunidade;
- b) a falta grave, quando admitida pelo apenado, poderá ser reconhecida independentemente de processo administrativo;
- c) nos crimes praticados com violência, a realização do exame criminológico é indispensável;
- d) a previsão de determinada conduta como falta grave não exige respeito ao princípio da legalidade e, conseqüentemente, da irretroatividade da lei mais gravosa;
- e) não poderá ser concedido livramento condicional ao apenado reincidente na prática de crimes hediondos com resultado morte, apesar de possível, em tese, a progressão de regime.

61. (FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Pedagogo/2021) Conforme fixado na sentença condenatória, Jonas está cumprindo pena restritiva de direitos consistente em limitação de fim de semana.

De acordo com a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), no âmbito da execução da pena atribuída a Jonas:

- a) caberá ao Ministério Público determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena;
- b) nos casos de violência doméstica contra a mulher, o agressor pode se negar a comparecer, sem justa causa, ao programa de recuperação determinado pelo juiz;
- c) poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas;
- d) o condenado encaminhará, mensalmente, ao juiz ou ao defensor público, um relatório sobre as atividades realizadas no cumprimento da pena imposta;
- e) a forma de cumprimento da pena de limitação de fim de semana deve se ajustar às condições pessoais do juiz da execução.

62. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2019/XXX Exame) Enquanto cumpria pena em regime fechado, Antônio trabalhava na unidade prisional de maneira regular. Após progressão para o regime semiaberto, o apenado passou a estudar por meio de metodologia de ensino a distância, devidamente certificado pelas autoridades educacionais. Com a obtenção de livramento condicional, passou a frequentar curso de educação profissional. Ocorre que havia



contra Antônio procedimento administrativo disciplinar em que se investigava a prática de falta grave durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, sendo, após observância de todas as formalidades legais, reconhecida a prática da falta grave. Preocupado, Antônio procura seu advogado para esclarecimentos sobre o tempo de pena que poderá ser remido e as consequências do reconhecimento da falta grave.

Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que

- a) o trabalho na unidade prisional e o estudo durante cumprimento de pena em regime semiaberto justificam a remição da pena, mas não o curso frequentado durante livramento condicional, sendo certo que a falta grave permite perda de parte dos dias remidos.
- b) o trabalho somente quando realizado em regime fechado ou semiaberto justifica a remição de pena, mas o estudo a distância e a frequência ao curso poderão gerar remição mesmo no regime aberto ou durante livramento condicional, podendo a punição por falta grave gerar perda de parte dos dias remidos.
- c) o reconhecimento de falta grave não permite a perda dos dias remidos com o trabalho na unidade e a frequência a curso em regime semiaberto, mas tão só a regressão do regime de cumprimento da pena.
- d) o tempo remido exclusivamente com o trabalho em regime fechado, mas não com o estudo, será computado como pena cumprida, para todos os efeitos, mas, diante da falta grave, poderá haver perda de todos os dias remidos anteriormente.

63. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2019/XXX Exame) Gabriel foi condenado pela prática de um crime de falso testemunho, sendo-lhe aplicada a pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana).

Após cumprir o equivalente a 01 ano da pena aplicada, Gabriel deixa de cumprir a prestação de serviços à comunidade. Ao ser informado sobre tal situação pela entidade beneficiada, o juiz da execução, de imediato, converte a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, determinando o cumprimento dos 03 anos da pena imposta em regime semiaberto, já que Gabriel teria demonstrado não preencher as condições para cumprimento de pena em regime aberto.

Para impugnar a decisão, o(a) advogado(a) de Gabriel deverá alegar que a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade

- a) foi válida, mas o regime inicial a ser observado é o aberto, fixado na sentença, e não o semiaberto.
- b) foi válida, inclusive sendo possível ao magistrado determinar a regressão ao regime semiaberto, restando a Gabriel cumprir apenas 02 anos de pena privativa de liberdade, pois os serviços à comunidade já prestados são considerados pena cumprida.
- c) não foi válida, pois o descumprimento da prestação de serviços à comunidade não é causa a justificar a conversão em privativa de liberdade.
- d) não foi válida, pois, apesar de possível a conversão em privativa de liberdade pelo descumprimento da prestação de serviços à comunidade, deveria o apenado ser previamente intimado para justificar o descumprimento.

64. (FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/2021/XXXIII Exame) Paulo, advogado, foi intimado de duas decisões proferidas pelo juízo da execução penal do Rio de Janeiro, em relação a dois de seus clientes. Na primeira, foi determinada a perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por



Lúcio, considerando que foi reconhecida, por meio de procedimento regular, observadas as exigências legais, a prática de falta grave pelo mesmo. Na segunda decisão, o pedido de progressão de regime formulado por Paulo em relação ao apenado Flávio foi deferido, tendo o magistrado fixado, como condição a ser observada no regime aberto, o cumprimento de prestação de serviços à comunidade.

Diante das intimações, Paulo poderá apresentar

- a) recurso em sentido estrito para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
- b) agravo para questionar as duas decisões do magistrado, que seriam ilegais.
- c) agravo para questionar apenas a decisão que determinou a perda dos dias remidos, que seria ilegal, mas não a que fixou condições especiais para a progressão de regime.
- d) agravo para questionar a decisão que fixou a prestação de serviço à comunidade como condição para a progressão para o regime aberto, não havendo ilegalidade, porém, na determinação da perda de 1/5 (um quinto) dos dias remidos por Lúcio.

65. (FGV - Analista do Ministério Público (MPE RJ)/Processual/2019) Durante execução penal, foi constatada, após regular procedimento administrativo, a prática de falta grave por parte do apenado Marcos, que cumpria sua pena em regime fechado. O promotor de justiça com atribuição, informado do fato, requereu ao juízo da execução a perda de parte dos dias remidos, além da interrupção da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena. O juízo deferiu apenas a perda de parte dos dias remidos, indeferindo o reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena.

Intimado da decisão, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o promotor de justiça poderá apresentar recurso de agravo, que:

- a) Certo não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- b) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- c) não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- d) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- e) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo da comutação de pena, mas não do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção da progressão de regime.



GABARITO

GABARITO



01	02	03	04	05	06
D	E	A	D	E	A
07	08	09	10	11	12
B	D	C	E	D	E
13	14	15	16	17	18
B	B	D	C	C	E
19	20	21	22	23	24
E	C	C	A	C	C
25	26	27	28	29	30
C	A	D	C	D	B
31	32	33	34	35	36
A	A	C	D	B	B
37	38	39	40	41	42
A	A	B	A	A	A
43	44	45	46	47	48
B	D	A	A	C	B
49	50	51	52	53	54
E	D	C	E	A	C
55	56	57	58	59	60
A	E	D	A	D	E
65	62	63	64	65	
C	B	D	D	B	



LISTA DE QUESTÕES

1. TJ-PA – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Ao juiz não é permitido modificar, de ofício, as condições estabelecidas para o regime aberto, podendo fazê-lo apenas a requerimento do MP ou da defesa do sentenciado.

Certo

Errado

2. TJ-AC – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Admite-se que o condenado maior de setenta anos de idade beneficiário de regime aberto ou semiaberto seja recolhido em residência particular.

Certo

Errado

3. TJ-CE – Analista Judiciário – 2014 - CESPE. A pedido da defensoria pública, o MP pode autorizar a saída temporária de um detento do estabelecimento penal, uma vez que, no exercício da fiscalização penitenciária, o MP realiza o controle da regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.

Certo

Errado

4. TJ-AC – Juiz de Direito – 2012 – CESPE. Com base na Lei de Execução Penal, julgue os itens a seguir.

Condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem receber permissão de saída do estabelecimento prisional, sem vigilância direta, para frequentar curso supletivo profissionalizante ou curso superior.

Certo

Errado

5. A saída temporária pode ser concedida aos condenados que cumpram pena em regime fechado e semiaberto e aos presos provisórios, mediante autorização do diretor do estabelecimento onde se encontram presos.

Certo

Errado

6. DPE-TO – Defensor Público – 2013 – Cespe. Julgue os itens a seguir, no que concerne à remição penal, de acordo com a LEP.

Os presos custodiados em decorrência do cumprimento de medida cautelar privativa de liberdade poderão remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo da execução provisória da pena.



Certo

Errado

7. O sentenciado que sofrer acidente no trabalho e, conseqüentemente, ficar impossibilitado de prosseguir trabalhando e estudando continuará a se beneficiar com a remição apenas pelo trabalho.

Certo

Errado

8. A remição, de acordo com preceito expresso na LEP, será declarada mensalmente pelo juiz da execução, com base nos registros do condenado acerca dos dias trabalhados e(ou) de estudo, ouvidos o MP e a defesa.

Certo

Errado

9. A remição pelo trabalho e pelo estudo contempla os condenados que cumpram pena em regime fechado, semiaberto e aberto, não se estendendo aos que estejam em gozo de liberdade condicional.

Certo

Errado

10. A LEP veda, de forma expressa, a cumulação de horas diárias de trabalho e de estudo para idêntica finalidade de remição, definindo, no mínimo, três dias por semana para estudo e o restante para o trabalho, de forma a se compatibilizarem.

Certo

Errado

11. DPE-RR – Defensor Público – 2013 – Cespe. Julgue os itens a seguir acerca da execução penal.

A prática de falta grave resulta na revogação obrigatória de até um terço do tempo remido, recomeçando a contagem a partir do trânsito em julgado da decisão revogatória.

Certo

Errado

12. Admite-se que o preso, por força de medida cautelar pessoal, possa remir por trabalho e por estudo parte do tempo de execução da pena.

Certo

Errado

13. De acordo com a Lei de Execução Penal, nas execuções penais relacionadas a crimes perpetrados com violência doméstica e familiar, é obrigatória a participação do



agressor em programas de recuperação e reeducação, como condição para progressão de regime prisional e gozo de outros benefícios.

Certo

Errado

14. MPE/AC – PROMOTOR DE JUSTIÇA – 2014 – CESPE (adaptada). Julgue os itens a seguir conforme a Lei de Execução Penal.

A transferência para regime menos rigoroso poderá ser determinada pelo diretor do estabelecimento prisional se o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e apresentar bom comportamento carcerário.

Certo

Errado

15. A denominada progressão por salto é admitida desde que o condenado tenha cumprido tempo exigido para progredir para o regime aberto.

Certo

Errado

16. O sentenciado tem que cumprir 2/3 da pena no regime em que se encontra antes que possa ser concedida a progressão para o regime subsequente.

Certo

Errado

17. DPE-PE – Defensor Público – 2015 – CESPE. Enquanto cumpria pena no regime fechado, João foi acusado da prática de falta disciplinar de natureza grave, cometida em 2/1/2012, consistente na posse de um chip para aparelho celular. Em 14/7/2014, o promotor de justiça requereu o reconhecimento da prática da falta grave e a revogação de todo o tempo remido de João. A respeito dessa situação hipotética, julgue o próximo item, com base na jurisprudência dominante dos tribunais superiores pertinente a esse tema.

A posse exclusivamente de chip para aparelho celular não caracteriza falta disciplinar de natureza grave.

Certo

Errado

18. TJ-PR – Juiz de Direito – 2019 – Cespe. De acordo com o STJ, a prática de falta grave pelo condenado durante o cumprimento da pena

a) não interrompe a contagem do prazo para obtenção de livramento condicional.

b) não interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena.

c) interrompe a contagem do prazo para obtenção de comutação de pena.



d) interrompe a contagem do prazo para obtenção de indulto e saída temporária.

19. PF – Delegado – 2018 – Cespe. Diogo, condenado a sete anos e seis meses de reclusão pela prática de determinado crime, deve iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. Todavia, na cidade onde se encontra, só há estabelecimento prisional adequado para a execução da pena em regime fechado. Nessa situação, o juiz poderá determinar que Diogo inicie o cumprimento da pena no regime fechado.

Certo

Errado

20. PF – Delegado – 2018 – Cespe. Caio, condenado a nove anos de prisão, cumpria a pena no regime fechado. Passado um ano do cumprimento da pena, ele cometeu falta grave. Nessa situação, serão interrompidas as contagens dos prazos tanto para a obtenção do livramento condicional quanto para a progressão de regime de cumprimento de pena, devendo ambas ser reiniciadas a partir da data do cometimento da falta grave.

Certo

Errado

21. DPE-PE – Defensor Público – 2018 – Cespe. João cumpria pena no regime semiaberto quando foi flagrado, por agentes penitenciários, com um aparelho de telefone celular em sua cela.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O juízo da execução penal poderá decretar de plano a perda da integralidade dos dias remidos por trabalho realizado por João durante o cumprimento da pena.

b) Embora a conduta de João seja tipificada como falta grave na legislação de execução penal, é dispensável a instauração de procedimento administrativo para apurar o fato.

c) O prazo para a comutação da pena de João e indulto não será interrompido em razão da falta cometida.

d) No caso de processo administrativo disciplinar, a oitiva de João poderá ser realizada independentemente do acompanhamento de advogado ou defensor público.

e) O prazo de prescrição da falta praticada por João — portar telefone celular em sua cela — é de cinco anos.

22. PC-MA – Delegado de Polícia – 2018 – Cespe. Quanto ao instituto da remição na fase de execução da pena, assinale a opção correta.

a) A remição da pena pelo estudo, quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal, independerá de aproveitamento satisfatório, bastando a comprovação da frequência escolar.

b) A remição da pena pelo estudo é prevista no ordenamento pátrio apenas por construção jurisprudencial.



c) O benefício da remição da pena será suspenso no caso de o condenado, por acidente, ficar impossibilitado para o trabalho ou o estudo.

d) É possível o acréscimo de um terço do tempo a remir no caso de conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental, médio ou superior.

e) O tempo remido não será considerado para a obtenção do benefício do indulto.

23. Como resultado do reconhecimento do cometimento de falta grave, enquadrada nos Arts. 50, VI, e 52 da Lei nº 7.210/1984, o juiz da execução penal poderá decretar a perda parcial dos dias remidos, limitada ao patamar máximo de 1/3 a revogação do tempo a ser remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Certo

Errado

24. DPE-PR – Defensor Público – 2014 – UFPR. A Permissão de Saída do estabelecimento penal (art. 120 da Lei de Execução Penal) é possível para a realização de tratamento médico necessário e visita à família.

Certo

Errado

25. MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC. No tocante às autorizações de saída, julgue os itens a seguir.

A autorização de saída temporária será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvida unicamente a administração penitenciária.

Certo

Errado

26. Apenas os condenados que cumprem pena no regime fechado poderão obter permissão para sair do estabelecimento em virtude de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

Certo

Errado

27. É indevida a determinação de utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado durante saída temporária, possível apenas como medida cautelar diversa da prisão.

Certo

Errado



28. Apenas os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visita à família.

Certo

Errado

29. Os presos provisórios não poderão obter permissão de saída do estabelecimento.

Certo

Errado

30. DPE/RJ – Técnico Superior Jurídico – 2014 – FGV. Durante inspeção de rotina em presídio, em julho de 2013, o Diretor da Unidade, quando de passagem por determinada ala, foi afrontado por um detento, que, atrás das grades, abaixou as calças, balançou sua genitália e afirmou que era daquilo que o Diretor precisava para ocupar o seu dia. Instaurado o devido procedimento administrativo disciplinar para apurar o cometimento de falta grave pelo condenado, com descrição precisa do fato e observância do contraditório e da ampla defesa, com assistência prestada por Defensor Público desde o início, concluiu-se pela sua ocorrência. Perante o Juízo das Execuções Penais, antes da homologação, o apenado foi novamente ouvido, acompanhado por Defensor Público.

Como resultado do reconhecimento do cometimento de falta grave, enquadrada nos Arts. 50, VI, e 52 da Lei nº 7.210/1984, o juiz da execução penal poderá decretar a perda parcial dos dias remidos, limitada ao patamar máximo de 1/3 a revogação do tempo a ser remido, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Certo

Errado

31. MPE-PE – Promotor de Justiça – 2014 – FCC. Quanto à remição, julgue os itens a seguir.

O juiz, em caso de falta grave, pode revogar até metade do tempo remido.

Certo

Errado

32. É cabível pelo estudo apenas na forma presencial.

Certo

Errado

33. É aplicável ao preso provisório.

Certo

Errado



34. O tempo remido não será computado como pena cumprida.

Certo

Errado

35. É incabível pelo estudo para o condenado que usufrua de liberdade condicional.

Certo

Errado

36. SUSEPE-RS – Agente Penitenciário – 2017 – Fundação La Salle. Considera-se egresso para os efeitos da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal):

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

III - o preso provisório, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

IV - o reincidente por crime doloso ou culposos.

Das afirmações acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas a II.

e) I, II, III e IV.

37. SEJUDH-MT - Agente Penitenciário – 2017 – IBADE. Considerando a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

a) A casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto e aberto, bem como da pena de limitação de fim de semana.

b) A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

c) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto.

d) A colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado.

e) A penitenciária destina-se aos condenados de alta periculosidade e aos que forem incluídos no regime disciplinar diferenciado (RDD).

38. TJ-SC – Juiz de Direito – 2013 – TJ-SC. A revogação do livramento condicional não acarreta a perda dos dias remidos.

Certo

Errado



39. MPE-MG – Promotor de Justiça – 2014 – MPE-MG. Se a revogação do livramento condicional for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 02 (duas) penas.

Certo

Errado

40. TJ-SC – Juiz de Direito – 2013 – TJ-SC. Sobre a Lei de Execuções Penais, julgue os itens a seguir.

O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD aplica-se aos presos provisórios e aos condenados, exigindo, a inserção, decisão fundamentada do juiz da execução.

Certo

Errado

41. Livramento condicional, permissão de saída, remição e progressão de regime, dentre outros, são considerados como incidentes de execução.

Certo

Errado

42. Compete ao juiz da execução decidir, dentre outros, sobre permissões de saída, progressão ou regressão de regimes, detração e remição, livramento condicional.

Certo

Errado

43. DPE-MS – Defensor Público – 2014 – VUNESP. Regra estabelecida pelo art. 202 da Lei de Execução Penal: salvo para instruir processo pela prática de nova infração, as anotações referentes à condenação não constarão da folha corrida, de atestados ou certidões a partir de 5 (cinco) anos contados da extinção da pena.

Certo

Errado

44. DPE-MS – Defensor Público – 2014 – VUNESP. Com relação à Lei de Execução Penal, julgue os itens subsecutivos:

O regime disciplinar diferenciado previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal é aplicável somente aos presos condenados em cumprimento de pena privativa de liberdade.

Certo

Errado

45. São sanções disciplinares: a advertência verbal, repreensão, censura, suspensão ou restrição de direitos e inclusão no regime disciplinar diferenciado.



Certo

Errado

46. Cabem apenas ao juiz da execução penal e ao ministério público a obrigatoriedade de visitas aos estabelecimentos prisionais.

Certo

Errado

47. Ao condenado em regime fechado é assegurado o direito de cela individual contendo dormitório, lavatório e aparelho sanitário, contendo área mínima de 6 m² e ambiente salubre.

Certo

Errado

48. TRF 2ª Região – Juiz Federal – 2014 – TRF 2ª Região. A configuração de falta grave do condenado, na execução da pena privativa de liberdade, em regime fechado, é apta a gerar o seguinte efeito:

- a) A regressão do regime prisional.
- b) A perda parcial dos dias remidos.
- c) A exclusão da assistência médica.
- d) A imposição do trabalho sem remuneração.
- e) Nenhum dos efeitos acima previstos, embora possa gerar outros.

49. Em matéria de execução penal é vedado ao Juiz de Direito agir de ofício;

Certo

Errado

50. A autorização para saída temporária aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto, somente poderá ser deferida pelo diretor do estabelecimento penal, quando houver a utilização de equipamento de monitoração eletrônica;

Certo

Errado

51. DPE-PB – Defensor Público – 2014 – FCC. Segundo a Lei de Execução Penal, são órgãos da execução penal:

- a) o Conselho da Comunidade e a direção do estabelecimento prisional
- b) a Defensoria Pública e o Patronato, mas não o Ministério Público.



- c) o Juízo da Execução Penal e o Conselho Penitenciário.
- d) o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mas não o Patronato.
- e) a direção do estabelecimento prisional e os Departamentos Penitenciários, mas não a Defensoria Pública.

52. TJ-CE – Juiz de Direito – 2014 – FCC. É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.

Certo

Errado

53. MPE-PR – Promotor de Justiça – 2017 – MPE-PR. O doutrinador Guilherme de Souza Nucci conceitua órgãos de execução penal como “os que, de alguma forma, interferem no cumprimento da pena de todos os condenados, fiscalizando, orientando, decidindo, propondo modificações, auxiliando o preso e o egresso, denunciando irregularidades, etc.” (Leis Penais Processuais e Penais Comentadas, 6ª ed. rev. Atual. E ref – São Paulo: Editora RT, 2012 (volume 2), pag.240). E, de acordo com o art. art. 61, da Lei nº 7.210/84 (LEP), não está elencado(a) dentre os órgãos de execução:

- a) O Conselho da Comunidade.
- b) O Patronato.
- c) O Conselho Penitenciário.
- d) A Defensoria Pública.
- e) A Polícia Civil.

54. SEDS-MG – Agente Penitenciário – 2014 – IBFC. São órgãos da execução penal, EXCETO:

- a) A Defensoria Pública.
- b) Os Departamentos Penitenciários.
- c) A Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) O Ministério Público.

55. PC-GO – Papiloscopista – 2015 – Universa. Acerca da Lei de Execução Penal (LEP), segundo entendimento do STJ, julgue os itens a seguir.

O juiz poderá suspender, pelo período de 2 a 4 anos, a execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 anos.

Certo

Errado

56. A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.



Certo

Errado

57. O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado.

Certo

Errado

58. As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves, sendo que a tentativa será punida com a sanção correspondente à falta consumada.

Certo

Errado

59. É proibida a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado.

Certo

Errado

60. SEJUS-PI – Agente Penitenciário – 2017 – NUCEPE. A lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, trata da execução penal, contempla a defensoria pública atribuindo incumbências. Em relação à defensoria pública é CORRETO afirmar:

a) A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma sempre coletiva.

b) A Defensoria Pública pode requerer a conversão de penas, a progressão nos regimes, a suspensão condicional da pena, o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto.

c) Requerer a emissão semestral do atestado de pena a cumprir.

d) Representar somente ao Juiz da execução para instauração de sindicância ou procedimento administrativo em caso de violação das normas referentes à execução penal.

e) O órgão da Defensoria Pública visitará a cada 2 (dois) anos os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

61. (DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação à execução provisória da pena, julgue o item que se segue.

Admite-se a progressão de regime prisional de preso provisório antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Certo

Errado

62. (DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

O regime disciplinar diferenciado não se aplica aos presos provisórios.



Certo

Errado

63.(DEPEN - Agente Federal de Execução Penal - 2021 - CEBRASPE) Em relação às sanções disciplinares e à Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item seguinte.

Comete falta grave a pessoa condenada a pena privativa de liberdade que participa de movimento para subverter a disciplina do estabelecimento prisional.

Certo

Errado

GABARITO: CERTO

64.PC-PA – Delegado – 2021 – AOCP. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- c) O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- d) Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- e) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

65.PC-PA – Delegado – 2021 – AOCP. Considerando as recentes alterações legislativas, assinale a alternativa correta sobre a Lei de Execução Penal.

- a) O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- b) O regime disciplinar diferenciado não será aplicado aos presos provisórios, mas para os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
- c) A ausência de vigilância direta impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.
- d) A autorização para saída temporária do condenado será concedida por prazo não superior a catorze dias, podendo ser renovada por mais seis vezes durante o ano.
- e) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos



vinte por cento da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

66. DPE-RJ – Defensor – 2021 – FGV. Sobre a saída temporária de visita à família, prevista no Art. 122, da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

- a) pode ser concedida por prazo não superior a sete dias, com a possibilidade de ser renovada por mais quatro vezes ao ano;
- b) pode ser autorizada a presos que cumprem pena no regime fechado e no regime semiaberto;
- c) o juiz não poderá impor a fiscalização por meio de equipamento de monitoração eletrônica;
- d) para a concessão, o apenado primário deverá cumprir pelo menos 1/4 da pena, e o apenado reincidente, pelo menos 1/3 da pena;
- e) após a concessão, a prática de falta disciplinar de natureza média revoga automaticamente o benefício.



GABARITO

GABARITO

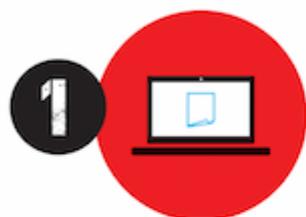


- | | |
|------------|------------|
| 1) ERRADO | 34) ERRADO |
| 2) ERRADO | 35) ERRADO |
| 3) ERRADO | 36) B |
| 4) ERRADO | 37) B |
| 5) ERRADO | 38) CERTO |
| 6) CERTO | 39) CERTO |
| 7) ERRADO | 40) CERTO |
| 8) ERRADO | 41) ERRADO |
| 9) ERRADO | 42) ERRADO |
| 10) ERRADO | 43) ERRADO |
| 11) ERRADO | 44) ERRADO |
| 12) CERTO | 45) ERRADO |
| 13) ERRADO | 46) ERRADO |
| 14) ERRADO | 47) CERTO |
| 15) ERRADO | 48) B |
| 16) ERRADO | 49) ERRADO |
| 17) ERRADO | 50) ERRADO |
| 18) A | 51) C |
| 19) ERRADO | 52) CERTO |
| 20) ERRADO | 53) E |
| 21) C | 54) CERTO |
| 22) D | 55) CERTO |
| 23) CERTO | 56) ERRADO |
| 24) ERRADO | 57) ERRADO |
| 25) ERRADO | 58) CERTO |
| 26) ERRADO | 59) ERRADO |
| 27) ERRADO | 60) B |
| 28) ERRADO | 61) CERTO |
| 29) ERRADO | 62) ERRADO |
| 30) CERTO | 63) CERTO |
| 31) ERRADO | 64) A |
| 32) ERRADO | 65) A |
| 33) CERTO | 66) A |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.